



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 148

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 148

138ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Felipe Lucas 10

Dep. Stephanes Júnior 11

Dep. Pedro Ivo 12

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 13

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 14

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 15

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 18

Discussão/Votação

Redação Final 18

3ª Discussão 20

2ª Discussão 20

1ª Discussão 40

Requerimentos 67

Explicações Pessoais.....68

Encerramento da Sessão69

DIÁRIO Nº 148

138ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

10 DE DEZEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Beti Pavin e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico

Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duflío Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Nereu Moura e Ribas Carli Filho (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicações*****INDICAÇÃO Nº 581/08****SÚMULA:**

Propõe a execução de obras de manutenção na rodovia Maria Nifa Garanhão - PR-498, no trecho Japurá até o rio Ivaí (Porto Japurá).

Ao Exmo. Sr. Governador do Estrado e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor da presente, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Governador do Estado, e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem/SETR, solicitando realização de serviços de manutenção na rodovia Maria Nifa Garanhão - PR-498 - no trecho Japurá até o rio Ivaí (Porto Japurá).

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A travessia da balsa sobre o rio Ivaí na ligação do município de Japurá com o de São Carlos, depende do estado de conservação do trecho da PR-498 entre o primeiro município e o Porto Japurá.

Os usuários do percurso obrigam-se a percorrer distância bem maior em virtude da carência de manutenção daquela rodovia.

A Câmara Municipal de Vereadores de Japurá já se manifestou a respeito, conforme ofício firmado pelo seu Presidente, o Vereador Carlos Heinz Georg, em atendimento a pleito encabeçado pelos seus colegas, os Vereadores José Maquea e Sebastião.

Trento, já encaminhado ao Dr. Octávio José Silveira da Rocha, superintendente do Escritório Regional do Departamento de Estradas de Rodagem com a sede na cidade de Maringá.

A indicação em tela tem o objetivo de respaldar a justa reivindicação da edibilidade de Japurá.

Solicita ainda o requerente, o envio de cópia da presente indicação, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Japurá para conhecimento dos Vereadores proponentes do pedido de obras de manutenção do percurso Japurá - Porto Japurá.

INDICAÇÃO Nº 582/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual José Elias no município de Rio Branco do Sul.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual José Elias no município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 600 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 583/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Professora Maria Lopes de Paula no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Professora Maria de Lopes de Paula no município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 1 mil e 200 alunos e não dispõe de estrutura apropriada para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, além de impossibilitar os ensaios do coral e da fanfarra em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramo justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 584/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Vereador Pedro Piekas no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Vereador Pedro Piekas no município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 700 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 585/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Heráclito F. Sobral Pinto no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Heráclito F. Sobral Pinto no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 1 mil e 449 alunos e não dispõe de estrutura adequada para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 586/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Helena Kolody no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Helena Kolody no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 1 mil 898 alunos e não dispõe de local apropriado para as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Por essa razão consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 587/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Tancredo A. Neves no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Tancredo A. Neves no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 839 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 3834**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário e após ouvido o douto Plenário, requer a retirada do item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 354/08 por (01) Sessão.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 502/08, item 15 da Ordem do Dia, por (10) dez sessões.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 344/08, item 10, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do artigo 4º e seus parágrafos do substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça, referente ao Projeto de Lei nº 354/08, por estar o mesmo sem assinatura de Parlamentar, e que seja incluído no referido o texto constante no substitutivo geral da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente com a seguinte redação:

Art. 4º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná, desenvolverá sua ação administrativa de modo integrado às políticas e diretrizes gerais do Governo do Estado e integrado com todas as entidades públicas envolvidas na gestão, além de interagir com a sociedade civil organizada representativa das comunidades existentes na Ilha do Mel.

Parágrafo Único. Para exercer as competências que lhe são atribuídas pela presente lei, no território da Ilha do Mel, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP deverá criar, por meio de portaria, estrutura administrativa específica, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de publicação do presente texto integral.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada de pauta, da votação do Projeto de Lei nº 402/08, item 13, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária para que a respectiva discussão e votação seja procedida no exercício.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(aa) ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ, VALDIR ROSSONI, DUÍLIO GENARI, ANTONIO BELINATI, ADEMAR TRAIANO, RENI PEREIRA, GERALDO CARTÁRIO, MARCELO RANGEL, AUGUSTINHO ZUCCHI, NEY LEPREVOST, CIDA BORGHETTI, OSMAR BERTOLDI e LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 3829

Senhor Presidente:

Solicita o encaminhamento a Mesa Executiva, para justificar ausência do Parlamentar que assina, nas Sessões Plenárias realizadas nos dias 09 e 10 de dezembro do ano corrente, em virtude do falecimento de meu avô, Desembargador Heliantho Guimarães Camargo.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3830

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, **SOLICITA**, que seja justificado o não comparecimento à Sessão no dia 11/12/08.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) BETI PAVIN

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a compromissos anteriormente assumidos.

REQUERIMENTO Nº 3821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, **REQUER**, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Gonçalves Andreoli, ocorrido às 23h30 do dia 09/12/08, em Curitiba.

Do aprovado Requer ainda, que do presente seja enviada cópia à família do Dr. Francisco Gonçalves Andreoli, mãe, esposa, filhos e netos e em especial aos seus irmãos nossos amigos Dr. Odilon Andreoli Gonçalves - ex-Prefeito de Roncador e Dr. Paulo Marcelino Andreoli Gonçalves - ex-Prefeito de Campina da Lagoa, neste momento de grande tristeza, manifestando nossas condolência, na forma de solidariedade e saudade irreparável.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do amigo e companheiro Dr. Francisco Gonçalves Andreoli, ocorrida na data de ontem 09/12/08, em Curitiba.

Dr. Francisco Gonçalves Andreoli, nasceu 11/11/54, no município de Faxinal/PR, filho de Odilon Gonçalves Pinto (já falecido) e Sra. Angelina Andreoli. Era casado com a Dra. Leia Lucariello Erdmann Gonçalves e deixa três filhos: Francine, Francisco e Guilherme e um neto Ricardo, filho de Francine e Ricardo Gracioli Cordeiro Filho, e quatro irmãos; Ana Maria Gonçalves, José Armando Andreoli Gonçalves, e os amigos e companheiros de longa jornada Dr. Odilon Andreoli Gonçalves, ex-Prefeito de Roncador, e Dr. Paulo Marcelino Andreoli Gonçalves, ex-Prefeito de Campina da Lagoa.

Advogado e engenheiro civil, foi Juiz do Trabalho - Tribunal do Trabalho 2ª Região, em São Paulo/SP de 1986 a 1994 e engenheiro da Petrobrás, unidade de Cubatão de 1975 a 1980. Atuou de 2000 a 2007 como advogado e consultor em diversos municípios brasileiros. Era sócio-gerente da Andreoli & Advogados Associados.

Atuou sempre com brilhantismo, competência e determinação o que consolidou sua profissão com reconhecido mérito.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo a lembrança de homem honesto, amigo exemplar em sua família e sociedade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, em especial mãe, irmãos, esposa, filhos, netos externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 3823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais respeitosamente, **REQUER**, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, ocorrido ontem, dia 09 de dezembro, nesta capital.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento à família enlutada, na pessoa do Desembargador Clayton Coutinho Camargo, um dos filhos do extinto, no Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Heliantho Guimarães Camargo iniciou sua carreira como Juiz Substituto nas comarcas de Bandeirantes e Araucária, tendo sido nomeado Juiz Titular nas comarcas de Pitanga, Mallet, Sertãozinho e Londrina. Em Curitiba, respondeu pela 5ª Vara Criminal, 3ª Vara Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública e Vara de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria.

Em 1966, foi nomeado Desembargador. Em 1976, foi indicado pelo Tribunal de Justiça para integrar o TRE, órgão para o qual foi eleito Presidente. Em 1980, foi eleito Presidente do TJ.

Por sua integridade e sendo de justiça, recebeu títulos de cidadania honorária de diversos municípios onde atuou.

Heliantho Guimarães Camargo, que era viúvo de dona Maria José Coutinho Camargo, faleceu ontem, nesta capital, aos 93 anos de idade. Era pai do Desembargador Clayton Coutinho, Cresus, Cronge e Iara, bem como avô do Deputado Estadual Fábio Camargo.

Magistrado de vanguarda e personalidade forte, o Desembargador era muito admirado por seus Pares e pelos servidores do Judiciário.

Por esse requerimento, nossa homenagem póstuma ao Desembargador Heliantho, com sinceras condolências à família enlutada, na certeza de que o exemplo de vida deixado por ele será o alicerce para superar a tristeza da perda.

REQUERIMENTO Nº 3222

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, **REQUER** à Mesa seja oficiado ao Presidente do Condor Super Center, Joanir Zonta, em razão do Prêmio Top of Mind, por ser a rede supermercadista mais lembrada por

consumidores paranaenses, com voto extensivo aos funcionários do grupo, pois juntos fazem o sucesso desse importante empreendimento.

A pesquisa foi realizada pela Revista Amanhã e Instituto Bonilha nos 22 maiores centros de consumidores do estado.

Há 34 anos o Condor é presidido por Joanir Zonta, cujo empreendedorismo tem gerado emprego e renda para centenas de famílias, prestando relevantes serviços ao Paraná.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3833

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao município de Diamante do Norte pela celebração dos 45 anos de sua emancipação. O povoamento de Diamante do Norte tem início em 1953, com a instalação da Gleba Macuco, aberta pela Companhia Colonizadora Toledo Pizza. A nova localidade logo teve grande afluxo devido à fertilidade das terras e à necessidade de expandir a cultura cafeeira. Atualmente o município destaca-se pelo pujante desenvolvimento da agropecuária e, em especial, da apicultura. Dentre as festividades que comemoram o aniversário do município, ocorre a já tradicional Festa das Frutas, com exposições de orquídeas, do artesanato local, apresentações culturais, inaugurações e a realização do 4º Seminário Regional de Apicultura.

É, pois com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o município de Diamante do Norte, destacando sua história vitoriosa e o fato de ter-se tornado centro de referência nas áreas acima referidas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Diamante do Norte, Sr. Pedro Idivaldo Ruiperes Selani, na Prefeitura.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações do DETRAN/PR, referentes aos exames para a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação.

- Em média, quantas pessoas fazem anualmente os exames para a aquisição da CNH no Paraná?

- Qual o percentual de reprovação em cada um dos exames?

- Dos motoristas reprovados nos exames, qual é, em média, o número de repetições até a aprovação?

- Qual o exame que mais reprova, médico e psico-técnico, legislação ou prático?

- Quando da reprovação e nova tentativa, existe alguma diferença no valor da cobrança das taxas para a realização dos exames?

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes às obras de construção do Hospital Regional de Ponta Grossa:

- Foi realizado algum contrato aditivo para a construção do Hospital Regional de Ponta Grossa?

- Em caso afirmativo, qual a razão da celebração de tal contrato? Houve algum erro de cálculos no projeto original?

- Quais os valores do contrato aditivo?

- Quais a estimativa para a conclusão da obra?

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3826

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações da COPEL, referentes aos serviços de medição de consumo de energia elétrica:

- Os serviços de medição de consumo de energia elétrica é feita por funcionários do quadro próprio da COPEL ou por empresas terceirizadas?

- Em caso de empresa terceirizada, que empresa(s) está (ao) atualmente prestando serviços à COPEL?

- Qual a forma de contratação? Foi realizada licitação para a contratação? Anexar cópia dos contratos;

- Qual o tempo e custo desses contratos;

- Existem aditivos nesses contratos?

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, da SANEPAR, referentes aos serviços de medição de consumo nos hidrômetros:

- Os serviços de medição de consumo dos hidrômetros é feita por funcionários do quadro próprio da SANEPAR ou por empresas terceirizadas?

- Em caso de empresa terceirizada, que empresa(s) estão (ao) atualmente prestando serviço à SANEPAR?

- Qual a forma de contratação? Foi realizada licitação para a contratação? Anexar cópia dos contratos? Anexar cópia dos contratos;

- Qual o tempo e custo desses contratos;

- Existem aditivos nesse contrato?

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais, regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a prestação das seguintes informações:

Na PR-431 rodovia que liga o município de Jacarezinho ao município de Ribeirão Claro, há mais ou menos oito quilômetros de Jacarezinho, no local conhecido como Morro da Areia ou Porto de Areia do André em Ouro Grande, existe a exploração de areia que, segundo a comunidade local, está causando depredação acabando com um dos locais de beleza natural. Nossos questionamentos:

I) por que a extração de areia está acontecendo nesse local?

II - Existe autorização e licença para a exploração e extração de areia?

III - Quem autorizou e qual o prazo da licença?

IV - Existe o estudo do impacto ambiental?

V - Quando é retirado a areia e para que é utilizado?

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais, regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER da ANTT - Agência Nacional de Transportes os seguintes esclarecimentos:

I - A filha de identificação de passageiros, instituída pela Resolução nº 018 de 23/05/02, exigida por todas as empresas de transporte de passageiros no Paraná, em viagens intermunicipais e interestaduais, é encaminhada pelas empresas à ANTT após quanto tempo de viagem?

II - Como essa ficha, cujo modelo consta da citada resolução, possui informações de nome, identidade, data, origem e destino da viagem, além do motivo da mesma, são essas informações processadas pela ANTT?

III - Há alguma publicação da ANTT contendo a consolidação dessas informações? Solicitamos o encaminhamento das publicações que tenham essas informações.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

No dia 03/11/08, a menina Rachel Genofre de nove anos, foi encontrada morta, com requintes de violência, nas dependências da Estação Rodoferroviária de Curitiba. Até a presente data ainda não foi encontrado quem fez isso. Tratando-se de um importante terminal de passageiros, é de se supor que se as fichas de identidade exigidas no embarque, se processadas, podem, em caso assim, servir para pesquisa, cruzamento de dados, etc., por parte das autoridades policiais.

Mas não é o único objetivo que pretendemos com esses esclarecimentos. Queremos estudá-los, refletir sobre relatórios, buscar aplicação para os mesmos e, se necessário, oferecer aperfeiçoamento.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 542/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina a rodovia PR-090, o trecho da estrada estadual que liga Jataizinho à Piraí do Sul, de rodovia Deputado Francisco Escorsin, numa extensão de 230 quilômetros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Francisco Escorsin, nasceu em Jaguariaíva/PR, em 17/02/24 e faleceu no dia 06/01/92, em Curitiba/PR, filho de Bortholo Escorsin e Florinda Escorsin, casou com Helena Bagatin, em 30/01/48, na cidade de Joaquim Távora/PR, com quem teve três filhos: Bortolo Constante, Luiz José e Nilton Tadeu. Foi funcionário público estadual, como agente de rendas nos municípios de Joaquim Távora, Nova Fátima, Uraí e Assaí

Nas eleições de 1959, foi eleito Prefeito de Assaí - para o mandato de 1960 a 1963 - exercendo até o final de 1961, ano em que foi eleito Deputado Estadual, assumindo o novo mandato em 1962 e foi reeleito por mais 06 (seis) mandatos consecutivos ou seja até o final de 1986. Participou ativamente de diversas comissões permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e também ocupou o cargo de 4ª Secretário, sendo Presidente da Assembléia no ano de 1970.

Representou na Assembléia Legislativa os municípios de Assaí, Jataizinho, Nova América da Colina, Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira, Diamante do Norte, Dr. Camargo, Floresta, Francisco Alves, Guairá, Ibitiporã, Indianópolis, Ivatuba, Japira, Nova Londrina, Nova Fátima, Ourizona, São Tomé, Terra Boa, Terra Roxa e Ubatã.

Assaí e região deve muito das obras estaduais ao Deputado Escorsin, especialmente a rodovia PR-090, foi este homem simples e humilde que conseguiu do então Governador Leão Perez, a autorização para o início da pavimentação asfáltica da estrada Jataizinho a Assaí.

O Deputado “Chico” organizou diversas reuniões com Prefeito e Vereadores e líderes de Assaí a Pirai do Sul e trabalhou junto ao Governo do Estado para a pavimentação asfáltica de Assaí e São Jerônimo da Serra e depois até Pirai do Sul, fazendo nascer a rodovia PR-090 pavimentada, esquecendo a velha Estrada do Cerne de muitas histórias entre os caminhoneiros - pois era a única via de ligação do Vale do Tibagi a Curitiba.

Por tanto, por tudo que representou para a nossa política, agricultura e sociedade é que propomos essa denominação, pedindo aos nobres Pares desta Casa a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 543/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica definido como um Agricultor Prestador de Serviço Ambiental aquele agricultor que disponibiliza parte da sua unidade de produção agrícola localizada na área rural para a prestação de serviços ambientais, que utiliza os solos de acordo com a sua aptidão e adota tecnologias conservacionistas e cuja unidade produtiva está localizada em áreas de mananciais de abastecimento público.

Art. 2º Considera-se como Prestador de Serviço Ambiental aquele agricultor que:

- Mantém na sua unidade de produção agrícola uma área com cobertura florestal nativa, com comprovado valor natural, além das áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente e está localizada em áreas de mananciais de abastecimento público;

II - Realiza a proteção de todas as fontes e nascentes de águas através de manutenção da cobertura florestal nativa em seu entorno e a sua unidade produtiva está localizada em áreas de mananciais de abastecimento público;

III - Mantém as áreas de Reserva Legal com vegetação nativa e está sendo beneficiado pelas políticas das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) já cadastrada no órgão ambiental do Paraná;

IV - Sendo médio ou grande agricultor, possui uma unidade de produção em áreas de mananciais de abastecimento público e desenvolve processos de produção agroecológico com certificação reconhecida em território nacional;

V - Desenvolve ações de Educação Ambiental em parcerias com escolas públicas e/ou com movimentos ambientais e sociais;

VI - Adota um conjunto de práticas de conservação dos solos e águas no estado do Paraná, utilizando o solo agrícola dentro da sua aptidão, respeitando as classes de capacidade de uso do solo e estando em áreas de mananciais de abastecimento público;

Art. 3º São consideradas Áreas de Mananciais Públicos as microbacias hidrográficas que estão localizadas à montante da captação do manancial e que possuem a outorga de uso emitida pela autoridade.

Art. 4º O poder público, através de suas instituições de apoio aos agricultores, deve formatar ações e programas para fomentar a prática por parte de pessoas físicas e jurídicas que o qualifique como Prestador de Serviço Ambiental, na forma desta lei.

Art. 5º As ações e programas criados com esta finalidade devem se apoiar nos Fundos Estaduais do Meio Ambiente e no Fundo Estadual dos Recursos Hídricos.

Art. 6º Entendem-se como beneficiários da lei as seguintes categorias sociais que praticam atividades no meio rural:

I - Agricultor e empreendedor familiar, nos termos da Lei Federal nº 1326/06;

II - Médios agricultores;

III - Grandes agricultores;

IV - Empresários rurais.

§ 1º Para o enquadramento, consideram-se todas as formas de posse da propriedade, mesmo sendo de caráter provisório, tais como os arrendatários, posseiros, meeiros e assentados rurais.

Art. 7º As unidades com funções de Prestação de Serviços Ambientais devem estar identificadas e divulgadas no ambiente municipal e regional, tornando pública a finalidade.

Art. 8º As propriedades rurais da agricultura familiar que estiverem desenvolvendo atividades reguladas por esta lei na data de sua publicação, deverão adequar-se às suas disposições no prazo de cento e oitenta dias (180), contados da publicação do decreto que a regulamentar, bem como apresentar relatório circunstanciado ao órgão ambiental do estado das atividades desenvolvidas em suas unidades de produção agrícola.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de 180 dias a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/12/08.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O processo de produção de alimentos e matéria prima na exploração dos solos agrícolas do Paraná é um dos principais alicerces da economia do estado. Enquanto

os nossos campos produzem grandes safras, os impactos são marcantes no meio ambiente. A degradação dos nossos rios, principalmente nos mananciais de abastecimento público já atinge momentos críticos, como é constatado na Região Metropolitana de Curitiba, em Arapongas, Ponta Grossa e outras cidades paranaenses. A companhia de abastecimento optou pela captação de águas superficiais para abastecer 85% da nossa população. Ela capta uma água que, para a sua utilização, necessita de um denso tratamento químico.

Os espaços rurais no estado do Paraná, não são somente espaços de produção, mas também começam a ter uma importância nas políticas públicas que tratam da preservação e da conservação ambiental. Ou seja, aliar políticas de produção com as políticas de conservação ambiental e ao mesmo tempo oferecer ao Executivo, bases legais para esta ação. Portanto todos os agricultores do estado do Paraná, sem diferenciação das classes sociais, precisam deste novo entendimento.

É necessária uma ação de caráter transversal nas ações do Executivo. As questões da produção da agricultura, em um cenário ambiental, com uma complexidade cada vez mais intensa, obrigam a ter novos entendimentos e o estabelecimento de novos conceitos.

Esta proposição pretende qualificar os agricultores em Prestadores de Serviços Ambientais, como uma característica importante na formatação e na execução das Políticas Públicas para este segmento.

É fundamental investir na sensibilização, conscientização, preservação e proteção da qualidade hídrica, diminuindo assim as ações que utilizam produtos químicos para garantir uma água minimamente potável.

A iniciativa de compensar os serviços ambientais prestados pelos agricultores familiares em virtude da conservação e preservação da floresta se justifica plenamente em termos tanto sociais quanto ambientais. As contribuições destas famílias ao meio ambiente provem tanto da adoção de práticas de produção com maior sustentabilidade ambiental e social, bem como pela preservação e melhoria das áreas permanentes. A compensação econômica se justifica na medida em que se trata de iniciativas que estão contribuindo efetivamente à manutenção de serviços ambientais para o planeta como um todo.

Convém reafirmar finalmente que uma política pública para a compensação aos agricultores familiares pelos serviços ambientais prestados se justifica plenamente, pois é uma maneira de integrar uma política ambiental com inclusão social. Trata-se de uma iniciativa única com dois grandes propósitos e uma oportunidade singular de demonstrar de maneira exemplar ao Brasil que o Paraná faz um esforço redobrado ao contribuir para o clima global do planeta compensado às famílias dos agricultores que com seu trabalho prestam esses serviços a todos.

Assim, a presente proposta busca estabelecer essa compensação efetiva aos agricultores familiares, para que tenham meios de continuar preservando o meio ambiente em que estão inseridos, estabelecendo, contudo, incentivos e formas de compensação aos mesmos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Srs. componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho usar, hoje, novamente, aqui do Expediente, para relatar sobre o andamento do processo eleitoral do município de Imbituva, um município que fica na nossa região centro-sul, com aproximadamente 35 mil habitantes. O Sr. Zezo Pontarolo teve o registro da candidatura impugnado pela Juíza local, Dra. Danielle Guimarães, e pela Promotora Dra. Luíza Helena Nickel. O motivo para impugnação: as contas rejeitadas no Tribunal Eleitoral, e o Relator, Dr. Auracyr Azevedo de Moura, dando seu voto da relatoria, falou com competência sobre a vida pregressa do Sr. Zezo Pontarolo. Falou com competência, narrou e deu seu voto justo. Depois de ter lido cuidadosamente o processo, o Relator opinou pela impugnação do registro do Sr. Zezo Pontarolo.

O Deputado Péricles, o Deputado Pedro Ivo e o Deputado Jocelito também conhecem a região, o Deputado Marcelo Rangel, que é do PPS, também. O Sr. Zezo Pontarolo tem diversos processos, mas ele tem um que é muito gozado, muito estranho, quando foi da sua administração anterior. Havia um convênio, Dobrandino, para cederem vacas aos agricultores com a SIAPE, vacas da raça Jersey, ele pegou junto com os agricultores, depois mandou seu Secretário que fosse lá e pegasse uma declaração de que ele havia entregado os animais, com notas falsas, mas no caminho o seu Secretário da Agricultura o denunciou. Veja como é.

O que quero dizer para os Deputados, e aí Marcelo é uma coisa difícil para nós, porque na Sessão de ontem quem defendia o Zezo Pontarolo de tantas barbaridades que acontecem no município de Imbituva era o Sr. Luiz Fernando Pereira, advogado. Tenho que admitir que tenho certa vergonha, porque o Sr. Luiz Fernando Pereira é o advogado do meu partido, é do PPS. O nosso candidato, Celso Kubaski, pessoa íntegra, é do nosso partido, do PPS, e o advogado, infelizmente, vem defendendo de toda forma o Sr. Zezo Pontarolo. É uma coisa difícil. Foi um processo, ontem, bastante tumultuado, até que o Presidente do Tribunal chamou a atenção do advogado Pereira, o famoso Pereirinha, que acho que é famoso mesmo por seus atos quando vai defender, e nós que consideramos falamos até que é um partido limpo. Mas, infelizmente, tenho que dizer que tenho votado sempre e defendido o voto limpo, mas tenho que notar, tenho que falar aqui que o advogado do meu partido defende um candidato com a ficha mais do que suja.

Então, será que dentro do nosso partido não teríamos que propor que se advogue limpo também? Acho que teríamos que propor isso. Sinceramente, tenho que admitir, com certa vergonha, para o bem da população de Imbituva. Esse julgamento terá início amanhã novamente. E daí esperamos que a Justiça se erga e cumpra o seu papel.

É isso que eu queria passar a esta Casa de Leis.
Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria, em relação ao pronunciamento do Deputado Felipe Lucas, eu não pude fazer um aparte, não tenho procuração, conheço o advogado Luiz Fernando Pereira, gostaria, até para evitar problemas com a OAB, e em defesa do trabalho dos advogados, acho que é lícito cada advogado ter uma filiação. Mas, assim como um advogado que defende um criminoso não defende o crime, ele na verdade está fazendo o seu papel, assim também, não sei a história nem sei qual é o município, não prestei atenção, mas que o Deputado Felipe Lucas, e principalmente esta Casa, através da TV Assembleia, para que fique bem esclarecido que a defesa, tanto desse advogado, como de qualquer um, não tem nada a ver com a questão partidária, porque é o exercício de uma função e ele tem que defender, é o direito.

Então, para ficar esse registro, até porque o advogado Luiz Fernando Pereira também assessora, pelo que me consta aqui, a Bancada da Oposição e, inclusive, os Deputados do PPS. Mas, em nada implica também em eu tecer comentários sobre a sua atuação.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Pela Ordem)

Até entendendo a posição. Alguém me perguntou: “Você, como médico, atenderia um bandido?” Eu acho que aí é uma coisa diferente. Mas, uma questão, Deputado Reni, é muito séria, espera aí. Nós pregamos uma questão, fala-se em voto limpo, uma série de coisas, e eu sempre trabalhei pelo voto limpo, sempre votei no nosso candidato, no primeiro turno, votei nos dois primeiros turnos. Houve eleição quando o Rubens participou como candidato a Governador, no primeiro turno. Mas, acho que por uma questão partidária, é uma questão que, cá entre nós, isso tem tempo, não é uma questão de emergência, não é uma questão de vida ou morte. Acho que o Deputado tem suas razões, mas o advogado teria que ter um comportamento diferente. Acho que o advogado ou o partido teria que ter um comportamento diferente.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Muito obrigado, Presidente Nelson Justus, Deputados que compõem a Mesa, Deputadas, Deputados, senhoras e senhores.

Quero hoje abordar um tema que tive a grata satisfação de presenciar, de conhecer o trabalho do Dr. Laurindo. Um médico que dedica a sua vida a uma área muito bonita, que é a Oncologia, e especificamente atuando no Hospital Erasto Gaertner, onde ele trabalha lidando com o câncer bucal, principalmente. E hoje, por coincidência, também foi homenageado aqui, porque ele foi um dos médicos que foi para Santa Catarina ajudar essa situação grave que aconteceu em função das enchentes.

Mas, em 1989, o Dr. Laurindo, que está aqui presente, quando o Dr. Mário, que é o Diretor de Relações Institucionais do Hospital Erasto Gaertner, começou uma jornada em uma época muito difícil, porque fazer a prevenção hoje já é difícil, quando ele começou em 1989 era muito mais, o Dr. Laurindo começou a visitar as principais cidades do Paraná, hospedou-se nelas, dormiu nas escolas, passando 15, 20 dias, onde atendia bóias-frias, mulheres da comunidade, pessoas mais carentes, orientando e fazendo uma espécie de estudo de casos, do que aconteceria em todo o Paraná.

Antigamente, quando surgiam pessoas com câncer para se tratarem no Hospital Erasto Gaertner, 20% aproximadamente tinha um tumor com tamanho de até 4%. Hoje, metade, mais ou menos, tem o tamanho de até 4 cm. Nesse tamanho, 85% dos casos são curáveis. Isso foi feito através de um processo de conscientização e de prevenção, que ele procurou adotar no estado do Paraná. Por exemplo, nessa semana de novembro última, ele passou alguns dias na praça Osório, fazendo um trabalho de prevenção, sempre ocupando através de exemplos a mídia.

Hoje, além de parabenizá-lo, Dr. Laurindo, nesta Casa, quero solicitar que a Secretaria da Saúde procure atuar mais na prevenção, que é o que salva e que sempre evita, em qualquer patologia, problemas no futuro. No caso específico do câncer bucal são o álcool e o fumo os carros-chefe que fazem com que as pessoas adquiram esse mal.

O Dr. Laurindo, hoje, foi homenageado, por coincidência, a respeito de Santa Catarina. Mas pretendemos fazer uma homenagem a ele e a sua equipe, pelo que eles fazem na área de prevenção. O Dr. Flávio, que é o Diretor Geral do hospital e Superintendente, deverá vir aqui na próxima semana, para falar sobre a ampliação do Hospital Erasto Gaertner, que é o maior hospital do sul do Brasil na área do tratamento do câncer, um trabalho muito difícil e muito bonito. Dia 17, na semana que vem, às 14h, vai haver uma festa na área pediátrica do hospital. Quem conhece o hospital e o seu trabalho sabe que não tem igual. Essa diretoria - o Dr. Flávio e o Dr. Mário que estão aqui - é um exemplo daquilo que deve ser feito no hospital. Eles, além de recuperarem e sanarem o hospital, há alguns anos eles estão lá, estão ampliando, aumentando a capacidade de atendimento, além da sua qualidade. A sua equipe é fantástica, mas está muito melhor. Parabenizá-los pelo que fazem pelas pessoas, pelo Paraná.

Eu, por diversas vezes, estive visitando o hospital. Tenho o Hospital Erasto Gaertner como um exemplo para o Brasil, de seriedade, de competência e da maneira humana e carinhosa com que vocês tratam seus pacientes. Quem vai lá não deixa de se emocionar. Porque essa doença, o câncer, talvez seja a mais difícil e triste de lidar. Infelizmente, quando se pega uma criança doente, que às vezes não consegue se recuperar, acaba mexendo demais com o ser humano. Parabenizar, principalmente, o Dr. Laurindo, especificamente pelo trabalho que ele faz na área de prevenção do câncer bucal.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Pedro Ivo.

Deputado Pedro Ivo (PT)

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocar a minha opinião sobre a reforma tributária que iremos votar hoje, aqui, em 1ª votação.

O estado do Paraná pediu um estado para a FIEP, para o departamento financeiro, que através de vários dados, como INPC, IBGE, Ministério do Trabalho, chegou a uma conclusão de que o Paraná tem 2 milhões e 335 mil trabalhadores, que ganham até sete salários-mínimos. Isso significa 94% da população ativa de trabalhadores do estado do Paraná. Eles têm um poder de consumo de 2,8 bilhões por mês. Com a redução da alíquota que o Governo está propondo de 25 para 12 e de 18 para 12, isso significa uma receita a mais para a classe trabalhadora de 27,9 milhões por mês. Em compensação, teria um acréscimo de 9,1 milhões por mês. Ou seja, sobraria um saldo no bolso da classe trabalhadora até sete salários-mínimos, de 18,8 milhões por mês. Esse cálculo foi feito para os pensionistas também, que é 1 milhão e 400. Também descontando o que eles teriam de perda e o que teriam de ganho, teriam uma receita de 7,45 milhões de ganho por mês, os pensionistas e aposentados no estado do Paraná, com essa redução de 18 para 12 e de 25 para 12.

A proposta do Governo prevê a redução de vários produtos como: alimentos, medicamentos, fármacos, higiene, calçados, vestuários, madeira, eletrodomésticos, enfim, e prevê o aumento e 2% na alíquota do combustível, na alíquota da energia, da bebida alcoólica, do fumo e do cigarro.

Queria, a partir desses dados que mostra que a classe trabalhadora é que será a grande beneficiada nesse processo da redução da alíquota do ICMS, queria colocar principalmente a vocês donas-de-casa que estão assistindo a TV Assembléia, que quando vamos, por exemplo, num supermercado e com a aprovação desse projeto do Governo do Estado, compra um vidro de xampu que está embutido 25% de ICMS nesse produto, você terá um ganho de 86 centavos nesse produto; mesma coisa com um vidro de

fermento, terá um ganho de 13 centavos na redução do preço final desse produto. Aí, peguei um exemplo da minha mãe, que tem um consumo e energia de 210kw. É acima da média do estado. O Paraná, a média de consumo de energia é 200kw. A minha mãe paga R\$ 88 de energia. Ela terá um acréscimo de 1,77. Apenas nesses dois produtos ela já tem R\$ 1 de desconto com a alíquota caindo de 25 para 12 e caindo de 18 para 12. Já compensaria com uma compra de R\$ 30 no supermercado, compensaria esse aumento de 1,77 na conta da energia elétrica.

Queria dizer principalmente à Oposição que lembro do embate da CPMF. Não queria dizer só a Oposição, mas falar ao meu partido, ao PT também. Quando aqui, um lado defendendo a CPMF e o outro lado defendendo a cobrança da CPMF. A CPMF, eu pensava assim: quanto será que vai baixar num frango, aqueles centavos que se paga sobre o preço final? Provavelmente não baixou nada, porque é um setor que não é tão competitivo. Centavos no bolo geral. Na questão do supermercado é diferente. É extremamente competitivo, significa margens de 6%, de 13% e o supermercado hoje trabalha com uma margem de 1,50%.

Então, é óbvio que terá redução no preço final. Aqueles que dizem que não vai ter redução no preço final têm que lembrar do discurso da CPMF. Que se dizia aqui que teria, sim, redução no preço final.

Digo a mesma coisa com a reforma tributária que o estado está prevendo.

Quando se faz o custo no supermercado, você coloca o preço do produto, você coloca o ICMS, a defesa fixa, isso é uma coisa automática, e você coloca a margem que quer ter em cima daquilo. Automaticamente, ao invés de se colocar 18, vai se colocar 12; ao invés de colocar 25, vai se colocar 12 e o produto tem muita concorrência. Os supermercados são muito competitivos e a concorrência faz com que realmente, com uma margem de 6 e 13% a menos, não tem como reduzir na ponta.

Se baixasse apenas 2,4% aí já equilibraria esse aumento que terá no combustível, no fumo, no cigarro e na energia elétrica.

Eu queria, para finalizar, dizer então que acho que a idéia que o Governo está tendo de levar em conta aquele princípio de que é preciso que todos paguem, para que todos paguem menos, é o caminho para que possamos reduzir mais ainda a carga tributária, como o Governo do Estado já vem fazendo. Reduziu a carga tributária do ICMS, reduziu a carga tributária da cesta básica, da construção civil, de produtos agrícolas e vem, com certeza, com essa reforma poderá baixar mais ainda a carga tributária, porque aí sim todos pagam, para que todos paguem menos.

Por isso vou defender essa proposta junto ao meu partido no sábado, e o meu partido gostaria que refletisse quando defendi a cobrança da CPMF, que precisamos ter a coerência que esse é um projeto que atinge em cheio a classe trabalhadora e, portanto, está dentro daqueles princípios que o nosso partido sempre defendeu.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PTB/PR; Bloco PPS/PMN; Bloco PSB/PRB/
PV; Democratas; PP.

(**Declinaram**)

PT. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde para manifestar a posição do partido que represento nesta Casa, o Partido dos Trabalhadores, sobre, particularmente, o projeto que modifica as alíquotas do ICMS, projeto do Poder Executivo, e também quero me manifestar, na condição de Presidente da Comissão de Educação, sobre o projeto do Governo do Paraná que estabelece o salário base para os professores da rede pública estadual.

Com relação à mudança na alíquota do ICMS, temos conversado muito, não só entre nós Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, mas também com a presidência do Partido e os demais membros da Comissão Executiva do Partido, e aprofundamos bastante o debate sobre esse tema e esse projeto de lei. Mas alguns parâmetros devem ser colocados para a população que nos ouve, nos assiste pela TV SINAL, alguns princípios que regem a conduta do Partido dos Trabalhadores.

Em primeiro lugar, somos o partido que participa do Governo atual, somos bancada de sustentação deste Governo e temos três Secretários importantes, que têm uma ação no centro do Governo do Paraná: Secretaria da Agricultura, num estado como o Paraná, que é um estado da agricultura familiar, um estado pujante, contribui muito para a sociedade brasileira, temos o companheiro Valter Bianchini; a Secretária Lygia Pupatto, da Secretaria da Ciência e Tecnologia, com enormes programas que estão acontecendo na sua Secretaria, plano de cargos para as universidades, recursos cada vez maiores, mais vultosos para as nossas universidades, Universidade sem Fronteira, participação das instituições paranaenses em cursos de qualificação para os professores da rede pública; e temos também o Secretário Enio, que é Deputado licenciado, exercendo a condição de Secretário do Planejamento.

Se estamos neste Governo é porque nele acreditamos. Acreditamos que este Governo é um Governo que utiliza de forma correta os recursos que arrecada. Tem dado exemplos para todo o Brasil. Basta fazer uma análise de quanto este Governo tem gastado em publicidade: praticamente nada. É uma coisa rara, excepcional um Governo que tem esta coragem com relação a essa

questão de publicidade. Um Governo que tem dedicado os recursos do estado e colocado, investido e alocado os recursos nas melhorias das condições de Educação, aumento de salário dos professores, construção de escolas, quadras esportivas, informatização das escolas, na Saúde, as pessoas sentem nas suas cidades - eu sou um cidadão de Ponta Grossa, um hospital de mais de R\$ 17 milhões, o aumento de leitos de UTI, auxílio ao Programa da Família.

Então não temos nenhuma dúvida que este Governo é um Governo progressista, que utiliza muito bem o recurso que arrecada. Um Governo contra o qual não há nenhuma denúncia concreta de corrupção. Um Governo que tem muitas virtudes. Nós participamos do Governo com muita honra. Então, não há dúvida na consciência de nenhum Parlamentar do PT que o dinheiro arrecadado pelo Governo Requião será muito bem investido para a nossa sociedade e para as pessoas que mais necessitam do Governo.

O outro princípio, o PT não faz aquela linha de argumentação com uma sociedade cruel como a nossa, de brutais desigualdades, que uma minoria que tem privilégio históricos e circulares, não só na concentração da propriedade, mas da renda. Nós defendemos que o estado, num país como o Brasil tem que ter recursos e o estado só pode arrecadar recursos, para distribuir esses recursos, através dos impostos. Então, se por um lado não defendemos nenhuma sanha arrecadadora, achamos que há um limite, de arrecadação para a sociedade brasileira suportar. Também não pertencemos à linha do neoliberalismo ideológico, que acha que o estado só tem que cortar gastos, cortar gastos e cortar gastos. Que a sociedade por si mesma, através das leis, da forma de mercado, é capaz de distribuir renda e construir a fraternidade e a igualdade. Isso não aconteceu em nenhum país do mundo.

Esses princípios são muito importantes para que as pessoas que nos assistem e o povo paranaense possa julgar a decisão do PT na sua votação com relação a esse projeto.

Um outro aspecto é que nós acreditamos na análise que o Governo faz e acreditamos, não só interpretando essa análise com afincos, com estudo, mas porque também os economistas que dão assessoria ao PT, que têm vínculo, inclusive, com o DIEESE, assina um documento explicitando que, essa reforma vai ser progressista, as pessoas mais pobres vão ter vantagens com ela. Porque para os 95 mil produtos que terão redução de ICMS caiu de 18 para 12% e outro de 25 para 12, um leque muito grande. Isso vai ter um reflexo na renda e no consumo das pessoas mais pobres, que têm uma renda entre um e seis salários-mínimos. Os itens que terão aumento de alíquota nessa faixa de renda de um a seis mínimos representam 15%, na faixa de um a 40, e 14,21 para faixa de um a seis, os que terão aumento. Os que terão redução de alíquota representam para a faixa de um a seis, 17,88% de redução do preço.

Portanto, para as camadas que ganham até seis mínimos, conforme dados dos nossos economistas que nos orientam e do Governo do Estado, que acreditamos nesses dados, haverá benefício para a população mais pobre. Ela será beneficiada, porque o aumento da energia 2%, o aumento da gasolina, no cigarro e na bebida e nas telecomunicações, ele tem uma incidência menor que a redução dos 95 mil produtos, em relação ao orçamento das pessoas mais pobres.

Quando votamos nesses termos, temos a consciência que essa reforma é boa para as pessoas mais pobres. É claro que aí surgem algumas questões, por exemplo: será que essa redução de alíquota no ICMS vai ter uma relação direta com a redução de preço dos produtos? Será que existe a livre competição no mercado, que a lei geral de forma de preços, que é capitalista, vai vigor dessa forma? Ou seja, reduzir o ICMS em 6%, o preço cai os mesmos 6%?

Nós temos dúvida disso. Sabemos também que a alíquota da gasolina e da energia elétrica vai de uma vez só no preço e já se mostra claramente para o consumidor.

Em função dessas dúvidas que ainda temos, estamos apresentando algumas emendas que estamos entregando ao Líder do Governo, temos que negociar com o Governo do Estado, esperamos que haja concordância do Poder Executivo e da Bancada do PMDB, para que possamos aprovar essas emendas. Uma das emendas é uma emenda que determina que não será dado aumento de 2% para a energia, para as empresas que estão regidas pelo sistema do SIMPLES. A outras que não haverá aumento de energia para as padarias do Paraná.

O Deputado Tadeu Veneri fez um estudo e se reuniu com representante das padarias que já sofrem muitos problemas com concorrências, com as grandes redes de mercado, é uma emenda nesse sentido. Há outras emendas consolidando o próprio Governo. Uma criando uma Comissão de Estudos para que o Governo faça uma análise para conseguir ampliar o limite de arrecadação das empresas que serão recolhidos o SIMPLES e também uma outra emenda para, daqui a seis meses, seja convocada pelo Poder Executivo uma Audiência Pública para fazer uma análise do que aconteceu com a reforma, se realmente aquilo que era projetado se consolidou e uma readequação da reforma em função do que aconteceu, na realidade, para o próximo ano.

Acreditamos que essas emendas terão a simpatia do Governo e esperamos a aprovação de todos os Deputados.

Por isso temos muita tranquilidade em votar hoje o projeto pela legalidade. Esperamos o resultado das emendas, discussão com o Governo em função desses resultados. No sábado, o Diretório Estadual se reúne em Curitiba e vai tomar uma decisão final sobre a questão do mérito dessa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação à matéria que vem do Governo Estadual sobre o piso dos professores, vamos apresentar emenda. Conversa há pouco com o Deputado Marcelo Rangel e vamos apresentar emenda junto com outros Deputados do PT e do PPS, uma emenda que produz o piso nacional.

O piso nacional, afinal de contas, foi iniciado no nosso partido, o Presidente Lula sancionou e mandou a lei para o Congresso Nacional para ser aprovado, e o piso nacional estabelece uma carga horária de 33% de preparo a carga horária do padrão do professor. Se o professor tem 40 horas de padrão, ele terá que ter 33% de preparo, são 13, 12 horas fora de sala de aula.

Apresentamos essa emenda ao projeto do Governo com relação ao piso dos professores e votamos em 1ª discussão favoravelmente pela legalidade ao projeto de reforma do ICMS do estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Quero deixar registrado na Sessão de hoje uma reunião que aconteceu em Ponta Grossa no dia de ontem, onde o Sindicato Rural e a Sociedade Rural dos Campos Gerais chamaram os seus representantes na Assembléia e integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal para discutir um sério problema que está acontecendo dentro dos Campos Gerais, que é o roubo de tratores, defensivos agrícolas e de gado.

Uma preocupação muito grande tomou conta do campo, onde a falta de segurança é muito grande. Os proprietários que vêm sofrendo com o roubo em suas propriedades naquela região, estão chamando as autoridades para que todos juntos possam trabalhar numa linha de ver o Governo do Estado do Paraná proporcionando uma segurança maior no campo.

A verdade é que o número significativo de roubo de gado aconteceu naquela região, tratores sumiram de propriedades e naturalmente o defensivo agrícola que foi comprado pelos produtores, está depositado em suas áreas e eles, naturalmente, nos próximos meses, vão usar na produção da cultura que ali naquela região é plantada. Chegou-se a uma conclusão que as entidades e também os integrantes das Polícias que ali estavam vão fazer um trabalho em conjunto, tentando informar os produtores dos roubos que acontecem em determinadas regiões daqueles municípios que compõem os Campos Gerais e, ao mesmo tempo, trabalham para que num trabalho integrado possamos diminuir e coibir tudo aquilo que ali está acontecendo.

Uma das propostas e decisões que ali foram tomadas, porque ali havia não só representantes como também um grande número de proprietários, é uma mobilização de todos, inclusive com os proprietários rurais, o mundo político, os representantes de Ponta Grossa na Assembléia Legislativa, no Governo Federal, na Câmara de Vereadores,

os Prefeitos dos Campos Gerais, para que aqui viessem discutir e mostrar, junto ao Governo do Estado do Paraná, o problema que está preocupando todos os que vivem naquela região.

Era isto o que eu queria deixar registrado, uma reunião importante, que foi feita na liderança do Presidente do Sindicato, o Sr. Sérgio Zuzin e também do Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, Fernando de Paula, que proporcionaram e naturalmente mobilizam uma grande reunião para que possamos ter, do Governo do Estado, uma resposta concreta e clara. E ali eles lembravam um período e um tempo atrás, quando a Patrulha Rural, que eram viaturas da Polícia Militar, que foi equiparada para que pudesse fazer visitas periódicas no interior dos municípios e desta forma fazer um combate preventivo ao roubo que existe e traz um sério prejuízo a todos os proprietários.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedemos a palavra ao Deputado Ney Leprevost, no horário destinado ao Partido Progressista.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna no horário destinado ao Partido Progressista, na tarde de hoje. O primeiro deles é o terminal privado de contêineres que está sendo proposto por um grupo de empresários, para o município de Pontal do Paraná.

Ontem estive na Audiência Pública que foi realizada pelo IBAMA, lá na Praia de Leste, que faz parte do município de Pontal do Paraná. Quero inclusive aqui louvar o Superintendente do IBAMA no Paraná, e cumprimentar o Governo Federal pela excelente escolha que fez, o Dr. José Álvaro Carneiro para responder por esta importante instituição aqui em nosso estado. José Álvaro Carneiro presidiu com imparcialidade, com independência esta segunda Audiência Pública. Nós estivemos, também, na primeira Audiência Pública, que ocorreu há alguns meses atrás e que foi bastante tumultuada, pela advogada representante do porto de Paranaguá, a advogada do Sr. Eduardo, que administra aquela instituição portuária.

Desta vez a Audiência Pública foi mais tranquila, mais organizada, com participação mais efetiva da comunidade. E o que foi possível perceber lá em Pontal do Paraná é que a ampla maioria da população é favorável a este terminal portuário privado que está sendo proposto por um grupo empresarial, liderado pelo empresário João Carlos Ribeiro, aqui de Curitiba.

Por que a população está favorável? Porque o grande problema, hoje, em Pontal do Paraná, é o desemprego. E um estudo feito por economistas, engenheiros,

um estudo também ambiental, não apenas de impacto econômico que foi feito com o auxílio de oceanógrafos, de químicos, de físicos, aponta que os possíveis danos ambientais momentâneos que esta iniciativa poderia trazer são perfeitamente contornáveis pelos empreendedores. Mas, por outro lado, o terminal de contêineres privados em Pontal do Paraná poderá gerar, a curto prazo, 14 mil empregos para o litoral o Paraná!

O estranho é que, se por um lado existem alguns estudantes extremamente idealistas, que devem ter a sua opinião respeitada e que momentaneamente se opõem a esse projeto, como é natural que realmente ocorra uma desconfiança em relação a tudo o que é novo, porque o ser humano é assim e tem resistência às mudanças, por outro lado vemos pessoas que, não por causa da questão ambiental, mas por motivos outros - e há muito mais entre o Céu e a Terra do que imagina a nossa vã filosofia, já dizia Hamlet, de Shakespeare - pessoas ligadas ao porto de Paranaguá não querem esse terminal privado de contêineres e defendem um porto público em Pontal do Paraná.

E agora pergunto: para o meio ambiente, qual a diferença em termos um porto público ou um porto privado no terminal da Ponta do Poço? Será que nós queremos mais um porto público no estado do Paraná? Um porto para ser mal administrado, como está sendo mal administrado o porto de Paranaguá pela atual gestão?

Particularmente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, respeito aqui a opinião de cada um e tenho um profundo respeito principalmente por aqueles que divergem da minha opinião. Não me intitulo professor de Deus, muito pelo contrário, e como dizia o filósofo Sócrates: "Só sei que nada sei". Mas, o pouco que pude perceber nas duas Audiências Públicas promovidas pelo IBAMA é que a população de Pontal do Paraná está ansiosa e aguardando pela concretização desse empreendimento. O que posso dizer é que a população está ansiosa por esse porto, porque Ponta do Paraná não agüenta mais ver os seus filhos, os seus jovens desempregados, muitos deles nas ruas e enveredando pelo mau caminho, por falta de oportunidades.

Por isso, quero pedir ao Governo do Paraná, pedir diretamente, olho no olho, ao Sr. Governador Requião, pessoa que muito respeito, que se não quer ajudar esse projeto a se concretizar, que pelo menos não atrapalhe. E a única salvação que o Litoral do Paraná tem é investir em infra-estrutura e investir na indústria do turismo, e o litoral do Paraná não pode abrir mão de 14 mil empregos que serão gerados pelo terminal portuário privado da Ponta do Poço, que por sinal tem um calado muito mais apropriado para receber grandes navios do que o porto de Paranaguá.

Um outro assunto referente ao Litoral do estado diz respeito à cidade de Paranaguá e à Ilha do Mel. Hoje recebi em meu gabinete, pela manhã, telefonemas de moradores da Ilha do Mel; do Prefeito Baka, de Paranaguá; do Vereador Alceu Maron, de Paranaguá; do Vereador Ricardo, de Paranaguá; da Vereadora Sandra Dudorinho, de Paranaguá;

telefonemas de pessoas que têm casa na Ilha do Mel pedindo que nós, Deputados, antes de votarmos um projeto que está na pauta de hoje aqui na Assembléia, um projeto que mexe com o zoneamento da Ilha do Mel, eles não estão pedindo para votarmos contra esse projeto, mas estão solicitando que democraticamente esse projeto seja retirado da pauta da Assembléia e só retorne à pauta após a realização de uma Audiência Pública na Ilha do Mel.

Ora, Deputada Rosane, não creio que os moradores da Ilha do Mel estão pedindo muito. Eles estão pedindo apenas democracia, estão pedindo apenas que o seu direito de serem ouvidos seja respeitado. Será que esta Casa vai negar aos moradores da Ilha do Mel o direito de serem, ouvidos?

Quero fazer um apelo aos Deputados Estaduais, que são verdadeiros democratas, que na hora que vier para a pauta esse projeto, nos ajudem a retirar esse projeto. Não vamos votar contra, até porque o projeto tem mais virtudes. Mas, vamos fazer uma Audiência Pública. E peço ao competente Deputado Luiz Eduardo Cheida, que preside a Comissão do Meio Ambiente, para promover uma Audiência conjunta na Ilha do Mel antes de votarmos esse projeto.

Acredito que nós Deputados esse respeito, essa admiração ao povo do Paraná e à Ilha do Mel, que é tão explorada turisticamente, um lugar tão bonito e importante. Claro que precisa continuar sendo preservada, mas vamos ouvir o que pensam as pessoas que vivem naquele local.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Esse porto não tem nada a ver com o porto que o Paraguai está pensando em instalar nessa região? Ouvi qualquer coisa que o Paraguai está de olho nesse porto.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Não. Não tenho essa informação. É um porto privado que está sendo proposto por empresários daqui do Paraná. Claro que vão buscar recursos fora do Brasil, pois ninguém tem recursos aqui no Brasil para bancar sozinho um porto privado.

Ontem algumas pessoas ligadas a atual administração do porto de Paranaguá espalharam em Pontal do Paraná que, se esse porto for instalado, dentro de cinco anos cada família de Pontal do Paraná terá um membro da família com HIV.

É uma informação infundada, sem embasamento científico. É uma barbaridade essa informação. Isso é a tática Gabol. O Gabol era o marqueteiro de guerra do Hitler: repetir a mentira até virar verdade.

Pelo que vi ontem, o investimento é muito positivo, muito bom. E o importante é que o povo do Paraná tenha mais oportunidades de emprego, porque o emprego dignifica o homem. O homem que tem emprego garante a saúde, a educação, a cultura e o lazer para sua família.

A nossa luta tem que ser por mais empregos e empregos de qualidade para a população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A imprensa do Brasil inteiro está noticiando que em Brasília estão discutindo, no Congresso Nacional, uma mudança na questão do meio-ingresso para estudantes. A última informação é que implantariam uma cota, 40%, não está bem definido. A carteirinha da União Brasileira dos Estudantes ou de União Paranaense dos Estudantes não valeria mais nada. O estudante que quiser usufruir o benefício terá que requerer uma carteirinha, se aprova a deliberação do Congresso Nacional. Para poder usufruir de desconto num show, num futebol, num teatro, vai ter que requerer uma carteirinha para a Casa da Moeda, em Brasília. Imagine um aluno lá de uma pequena cidade.

Para lembrar, Deputado Augustinho Zucchi, com este gesto liberal de V. Exa., que já tem uma lei, aqui no Paraná, cujo projeto é de minha autoria. No ano de 1995, um projeto foi aprovado por esta Casa. Há 13 anos eu estava aqui como Deputado, o projeto foi sancionado pelo então Governador Jaime Lerner, e diz o seguinte: “Assegura o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino, conforme específica.” Então, à medida que o Congresso está tomando em Brasília, é uma marcha à ré, é um retrocesso, é uma sacanagem contra os estudantes, porque eles vão tomar na cabeça.

Passando essa medida que estão estudando em Brasília, os Deputados, os Senadores, junto com os artistas, muitos estudantes não vão mais comparecer ao teatro, a um show, a uma casa de diversão, a uma praça de esporte. Não tenho dúvida que isso serve apenas para prejudicar o estudante. Então, como temos lei aqui no estado do Paraná, um projeto de nossa autoria dando o direito do meio ingresso ao estudante, vamos fazer um apelo. Oportunamente, conversei aqui com o Deputado Marcelo Rangel, esta figura sábia, para batalharmos no sentido de mostrar ao Congresso Nacional que não tem que alterar nada, que tem que continuar dando o benefício para favorecer a vida do estudante e não para prejudicá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto a Liderança do PSDB.

(Declina)

Consulto a Liderança do PDT. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiramente, como Líder do PDT nesta Casa, quero fazer um convite em nome do Senador Osmar Dias. Na próxima segunda-feira, dia 15, haverá um Seminário

em Curitiba, no Hotel Bristol, na rua Deputado Mário de Barros, 1158, no Centro Cívico. o Seminário tem como tema: “Diretrizes de políticas públicas para uma programa de Governo suprapartidário”, tendo à frente o Senador Osmar Dias. Na próxima segunda-feira, estão todos convidados.

Na verdade, esse Simpósio, Deputado Caíto Quintana, é para começar a discutir o Paraná dos próximos anos, e é preciso começar agora. O Senador Osmar Dias, a partir daí, vai começar a fazer um roteiro por todo estado do Paraná, em todas as regiões, discutindo com todos os segmentos, o Paraná que queremos para os próximos anos, que queremos e que precisamos. Todos, independente de partido, estão convidados.

Estou apresentando, Sr. Presidente, um requerimento de esclarecimentos da ANTT - Agência Nacional de Transportes, a respeito da identificação de passageiros na rododotferroviária. Então, estamos fazendo algumas perguntas à ANTT. Isso em relação à menina Raquel, o seu corpinho foi encontrado deixado numa mala, Deputado Reni Pereira, na rododotviária de Curitiba. Existe uma resolução do estado do Paraná em que o passageiro tem que identificar, mas é opcional dizer para onde ele vai, de onde ele vem. Então, queremos informações da ANTT, queremos esses esclarecimentos.

Estou apresentando hoje também na Casa, um pedido de informações e espero o apoio de todos, inclusive da Bancada do Governo. É um pedido de informações dirigido ao Chefe da Casa da Civil e ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Na PR-431, Presidente, rodovia que liga o município de Jacarezinho ao município de Ribeirão Claro, a mais ou menos oito quilômetros de Jacarezinho, no local conhecido como Morro da Areia ou Porto de Areia do André, em Ouro Grande, existe a exploração de areia que, segundo a comunidade local, está causando depredação, acabando com um dos locais de beleza natural. E os nossos questionamentos são os seguintes: por que a extração de areia está acontecendo nesse local? Na verdade esse local é um morro. Existe autorização e licença para a exploração e a extração de areia? Quem autorizou? Qual o prazo da licença? Existe o estudo de impacto ambiental? Quanto é retirado de areia? E para que é utilizada essa areia? Então, precisamos agora de informações oficiais do Governo. É um morro muito bonito e estão acabando com ele.

O Deputado Romanelli já deve ter passado por lá e deve ter visto, inclusive, entre Jacarezinho e Ribeirão Claro, aquele morro de areia. Estão retirando toda a areia dali, areia para a construção civil. E hoje esse morro, para se ter uma idéia, está mantendo toda a construção civil no norte pioneiro, no norte do Paraná e sul de São Paulo. Caminhões e mais caminhões de areia acabando com aquele morro.

Então, essas respostas, Deputado Romanelli, tenho certeza que V. Exa. vai ajudar a aprovar esse requerimento de pedido de informações, porque é importante para todos nós, para o IBAMA, para saber quanto tempo, se há impacto ambiental, estudo.

A respeito da reforma tributária. Sob a orientação do Senador Osmar Dias, a Bancada do PDT fechou questão contra a reforma tributária do Governo Estadual, mas fazendo a seguinte sugestão: que esse projeto seja dividido em duas partes. A parte que traz o ICMS de 18 para 12%, esse nós aprovamos. E a outra parte que aumenta em 2% o imposto da gasolina, do diesel, da telefonia, da bebida, até nós concordamos, cigarro também concordamos. Agora, a energia, os combustíveis e a telefonia, um outro projeto, aí votaremos contra esse projeto. No outro, sim, de 18 para 12%, com esse o PDT concorda e volta a favor. Como não sei se é possível, ainda ontem o Deputado Valdir Rossoni fazia um apelo, aqui, para que o Governador retirasse o projeto.

Acho que seria muito bom a retirada desse projeto, porque ainda não é o momento. Inclusive será apresentado um requerimento para deixar para o ano que vem, até porque não é o momento para isso, é momento de baixar impostos e não de aumentar. O momento é difícil e de expectativa. Não podemos colocar mais lenha na fogueira, pelo contrário, o nosso papel é colocar água bem fria e gelada, para acabar com ela.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Deputado, primeiro, a areia que está sendo extraída na região de Ribeirão Claro tem um peso de ouro, visto que a areia em Londrina chega a uma distância de 300 quilômetros. Não existe areia para a construção civil adequada. Ela vem da região, aqui, que o Miltinho Pupio conhece muito bem, de Nova Londrina. Está se pensando em levar areia da região de Balsa Nova, que ainda tem um pouco.

Estranhamente ainda existe o explorador, que está extraindo em lugar não adequado. Não sei porquê o IAP fiscaliza o coitado do agricultor aqui na região, quando ele corta uma árvore, e fica de olhos vendados a um crime ambiental tão grande como o que V. Exa. trouxe aqui, hoje. Certamente que esta Casa poderá enviar uma Comissão *in loco*, para se levantar onde está a cumplicidade do IAP e de outros órgãos, que estão permitindo extrair areia nessa região.

V. Exa. que é oriundo de Jacarezinho, talvez saiba ou fique sabendo agora, que a estrada desta cidade a Ribeirão Claro está praticamente intransitável. Esta é a resposta do transporte da areia.

Pedir a V. Exa., que falasse a esta Casa e aos telespectadores que estão nos ouvindo, no Paraná inteiro, qual a posição do nosso Líder, Senador Dias, a respeito da reforma tributária que o Governador está encaminhando a esta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Deputado Cartário, até posso repetir, já coloquei aqui. Mas a orientação do Senador Osmar Dias é para votar contra a reforma tributária. A não ser que ela seja destrinchada, dividida. Uma que diminui os impostos em

92 mil produtos, e a outra que aumenta o imposto da gasolina, da telefonia, da energia elétrica e das telecomunicações. A orientação é para que a Bancada do PDT feche questão contra essa reforma tributária. O Senador Osmar Dias, ontem, fez um discurso no Senado a respeito disso, fazendo um apelo a todos nós.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, V. Exa.

Horário do PMDB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinaram)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 581/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor Geral do DER, a execução de obras de manutenção na rodovia Maria Nifa Garanhão/PR 498, no trecho Japurá até o Rio Ivaí (Porto Japurá). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 582/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e a Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual José Elias, no município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 583/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Professora Maria Lopes de Paula, no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 584/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Pedro Piekas, no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os Devidos fins.**

Indicação nº 585/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Heráclito F. Sobral Pinto, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 586/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Helena Kolody, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 587/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Tancredo A. Neves, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 508/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 508/07
A Assembléia Legislativa do
Estrado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigadas as empresas potencialmente poluidoras a contratarem pelo menos um responsável técnico ambiental na forma da presente lei.

Art. 2º O responsável técnico ambiental poderá ser:

- I) técnico em meio-ambiente;
- II) tecnólogo com formação em gestão ambiental;
- III) biólogo;
- IV) engenheiro ambiental;
- V) engenheiro químico;
- VI) químico.

§ 1º Os responsáveis técnicos descritos nos incisos do presente artigo deverão estar com sua inscrição no órgão de classe competente em dia, gozando de todos os direitos e prerrogativas de suas profissões.

§ 2º Os profissionais que não possuam órgão de classe deverão comprovar sua qualificação por meio de diploma expedido por instituição regular de ensino, autorizada e reconhecida pelo Ministério de Educação (MEC), ou nos casos de ensino médio e pós-médio por diploma expedido por instituição autorizada e reconhecida pela Secretária de Estado da Educação do Paraná (SEED).

§ 3º As empresas potencialmente poluidoras poderão contratar diretamente o profissional descrito neste artigo, ou poderão contratar pessoa jurídica legalmente constituída com previsão em contrato social para a prestação de serviços técnicos ou de gestão, consultoria ou auditoria ambiental, bem como deverá ter em seus quadros como responsável técnico algum profissional dentre os incisos deste artigo.

§ 4º As empresas deverão, quando necessário, contratar serviços de outros profissionais para o pleno cumprimento da presente lei devido ao conhecimento técnico-científico e específico de cada situação.

Art. 3º Para os fins previstos nessa lei consideram-se potencialmente poluidoras as empresas, cujas atividades desenvolvidas estejam previstas na Tabela de Atividade Potencialmente Poluidora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, constante do Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidora.

Parágrafo Único. Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - poluição, a degradação ambiental resultante de atividades humanas que direta ou indiretamente

a) prejudiquem a saúde; a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio-ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

II - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de poluição;

III - degradação ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente.

Art. 4º A responsabilidade técnica do estabelecimento será comprovada por declaração de firma individual, contrato social ou estatuto da pessoa jurídica ou pelo contrato de trabalho do profissional responsável.

§ 1º Cessada a assistência técnica pelo término do contrato, rescisão do contrato de trabalho ou pela vontade das partes, o responsável técnico ambiental responderá por suas recomendações técnicas durante o período em que estava vigente a relação contratual.

§ 2º A responsabilidade por todo e qualquer dano ambiental será da empresa poluidora.

Art. 5º A empresa, assistida por seu responsável técnico descrito no artigo 1º desta lei, deverá produzir programas que garantam, tanto quanto possível, as condições de segurança ambiental, trabalhando na prevenção da degradação ambiental, na prevenção de acidentes e nas medidas emergenciais para minimizar e conter a degradação decorrentes dos acidentes, implementando, assim um Sistema de Gerenciamento de Riscos.

Parágrafo Único. Os programas de que trata o caput desse artigo deverão estar à disposição na sede das empresas, nos edifícios, nas plantas industriais e nos casos de transportes deverão estar em posse do motorista, para as autoridades públicas consultarem a qualquer momento.

Art. 6º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP exigirá o cumprimento integral da presente lei quando da emissão do licenciamento de operação das empresas enquadradas no artigo 3º deste dispositivo legal.

Art. 7º O não cumprimento da presente lei implicará:

I - advertência por escrito, em forma de um termo de ajustamento de conduta, prevendo-se, entre outros, o prazo máximo para a devida regularização;

II - não cumprido o termo de conduta previsto no inciso anterior, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por mês, até a regularização.

§ 1º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP quantificará a multa prevista no inciso II da presente lei, que deverão constar entre outros:

a) o potencial poluidor da empresa;

b) sua capacidade financeira; e

c) a localização territorial, se perto de mananciais ou áreas de preservação permanentes.

§ 2º As multas recolhidas comporão o Fundo Estadual de Meio Ambiente;

§ 3º O prazo para recurso será de trinta (30) dias a contar da data da ciência do auto de infração.

Art. 8º As empresas potencialmente poluidoras terão um prazo de 120 (cento e vinte dias) para adequarem-se a presente lei;

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 10º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 719/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Fundação Procope de Cultura, Ensino e Pesquisa - FUNCEP, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/08, de 08/10/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 789/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Em votação a emenda. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizante e suas consequências para saúde do ser humano, nas dependências de academias de ginásticas, centros ou clubes esportivos, ou similares em todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre ações suplementares de prevenção, combate e erradicação do dengue no estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP.

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagens nº 025/08, que dispõe sobre o Zoneamento Ambiental e Diretrizes para Uso e Ocupação da Ilha do Mel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO DA SEMA.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 354/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 354/08, em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o Zoneamento Ambiental e Diretrizes para Uso e Ocupação da Ilha do Mel.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável, apresentando emendas modificativas.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a proposição tem por finalidade a conservação e preservação dos aspectos naturais, bem como a incorporação de instrumentos estratégicos para a gestão integrada daquela área, assegurando seus valores ambientais, históricos e paisagísticos, propondo critérios para política, planos e ações de preservação do ecossistema que a compõe, direcionando ações de regulação territorial de forma a prevalecer o interesse público e a sustentabilidade ambiental na Ilha do Mel.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação na forma do parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, bem como a emenda do Deputado Elio Rusch.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19/11/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

VOTO EM SEPARADO

Projeto de Lei nº 354/08

Autor: Poder Executivo - Mensagem 025/08

O Projeto de Lei nº 354/08, em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o Zoneamento Ambiental e Diretrizes para Uso e Ocupação da Ilha do Mel.

Quanto ao mérito, concordamos perfeitamente com o contido no parecer do eminente Relator, o Deputado Dobrandino da Silva, que assim dispôs: “[...] a proposição tem por finalidade e conservação e preservação dos aspectos naturais, bem como a incorporação de instrumentos estratégicos para a gestão integrada daquela área, assegurando seus valores ambientais, históricos e paisagísticos, propondo critérios para política, planos e ações de preservação do ecossistema que a compõe, direcionando ações de preservação do ecossistema que compõe, direcionando ações de regulação territorial de forma a prevalecer o interesse público e a sustentabilidade ambiental da Ilha do Mel”.

Concordando com o parecer favorável apresentado pelo douto Relator, peço licença para apresentar a emenda aditiva, que segue anexa a este voto.

Sala das Comissões, em 19/11/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 354/08

O inciso III, do artigo 12, do Projeto de Lei nº 354/08, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 12. [...]”

III - preservar, em parceria com outros órgãos e entes federativos quando for o caso, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas, o Farolete da Galheta, a Gruta das Encantadas e as áreas e logradouros públicos da Ilha do Mel que, pelo estilo ou caráter histórico, sejam tombados, assim como quaisquer outros que julgar convenientes ao embelezamento e estética da Ilha do Mel ou, ainda, relacionado com sua tradição histórica, folclórica e natural; [...]"

Sala das Sessões, em 19/11/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Trata-se tão somente de uma cautelosa adequação técnica ao referido dispositivo alterado, visto que a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres é sabidamente um bem histórico da união, administrado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e portanto, tal órgão deve estar contemplado no dispositivo, com fins de evitar conflitos entre os entes federativos que diga respeito ao referido bem histórico.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 354/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Zoneamento Ambiental e Diretrizes para Uso e Ocupação da Ilha do Mel, merece antes de mais nada todos os aplausos.

Estabelecer diretrizes e normas para a ocupação a visitação à Ilha do Mel com o princípio basilar da preservação ambiental, e assim a preservação da vida humana e não humana, bem como o respeito às comunidades tradicionais faz desta iniciativa uma louvável política para o meio ambiente em nosso estado.

O presente projeto tramitou nesta Casa, recebendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ e da Comissão de Finanças, as quais apresentaram emendas modificativas.

As emendas da CCJ e da Comissão de Finanças melhoram e corrigem alguns pontos no projeto inicial o que desde já este Relator acredita que devem vigorar no texto final.

Mesmo com estas emendas acredito que existem outras modificações que trariam ao projeto mais luz do que já possui. Diante disto apresento uma emenda Substitutiva Geral ao projeto de lei, incorporando as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, além dos seguintes apontamentos:

a) O parágrafo 1º do artigo 3º apresentava de modo descritivo que as competências conferidas por leis para este ou para aquele órgão deveriam ser respeitadas. Entendendo que se pode melhorar a redação deste parágrafo apresento uma nova redação:

b) Havia a previsão de demolição das edificações e construções que não estivessem em conformidade com os dispositivos impostos pela nova lei. Por acreditar que em

alguns casos, senão em todos, os concessionários podem regularizar suas edificações, modificou-se o artigo 7º, inciso VII, alínea "c" prevendo que nos casos de edificações e construções em desacordo com os dispositivos legais farão um TAC com o IAP, que estará previsto o prazo e quais as modificações necessárias para a devida regularização;

c) em diversos trechos do projeto de lei, faz-se a referência ao COLIT, Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paraná, inclusive exigindo-se anuência prévia do citado órgão. Penso que as anuências necessárias do COLIT já estão previstas em diplomas legais, não sendo necessária a criação de novas atribuições para este órgão;

d) O artigo 27 trata do licenciamento ou autorização para construção ou reforma dentro da Ilha do Mel. Em seu parágrafo 2º há a previsão que para as construções menores de 70,00m² estão isentos de apresentar projeto arquitetônico, podendo o fazer com uma simples descrição da construção. Entretanto esta isenção contraria lei federal que disciplina as profissões de engenheiro civil e arquiteto. Além disto exclui a necessidade de um Alvará, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, outro atentado à legislação em vigor. Assim suprimi o parágrafo citado, uma vez que no município de Paranaguá as pessoas podem conseguir o projeto de forma gratuita nas mesmas especificações que tratava o inciso em tela;

e) No capítulo "dos parâmetros construtivos", na seção que trata da altura das edificações, o limite estipulado para a altura máxima é de 5,9m.

Mas a medição, conforme estipulado no projeto de lei deverá ser feito a partir do solo. O que se propõe, agora, é que esta medição aconteça a partir de 50 cm do nível médio do solo até a cumeeira. Isto pois, em diversos lugares da Ilha do Mel há um desnível no solo, e o nível médio de 50 cm permitirá maior facilidade na medição e mais justiça para aqueles terrenos que encontrarem-se em regiões desniveladas;

f) O projeto de lei proíbe de forma total a estada remunerada nas residências dos moradores da Ilha do Mel (artigo 33, parágrafo 2º). Proponho uma modificação permitindo esta prática desde que com a anuência prévia do IAP;

g) Outro ponto bastante controverso é o que estipula a intransferibilidade de todas as concessões (artigo 36, inciso I). Entendendo por demais restritivo este inciso, apresento uma modificação a este inciso garantindo a transferibilidade das concessões desde que haja a anuência prévia do IAP e do COLIT. Com esta modificação também modificou-se os parágrafos 1º e 2º do artigo 36;

h) No artigo 40, parágrafo único, inclui-se a possibilidade de um Termo de Ajustamento e Conduta;

i) Por fim diminui-se o prazo máximo de validade do Plano de Sustentabilidade da Ilha do Mel, de 10 anos para 05 anos.

Apresentadas estas alterações, que a meu ver trarão grandes avanços e irão acabar com algumas possíveis distorções apresento parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei em análise, na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 02/12/08.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 354/08

Capítulo I

Das Características e Princípios Institucionais
da Ilha do Mel

Art. 1º A Ilha do Mel, ilha costeira situada na baía de Paranaguá, município de Paranaguá bem da União, nos termos do inciso IV do artigo 20 da Constituição Federal, cedida ao estado do Paraná em 05/08/82, por meio de Contrato de Cessão, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 160 de 15/04/82 constitui região de especial interesse ambiental e turístico do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os ocupantes e foreiros de áreas regularmente cedidas pela união e que não fizeram parte da cessão, sob regime de aforamento ao estado do Paraná, levada a efeito pela Portaria nº 160, de 15/04/82, do Secretário Geral do Ministério da Fazenda, deverão observar o disposto nesta lei, salvo naquilo que disser respeito a normas sobre concessão de uso dos bens, previstas no Capítulo IX da presente lei.

Art. 2º A Ilha do Mel forma um ecossistema único e indivisível, compreendido por toda a sua extensão territorial, e nela aplica-se o princípio do desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que atende às necessidades básicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades.

Parágrafo Único. Para todos os efeitos desta lei é considerado território da Ilha do Mel toda a sua porção de terra.

Art. 3º No âmbito da competência constitucional, atribuída ao estado do Paraná, definida no artigo 24, incisos VI e VII, da Constituição Federal, competirá, ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) exercer a polícia administrativa ambiental, em todo o território da Ilha do Mel, e a gestão das áreas cedidas pela união ao estado do Paraná, implementando as medidas de controle de acesso das pessoas e de fiscalização, no atendimento das disposições da presente lei e das demais normas de preservação, conservação e proteção ambiental.

§ 1º As competências atribuídas pela presente lei ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, não afastam as atribuições conferidas pela Constituição Federal, Estadual e outros diplomas legais vigentes a outros entes públicos.

§ 2º As competências relativas à regulamentação e fiscalização de uso e ocupação do solo, também conferidas ao município de Paranaguá no território da Ilha do Mel, deverão ser exercidas de forma suplementar à presente lei, observando todos os seus preceitos, por decorrência do disposto nos artigos 24, incisos VI e VII; e 30, inciso II da Constituição Federal.

§ 3º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná poderá, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo estadual, firmar parceria pública com o município de Paranaguá para exercerem de forma integrada as competências que lhes são conferidas pela Constituição Federal.

Art. 4º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná, desenvolverá sua ação administrativa de modo integrado às políticas e diretrizes gerais do Governo do Estado e integrado com todas entidades públicas envolvidas na gestão, além de interagir com a sociedade civil e organizada representativa das comunidades existentes na Ilha do Mel.

Parágrafo Único. Para exercer as competências que lhe são atribuídas pela presente lei, no território da Ilha do Mel, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP deverá criar, por meio de portaria, estrutura administrativa específica, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de publicação do presente texto legal.

Capítulo II

Da Política, Planos e Ações de
Preservação Ambiental e Sustentabilidade

Art. 5º A política de preservação e proteção ambiental, turística, histórica e cultural na Ilha do Mel deve ser executada de forma planejada, integrada, permanente e compatível com a presente lei, com o plano de sustentabilidade e outras leis e regulamentos estaduais e federais aplicáveis, visando ao atendimento dos objetivos de:

I. proteger o meio ambiente e preservar os ecossistemas de forma global e coordenada;

II. assegurar a eficácia da administração da Ilha do Mel, tendo como referência o ordenamento institucional auto-sustentado, promovendo a integração e a cooperação entre o Governo Federal, Estadual e com os municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná;

III. compatibilizar a vocação conservacionista e de beleza paisagística da Ilha do Mel com as atividades antrópicas já estabelecidas em seu território;

IV. subordinar a localização e o desenvolvimento de atividades nas áreas onde a ocupação é permitida à fragilidade e importância dos compartimentos ambientais e culturais em que estão inseridos;

V. disciplinar e orientar a ocupação do solo quanto ao uso, distribuição da população, utilidade e desempenho de suas funções econômicas e sociais visando à manutenção do atual estado de ocupação humana e a integral preservação paisagística e do patrimônio ambiental e cultural da Ilha do Mel;

VI. assegurar o respeito aos limites das áreas onde a ocupação é permitida;

VII. promover o ordenamento físico-territorial das atividades fomentadoras do turismo responsável e comprometido com a sustentabilidade ambiental e sócio-cultural;

VIII. promover atividades econômicas sustentáveis nos períodos de baixa atividade turística, para a geração de trabalho e renda para a população residente;

IX. fomentar a implantação do saneamento ambiental nas áreas ocupadas, segundo ações integradas de coleta e tratamento de resíduos, efluentes e drenagem;

X. manter a população residente e flutuante de acordo com os parâmetros de capacidade de suporte da ilha, estabelecidos pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, controlando e disciplinando o fluxo de visitantes;

XI. estabelecer política responsável de ocupação, visando coibir a especulação imobiliária considerando a propriedade pública da terra e a preponderância do seu valor primordial de uso;

XII. direcionar as ações de regulação territorial de forma a prevalecer o interesse público;

XIII. garantir o acesso da população à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

XIV. desenvolver programas de educação ambiental entre residentes e visitantes;

XV. proporcionar a reintegração de posse ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP/União, dos imóveis cujo uso foi concedido a terceiros, no caso de descumprimento dos dispositivos desta lei e demais legislações ambientais aplicáveis;

XVI. desenvolver projeto de gerenciamento para as áreas de interesse turístico, submetendo-os, a prévia e expressa aprovação da união, quando abrangerem áreas não cedidas ao estado do Paraná sob regime de aforamento.

Art. 6º As ações de preservação e conservação do meio ambiente da Ilha do Mel, promovidas pelo Poder Público ou por entidades privadas, deverão estar integradas entre si, na forma prevista na presente lei e no plano de sustentabilidade, sendo supervisionadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná em permanente articulação com os órgãos municipais, estaduais e federais de proteção ambiental, histórica, natural e cultural, observadas as normas e diretrizes da legislação estadual e federal aplicável.

Capítulo III

Do Zoneamento Ambiental da Ilha do Mel

Art. 7º Fica instituído o zoneamento ambiental do uso do solo na Ilha do Mel, composto por nove zonas a seguir descritas e mapa constante no anexo desta lei:

I. AEE - Área da Estação Ecológica, abrangendo toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza, instituída pelo Decreto Estadual nº 5454, de 21/09/82, cujos objetivos estão definidos no artigo 9º da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

II. APE - Área do Parque Estadual, que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol, correspondendo a uma área de 337,87ha, instituída pelo Decreto Estadual nº 5506, de 22/03/02, cujos objetivos estão definidos no artigo 11 da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

III. AC - Área de Costa, compreende uma faixa que contorna a ilha desde a praia até 300m (trezentos metros) mar adentro; a área denominada Saco do Limoeiro e a área do istmo com a finalidade de:

a) proteger a paisagem tombada da Ilha do Mel;

b) proibir quaisquer construções, salvo, aquelas julgadas necessárias, as quais deverão ter licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná, e autorização da união, e, quando couber dos demais órgãos envolvidos na gestão da Ilha do Mel;

b) proteger os ecossistemas ambientais subaquáticos.

IV. AOPT - Área de Ocupação de População Tradicional Local, correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste, tendo como objetivos:

a) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região;

b) proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local;

c) preservar a fauna e a flora;

d) promover a manutenção da beleza cênica da ilha;

e) não reconhecimento de nenhum direito individual de uso.

V. AR - Área de Reversão, correspondente à área ocupada na Praia Grande, tendo como objetivos:

a) servir de área de transição para a unidade de conservação;

b) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo qualquer nova concessão de uso, edificação ou ampliação na região;

c) proibir o parcelamento da área;

d) proibir novas ocupações e construções;

e) preservar a fauna e a flora;

f) manter a beleza cênica da ilha, em especial da integridade do conjunto com "mar de fora";

g) o direito eventual de uso se extingue com a saída da ocupação, depois de decorridos 12 (doze) meses.

VI. ACA - Área de Controle Ambiental, que compreende as porções de terra que fazem divisa com as unidades de conservação (Estação Ecológica e Parque Estadual) nas vilas de Fortaleza, Nova Brasília e Farol; as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios nas respectivas vilas; a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas, tendo por escopo:

a) proibir qualquer forma de construção na área;

b) permitir, apenas, a circulação de pedestres em locais delimitados por trilhas;

c) proibir o parcelamento da área;

d) preservar a fauna e a flora;

e) promover a manutenção da beleza cênica da ilha.

VII. AVL - Área de Vilas, abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares, com o objetivo de:

a) permitir a ocupação da área de acordo com os parâmetros construtivos baseados em ecotecnologias e bioarquitetura, estabelecidos nesta lei de modo a preservar a qualidade ambiental e paisagística dessa região;

b) adotar e difundir o saneamento ambiental e energias alternativas;

c) a construção, edificação ou ocupação já existente, que não atendam as normas da presente lei, serão objeto de: Termo de Ajustamento de Conduta - TAC sob responsabilidade do IAP, visando adequação aos novos parâmetros construtivos de uso e ocupação do solo.

Parágrafo Único. Excetua-se construção, edificação e ocupação objeto de processo judicial.

d) assegurar a distribuição igualitária e suficiente da infra-estrutura.

e) proibir o parcelamento das áreas.

VIII. AV - Área Verde, que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como: largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações, do que estão excetuada as trilhas, conforme apresentado no mapa de zoneamento, tendo por finalidade:

a) readequar as áreas verdes e espaços públicos, melhorando sua utilização pelos habitantes e visitantes da ilha;

b) assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental;

c) recuperar áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambiental;

d) disciplinar o uso das praças e largos para atividades culturais, esportivas, e outras, de interesse público e turístico, compatibilizando-as com destinação específica a esses espaços;

IX. AP - Área de Praia, faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel, cujos objetivos são:

a) assegurar o acesso de todos a estas áreas;

b) proibir a construção, permanente ou temporária, de qualquer forma de edificação, salvo aquelas de necessidade e/ou utilidade pública, com anuência do Instituto Ambiental do Paraná e autorização da união e quando couber, dos demais órgãos competentes da gestão da Ilha do Mel;

§ 1º A AEE - Área da Estação Ecológica e a APE - Área do Parque Estadual deverão ter Plano de Manejo específico, de acordo com a Lei Federal nº 9985, de 18/07/00, no prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação desta lei.

§ 2º O caráter de área ou local de maior restrição estabelecido pelo Decreto nº 2722/84 será exercido de acordo com esta lei e demais legislações pertinentes.

Art. 8º Não será mais permitida qualquer modalidade de parcelamento do solo da Ilha do Mel nem mesmo o desmembramento ou divisão dos lotes existentes, salvo

os casos de utilidade pública observando sempre o limite desta lei.

Capítulo IV

Da Realocação dos Moradores da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local

Art. 9º O IAP deverá fiscalizar e zelar pela preservação da flora e fauna das unidades de conservação da Ilha do Mel incentivando a relocação dos ocupantes da Estação Ecológica e do Parque Estadual e proibindo qualquer nova ocupação na área de reversão e área de ocupação de população tradicional local.

Parágrafo Único. Os planos de manejo das unidades de conservação, referidas, deverão contemplar formas de proteção que envolva os atuais ocupantes em programas de educação ambiental e auxílio na fiscalização da manutenção e integridade das unidades.

Art. 10. Terão direito a relocação e à outorga de concessão de uso em outro terreno da Ilha do Mel os ocupantes que assim o desejarem:

I - Área de Reversão - AR, que constem do levantamento do Instituto Ambiental do Paraná, realizado no ano de 1998;

II - Área de Ocupação de População Tradicional Local - AOPT, que constem do levantamento elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) no ano de 2001.

Parágrafo Único. Os terrenos destinados a relocação de famílias terão a dimensão do lote mínimo estabelecida pela presente lei, independentemente da área ocupada nas áreas de reversão.

Art. 11. A SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fica autorizada a regulamentar, por meio de resolução, incentivos ou restrições para a relocação voluntária dos ocupantes da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local, como a isenção da taxa de concessão de uso na área relocada.

Parágrafo Único. Os incentivos referidos no *caput* deste artigo terão validade por 3 (três) anos, contados a partir da publicação desta lei.

Capítulo V

Da Proteção Estética, Paisagística e Histórica da Ilha do Mel

Art. 12. Para proteger a paisagem, os monumentos e locais dotados de particular beleza e fins turísticos, bem como obras e prédios de valor histórico ou artístico de interesse social, incumbe a SEMA, por meio de resolução conjunta com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Secretaria de Estado da Cultura - SEEC e Conselho de Desenvolvimento do Litoral - COLIT, adotarem medidas visando a:

I - preservar e recuperar os recantos naturais de beleza paisagística e finalidade turística, mantendo sempre a vegetação que caracteriza a flora natural da região;

II - proteger as áreas verdes existentes na Ilha do Mel; preservar a vegetação nativa e incentivar o reflorestamento de vegetação nativa;

III - preservar, em parceria com outros órgãos e entes federativos, municipais e estaduais, quando for o caso, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas, o Farolete da Galheta, a Gruta das Encantadas e as áreas e logradouros públicos da Ilha do Mel que, pelo estilo ou caráter histórico, sejam tombados, assim como quaisquer outros que julgar convenientes ao embelezamento e estética da Ilha do Mel ou, ainda, relacionados com sua tradição histórica, folclórica e natural;

IV - fiscalizar o cumprimento de normas relativas à proteção da beleza paisagística da Ilha do Mel.

§ 1º O manejo da vegetação exótica não está submetido à presente lei, ficando a cargo do proprietário ou responsável.

§ 2º As medidas a serem adotadas por meio de Portaria, citada no *caput* deste artigo, quando envolverem a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas e o Farolete da Galheta, deverão, necessariamente, anteceder de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Ministério da Defesa - Marinha do Brasil, Capitania dos Portos do Paraná e Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, conforme suas competências e jurisdição.

Capítulo VI

Dos Parâmetros Construtivos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. Os critérios definidos nesta lei e no plano de sustentabilidade para a ocupação de áreas e terrenos, que têm por objetivo estabelecer e regulamentar a edificação e o uso do solo, terão aplicabilidade em todas as áreas e terrenos existentes na Ilha do Mel, seja ele do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, da união ou terceiros, sob regime de aforamento, concessão de uso ou ocupação, regular ou não.

Art. 14. As obras realizadas na Ilha do Mel serão indetificadas como construção, reconstrução, reforma, ampliação e demolição, de iniciativa pública ou privada, podendo somente ser executadas após concessão de autorização ou licença ambiental pelo Instituto Ambiental do Paraná, e emissão de alvará pelo município de Parana-guá, com anuência prévia do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Paraná - COLIT, na forma prevista por esta lei e mediante responsabilização por profissional legalmente habilitado nos casos necessários e outros documentos legalmente exigíveis conforme cada caso.

Parágrafo Único. As obras em imóveis cadastrados na união deverão ter anuência da Gerência do Patrimônio da União no Estado do Paraná.

Art. 15. Os parâmetros referidos neste capítulo referem-se unicamente aos lotes localizados nas Áreas de Vila e ocupações permitidas.

Seção II

Taxa de ocupação e taxa de utilização

Art. 16. A taxa de ocupação, correspondente ao percentual máximo de área do terreno destinada para construções na planta baixa, será de 38% da área total dos terrenos, até o limite de 500m².

Art. 17. A taxa de utilização, que indica a relação entre a área sem vegetação e a área do lote, será no máximo 50%, de modo que o concessionário poderá, respeitada a vegetação nativa existente, utilizar metade da área do lote, mantendo o restante da área do lote com vegetação, na forma das disposições do plano de sustentabilidade.

Seção III

Altura das edificações

Art. 18. A altura máxima permitida das edificações será de 5,9m (cinco metros e noventa centímetros), medidos a partir de 50 cm (cinquenta centímetros) do nível médio do solo até a cumeeira.

§ 1º Será permitido o aproveitamento do ático, desde que seja respeitada a altura máxima e que o segundo pavimento ocupe, no máximo, uma área correspondente a 60% do primeiro pavimento.

§ 2º Não serão permitidas construções que possuam apenas a laje de cobertura.

Seção IV

Afastamentos

Art. 19. Os afastamentos mínimos das edificações, em relação à divisa dos lotes, serão os seguintes:

I - nas edificações de beira-mar, 7,0m (sete metros) de afastamento frontal, 2,0m (dois metros) até a divisa entre lotes, na lateral e nos fundos.

II - nas demais edificações, 5,0m (cinco metros) de afastamento frontal, 5,0m (cinco metros) entre lote e trilha, 2,0m (dois metros) na divisa entre lotes e 3,0m (três metros) entre lote e divisa vegetada.

§ 1º Com exceção das edificações de beira mar, os concessionários de terrenos com área inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados), devidamente aprovados e regularizados documentalmente pelo Instituto Ambiental do Paraná, bem como, os ocupantes ou foreiros, regularmente cadastrados junto a união, que não puderem respeitar os afastamentos estabelecidos, serão orientados a adotar um espaçamento mínimo proporcional de até 3,0m (três metros) de afastamento frontal e 1,5m (um metro e meio) de fundos e nas laterais.

§ 2º Nos afastamentos frontais e de fundos deverá, obrigatoriamente, ser mantidas a vegetação arbórea original, e os espaços sem cobertura vegetal deverão ser recuperados com espécies nativas, de acordo com as recomendações do plano de sustentabilidade.

Seção V

Dos materiais

Art. 20. Buscando a homogeneização da paisagem e a conservação do solo, somente será permitida a utilização de materiais naturais, a exemplo de madeira de reflorestamento, de painel composto de fibra vegetal, madeiras com certificação de origem e MDF, sendo também autorizado o uso de elementos vazados e materiais de elevada permeabilidade visual, desde que não prejudique a fauna.

§ 1º Nas áreas de cozinha, banheiro e lavanderia serão permitidos o uso de alvenaria de tijolos, desde que os rejeitos de material de construção não propiciem a degradação ambiental e/ou paisagística do local, sendo também permitida a utilização de materiais pré-fabricados, com reduzida quantidade de sobras.

§ 2º Para proteger os materiais naturais das intempéries será permitida a construção de parede em alvenaria com até 0,80m (oitenta centímetros) de altura, contados a partir do nível do terreno.

§ 3º Os terrenos que possuem deck deverão construí-lo de forma removível para a limpeza de resíduos.

Art. 21. Os resíduos sólidos de obras que não forem reutilizáveis deverão, obrigatoriamente, retornar ao continente e serão de responsabilidade de cada concessionário.

Seção VI

Das cercas e divisas

Art. 22. Os materiais a serem utilizados nas cercas dos lotes serão definidos no plano de sustentabilidade.

Art. 23. É proibida a utilização de muros de arrimo, sob pena de demolição, salvo em casos emergenciais e para prevenir situações de calamidade pública e que tenham acompanhamento do órgão estadual responsável pela gestão ambiental da Ilha do Mel.

Art. 24. As divisas situadas nos cruzamentos de trilhas (terrenos de esquina) serão projetadas de modo que os dois alinhamentos sejam concordados por um chanfro de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 25. Não será permitida, em hipótese nenhuma, a construção da edificação no alinhamento e divisas do terreno, sob pena de demolição.

Capítulo VII

Do Licenciamento para Execução de Obras

Art. 26. Dependarão obrigatoriamente de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental concedidas pelo órgão estadual competente pela gestão ambiental, observada às normativas legais vigentes, a execução, na porção de terra da Ilha do Mel, as seguintes obras:

I - construção de novas edificações residenciais ou comerciais;

II - reformas e/ou ampliações que determinem acréscimo na área construída do imóvel ou que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

III - demolições que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

§ 1º Para a concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental visando execução de obras na porção de terra da Ilha do Mel o Instituto Ambiental do Paraná - IAP deverá observar:

I - o atendimento de parâmetros estabelecidos para as zonas ambientais definidas pela presente lei;

II - a proteção estética;

III - a conservação ambiental, paisagística, monumental, histórica e cultural;

§ 2º A concessão de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental pelo órgão estadual competente pelo licenciamento ambiental não exclui a necessidade de outras licenças ou anuências municipais, estaduais ou federais quando legalmente exigidas.

Art. 27. O licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras serão concedidas mediante requerimento dirigido ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado e demais documentos previstos em lei ou regulamento.

§ 1º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, por meio de portaria, os procedimentos administrativos necessários a serem apresentados, visando à obtenção do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras na Ilha do Mel.

§ 2º O prazo máximo para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP responder ao requerimento de concessão de autorização/licenciamento ambiental para execução de obra é de 30 dias a partir da data de protocolo do projeto no órgão.

§ 3º A concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras em imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do ocupante, em caso de descumprimento.

Art. 28. A autorização ambiental para execução de obras de construção terá prazo de validade igual a 1 (um) ano, podendo ser renovada pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, de acordo com a regulamentação específica.

§ 1º Decorrido o prazo sem que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, considerar-se-á automaticamente revogada a autorização ambiental.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP poderá conceder a autorização ambiental para execução de obras por prazo superior ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade, por meio de cronogramas devidamente avaliados.

Art. 29. Sem o prévio consentimento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, é vedada qualquer alteração no projeto arquitetônico apresentado para concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obra, especialmente dos elementos essenciais da construção, sob pena de embargo da obra e demolição dos elementos não-aprovados, além de outras penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo Único. A execução dos elementos alterados, em projetos já autorizados, somente poderá ser iniciada após concessão de novo licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras, na qual serão apreciados os elementos alterados.

Art. 30. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP disponibilizará aos moradores todas as informações legais em relação às obras a serem realizadas.

Art. 31. Os prédios públicos e as obras públicas, tais como: escolas, postos de saúde, receptivos e outros, não estão sujeitas às restrições constantes desta lei, no que se refere a padrões construtivos, desde que justificada a sua plena necessidade e aprovadas pelos órgãos competentes.

Capítulo VIII

Da População e do Controle de Acesso de Pessoas à Ilha do Mel

Art. 32. Em razão dos valores ambientais e de paisagem da Ilha do Mel, das limitações de sua superfície e da disponibilidade dos serviços de infra-estrutura fica estabelecido o limite máximo de 5.000 (cinco mil) visitantes à ilha, para que todos possam permanecer em condições adequadas de segurança e conforto.

Parágrafo Único. O limite referido no *caput* deste artigo é aquele que atende satisfatória e simultaneamente a capacidade de suporte ambiental e complementarmente à disponibilidade de habitações, recursos hídricos, energéticos e abastecimento alimentar, podendo ser diminuído,

temporariamente, por portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por motivo de força maior ou quando verificadas variações nas condições climáticas que possam comprometer a segurança e o bem-estar dos habitantes e/ou a preservação do meio ambiente.

Art. 33. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em conjunto com o município de Paranaguá estabelecerá as regras sobre o tempo máximo de permanência na Ilha do Mel. Os mecanismos e procedimentos de controle de acesso dos visitantes à Ilha do Mel serão realizados por meio das operações de embarque e desembarque de pessoas nos terminais.

§ 1º O período previsto de permanência na Ilha do Mel, de visitantes e particulares prestadores de serviço, deve ser informado à fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP no momento do desembarque com apresentação do comprovante de pagamento da taxa de permanência respectiva, bem como o local reservado para hospedagem.

§ 2º É facultado ao concessionário morador da Ilha do Mel hospedar visitantes mediante estada remunerada, desde que esteja cadastrado junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP e considerando o limite físico e infraestrutura da concessão, sob pena de cancelamento da concessão de uso.

§ 3º É vedado aos não domiciliados hospedar visitantes, mediante estada remunerada, sob pena de cancelamento da concessão de uso.

Art. 34. A fixação de residência permanente, de qualquer pessoa, no território da ilha, dependerá de autorização e/ou concessão de uso, quando couber, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou dos demais órgãos competentes na gestão da Ilha do Mel, observada as normas constantes da presente lei e demais regulamentos aplicáveis.

Capítulo IX

Da Concessão de Uso

Art. 35. O órgão estadual competente para regularização fundiária fica autorizado a outorgar concessão de uso, a particulares, de terrenos aforados ao estado do Paraná localizados nas Áreas de Vila nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28/02/67 e da legislação aplicável, para fins específicos de regularização fundiária ou outra utilização de interesse social.

§ 1º Entende-se por concessão de uso a outorga remunerada do direito de uso de imóveis na Ilha do Mel na forma do disposto na presente lei.

§ 2º A preferência na concessão de uso será assegurada, independente de licitação, aos que estavam em pleno exercício de posse contínua para fins veraneio ou moradia, ainda que combinado com outro uso comercial e/ou de prestação de serviços, e ainda:

I - tendo como referência o levantamento ocupacional/cadastral realizado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em 1998, com as anuências posteriores reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

II - tendo como referência o levantamento ocupacional/cadastral realizado pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC), em 2001, com as anuências posteriores reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 36. Do Título de Concessão de Uso constarão, obrigatoriamente, as seguintes condições resolutivas:

I - intransferibilidade do todo ou de parte da concessão de uso, por ato *inter vivos*, podendo o fazer apenas mediante prévia anuência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, mediante recolhimento da taxa de transferência definida no artigo 47 desta lei;

II - a conservação da cobertura vegetal existente nos terrenos nos termos desta lei;

III - o pagamento das taxas e emolumentos decorrentes da concessão;

IV - cumprimento da presente lei.

§ 1º Comprovada a transferência da concessão de uso por ato *inter vivos*, sob qualquer modalidade, sem a anuência prévia do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, será cancelado o título de concessão de uso referente ao imóvel, independentemente de qualquer indenização.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP não anuirá a nenhuma transferência da concessão de uso por ato *inter vivos* nas Áreas de AOPT e de Reversão.

Art. 37. É assegurado, aos herdeiros legítimos e testamentários do concessionário, inclusive nas áreas de reversão, o direito de sucessão *causa mortis* do título de concessão de uso, desde que recolhida à taxa de transferência respectiva, instituída na presente lei, respeitadas as isenções de pagamento prevista nesta lei.

Art. 38. A remuneração pela concessão de uso de terreno na Ilha do Mel será fixada em:

2% (dois por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão residencial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo;

3% (três por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão comercial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo.

§ 1º O valor de avaliação do metro quadrado será aquele adotado pela Secretaria de Patrimônio da União, atualizado anualmente.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP concederá isenção da remuneração pela concessão de uso aos ocupantes da Área de Vila que preencherem os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1876, de 15/07/81, com nova redação dada pela Lei nº 11481, de 31/05/07.

§ 3º O Instituto Ambiental do Paraná poderá conceder desconto no valor da remuneração pela concessão de uso, com o objetivo de incentivar a manutenção da cobertura vegetal original nos terrenos com área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), conforme regulamentação em portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

§ 4º A receita auferida pela remuneração da concessão de uso e demais taxas instituídas pela presente lei será utilizada, integralmente, para custear investimentos em infra-estrutura, implementação do plano de sustentabilidade e despesas de administração, fiscalização e demais atribuições do Instituto Ambiental do Paraná - IAP na Ilha do Mel, e deverão ser depositados em conta corrente específica.

Art. 39. Somente poderão ser objeto de concessão de uso os terrenos cedidos, sob o regime de aforamento, ao estado do Paraná, efetivamente ocupados, com área mínima de 500m² (quinhentos metros quadrados), que tenham testada mínima de 12m (doze metros).

§ 1º Os ocupantes cadastrados pelo Instituto Ambiental do Paraná, bem como, os concessionários regularizados perante o Instituto Ambiental do Paraná anteriormente à publicação da presente lei, terão garantido o direito à outorga e/ou à renovação da concessão de uso, ainda que a área que ocupem seja inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados).

§ 2º Os terrenos incluídos na concessão, sob o regime de aforamento, feita pela união ao estado do Paraná, que, até a data de publicação da presente lei, comprovadamente utilizem e mantenham área superior àquela estabelecida nos documentos de concessão, poderão, a critério do Instituto Ambiental do Paraná, e desde que atendido o plano de sustentabilidade, continuar sendo utilizados a título de "área verde" ou de preservação, desde que não apresentem riscos ambientais e à paisagem, ou prejudiquem o fluxo de pedestres e a continuidade das trilhas.

Art. 40. Quaisquer construções ou benfeitorias executadas nos lotes, objetos da concessão, deverão obedecer aos parâmetros previstos nesta lei.

Parágrafo Único. As concessões de uso de terrenos cuja edificação não obedecer às disposições da presente lei, do plano de sustentabilidade, e/ou de decretos regulamentares, somente serão outorgadas após a sua regularização ou cumprimento do termo de Ajustamento de Conduta estabelecido pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 41. A utilização do imóvel para finalidade diversa daquela prevista no Título de Concessão de Uso e/ou o não-pagamento, pelo período de dois anos, das taxas e emolumentos decorrentes da concessão acarretam, automaticamente, na rescisão do Título de Concessão de Uso, passando este ao estado, sem direito à indenização por benfeitorias, mediante aviso prévio.

Art. 42. A outorga da concessão de uso processar-se-á da seguinte forma:

I - requerimento devidamente instruído do interessado;

II - realização de vistoria no imóvel, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP e/ou pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, com a necessária emissão de parecer técnico pautado no plano de sustentabilidade e nos parâmetros da presente lei;

III - elaboração de planta da situação, planta do imóvel e memorial descritivo, como procedimento complementar ao parecer técnico do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, a que se refere o inciso anterior.

IV - Assinatura do Título de Concessão de Uso.

Parágrafo Único. Não serão aceitos requerimentos de concessão de uso em imóveis já cadastrados com ocupantes ou foreiros na Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 43. O órgão estadual competente para regularização fundiária, manterá cadastro de todas as concessões de uso, em registro próprio, com as anotações que se fizerem necessárias.

Art. 44. As áreas, objetos de concessão de uso, não poderão ter sua destinação alterada sem prévia e expressa anuência do órgão estadual competente para regularização fundiária, sob pena de revogação do Título de Concessão de Uso.

Art. 45. O órgão estadual competente para regularização fundiária, por razões de interesse e/ou utilidade pública ou, ainda, por razões de proteção ambiental, poderá revogar unilateralmente o título de concessão de uso, indenizando o concessionário pelas acessões e benfeitorias realizadas no imóvel.

Art. 46. As obrigações previstas neste capítulo não exoneram os titulares beneficiários da concessão de uso das demais obrigações junto à administração pública federal, estadual e municipal, definidas na legislação pertinente.

Capítulo X

Das Taxas

Art. 47. Fica instituída a taxa de transferência de concessão de uso, por ato *inter vivos* de sucessão *causa mortis*, para os terrenos aforados ao estado do Paraná, sob administração do Instituto Ambiental do Paraná, em valor correspondente ao laudêmio cobrado pela união na Ilha do Mel, considerados os casos isentos conforme a lei.

Parágrafo Único. A taxa de transferência corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do imóvel, incluindo a benfeitoria, utilizando o valor do metro quadrado instituído para a ilha, adotado pela união e atualizado anualmente.

Art. 48. O sucessor legal terá 60 (sessenta) dias para realizar a solicitação de transferência da concessão de uso.

§ 1º Para os concessionários que não realizarem a solicitação de transferência no prazo estabelecido, será aplicada uma multa correspondente ao valor do imóvel, compreendendo o terreno mais as benfeitorias, multiplicado por 0,0005 (cinco décimos de milésimo) e pelo número de meses transcorridos desde a data do óbito até a data de comunicação ou conhecimento do estado.

§ 2º Decorridos 180 (cento e oitenta) dias decairá o sucessor legal do direito de sucessão na concessão de uso, retornando o lote ao Estado sem direito a nenhuma indenização, nem mesmo das benfeitorias existentes.

Art. 49. Objetivando a sustentabilidade e o exercício da fiscalização ambiental na Ilha do Mel, fica instituída a taxa ambiental de permanência, que será cobrada dos visitantes, em valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Unidade-Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR) por pessoa e por dia de permanência.

§ 1º São considerados visitantes todas as pessoas que não forem cadastrados pelo IAP como residentes, permanentes ou temporários, na Ilha do Mel.

§ 2º As normas para cadastramento e cobrança serão regulamentadas pelo IAP, através de portaria específica.

Capítulo XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 50. No prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da vigência desta lei, o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, deverá apresentar devidamente estruturado, implantado e regulamentado o plano de sustentabilidade da Ilha do Mel.

Parágrafo Único. O plano de sustentabilidade deverá ser elaborado com ampla participação da comunidade residente na Ilha do Mel, e deverá incorporar as diretrizes do plano diretor de Paranaguá, sendo consideradas as diretrizes de uso e ocupação de solo e ouvido demais órgãos/entidades com competências legais na gestão da Ilha do Mel.

Art. 51. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, no prazo de cento e oitenta (180) dias, por meio de portaria, o sistema de controle de acesso à Ilha do Mel, nos termos desta lei.

Art. 52. O plano de sustentabilidade da Ilha do Mel deverá ser revisto, no máximo, a cada 05 (cinco) anos, concomitantemente à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paranaguá.

Art. 53. Os pedidos de anuências do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral - COLIT e da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, de que trata esta lei deverão ser analisados no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O prazo acima estipulado poderá ser estendido nos casos em que houver a justificativa técnica.

Art. 54. Ficam aprovadas as áreas definidas pelo Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Ilha do Mel, no mapa anexo à presente, para todos os efeitos previstos nesta lei.

Art. 55. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/12/08.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 354/08

Fica alterado o artigo 4º do Projeto de Lei nº 354/08, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Instituto Ambiental do Paraná desenvolverá sua ação administrativa de modo integrado às políticas e diretrizes gerais do Governo do Estado.

§ 2º Fica criada, na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente Recursos Hídricos, a Coordenadoria para Gestão da Ilha do Mel.

§ 1º À Coordenadoria, de que trata o parágrafo anterior, compete fazer cumprir as normas previstas na presente lei, bem como a coordenação de atividades públicas ligadas a gestão fundiária e ambiental da Ilha do Mel;

§ 3º Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão;

1 (um) cargo de Coordenador para Assuntos da Ilha do Mel, simbologia DAS-5;

1 (um) cargo de Assistente Técnico da Coordenadoria da Ilha do Mel, simbologia 1-C.

§ 4º Os cargos em comissão, ora criados, ficarão lotados e exercidos junto ao Escritório Regional do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em Paranaguá, ficando suas atividades vinculadas à jurisdição daquele escritório e voltadas, especificamente, para os fins previstos nesta lei.”

Sala das Sessões, em 03/12/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 354/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

A Emenda Substitutiva Geral apresentada pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que incorpora a Emenda Aditiva apresentada pelo Deputado Elio Rusch na Comissão de Finanças que tem como escopo alterar o seu artigo 12 em seu inciso III, apresenta alterações no artigo 3º, parágrafo 1º, do artigo 7º, inciso VII, alínea “c”; exclusão das referências ao COLIT tem alguns trechos; artigo 27, no capítulo “dos

parâmetros construtivos”; artigo 33, parágrafo 2º; artigo 36, inciso I, além dos parágrafos 1º e 2º deste artigo; artigo 40 e artigo 52. Ademais, há a emenda modificativa do Deputado Luiz Eduardo Cheida que tem como escopo alterar o artigo 4º do Projeto de Lei nº 354/08.

Fundamentação

Inicialmente, devemos observar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que estabelece que as proposições poderão ser emendadas, por qualquer Deputado, nas Comissões:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas Comissões, pelos respectivos Relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º, deste Regimento. (grifos nossos)

Desta forma, fica claro que os Deputados Estaduais responsáveis possuem a prerrogativa necessária para propor uma emenda dentro das Comissões, bem como em qualquer outra Comissão desta Casa de Leis.

Ocorre que, o próprio Regimento Interno da Assembléia Legislativa também estabelece as competências de cada uma das Comissões Permanentes da Casa. Em seu artigo 33, parágrafo 2º, estabelece as prerrogativas da Comissão de Constituição e Justiça:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

(...)

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I - criação de municípios;

II - incorporação, fusão e desmembramento de município;

III - perda de mandato de Deputado;

IV - transferência temporária da sede do Governo;

V - organização dos Poderes do Estado;

VI - Ministério Público;

VII - intervenção nos municípios;

VIII - alterações de códigos;

IX - organização e divisão judiciária;

X - declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do

parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

Muito embora a emenda substitutiva apresenta pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, em aspecto geral, não encontra obstáculo algum do ponto de vista constitucional vale destacar que algumas alterações são necessárias para melhor adequação do projeto à realidade fática encontrada na Ilha do Mel.

Neste sentido, o artigo 4º ganhou nova redação, haja vista a necessidade de um coordenador e de um técnico em tempo integral no local acompanhado a aplicação da presente lei, face à relevância ambiental, turística e histórica da localidade.

Ainda, o inciso VI do artigo 7º mereceu nova redação em função da necessidade do controle ambiental não restringir-se apenas às três áreas contidas no inciso, razão pela qual inclui-se as demais áreas.

O artigo 9º do projeto de lei em questão também recebeu uma nova redação, uma vez que este artigo trata das áreas em torno da Estação Ecológica e do Parque Estadual.

Houve alterações dos incisos I e II do artigo 10, uma vez que os anos de levantamento da Área de Reversão e da Área de Ocupação de População Tradicional Local encontram-se equivocados, razão pela qual se modificou tais dados.

Ainda neste sentido, alterou-se o artigo 19, uma vez que as metragens apresentadas não correspondem à realidade estabelecida na Ilha do Mel.

Além disso, o artigo 20 também sofreu modificação, pois se acredita que esta lei não deve especificar o material utilizado, como o MDF.

Modificou-se também o artigo 33, excluindo seu parágrafo 3º, pois a lei deve garantir a isonomia de direitos na Ilha do Mel.

Por fim, exclui-se o parágrafo 5º do artigo 35 por não atender o disposto no artigo 11 da Lei Complementar 095/98.

Vale ressaltar que as alterações restantes são corretivas, visando à adequação a língua portuguesa e ao melhor entendimento do texto do presente projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que as emendas em análise encontram-se revestidas de legalidade e constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação, na forma da subemenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamento:

Reni Pereira, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Carlos Simões, Francisco Bühner, Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli e Duílio Genari.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 354/08

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, em seus artigos 29, parágrafo 1º, III e 137, parágrafo 2º, sugere-se a presente subemenda:

Capítulo I

Das Características e Princípios Institucionais da Ilha do Mel

Art. 1º A Ilha do Mel, ilha costeira situada na baía de Paranaguá, município de Paranaguá bem da união, nos termos do inciso IV do artigo 20 da Constituição Federal, cedida ao estado do Paraná em 05/08/82, por meio de Contrato de Cessão, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 160 de 15/04/82 constitui região de especial interesse ambiental e turístico do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os ocupantes e foreiros de áreas regularmente cedidas pela união e que não fizeram parte da cessão, sob regime de aforamento ao estado do Paraná, levada a efeito pela Portaria nº 160, de 15/04/82, do Secretário Geral do Ministério da Fazenda, deverão observar o disposto nesta lei, salvo naquilo que disser respeito a normas sobre concessão de uso dos bens, previstas no Capítulo IX da presente lei.

Art. 2º A Ilha do Mel forma um ecossistema único e indivisível, compreendido por toda a sua extensão territorial, e nela aplica-se o princípio do desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que atende às necessidades básicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades.

Parágrafo Único. Para todos os efeitos desta lei é considerado território da Ilha do Mel toda a sua porção de terra.

Art. 3º No âmbito da competência constitucional, atribuída ao estado do Paraná, definida no artigo 24, incisos VI e VII, da Constituição Federal, competirá, ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, exercer a polícia administrativa ambiental, em todo o território da Ilha do Mel, e a gestão das áreas cedidas pela união ao estado do Paraná, implementando as medidas de controle de acesso das pessoas e de fiscalização, no atendimento das disposições da presente lei e das demais normas de preservação, conservação e proteção ambiental.

§ 1º As competências atribuídas pela presente lei ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, não afastam as atribuições conferidas pela Constituição Federal, Estadual e outros diplomas legais vigentes e outros entes públicos.

§ 2º As competências relativas à regulamentação e fiscalização de uso e ocupação do solo, também conferidas ao município de Paranaguá no território da Ilha do Mel, deverão ser exercidas de forma suplementar à presente lei, observando todos os seus preceitos, por decorrência do disposto nos artigos 24, incisos VI e VII; e 30, inciso II da Constituição Federal.

§ 3º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná poderá, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo estadual, firmar parceria pública com o município de Paranaguá, para exercerem de forma integrada as competências que lhes são conferidas pela Constituição Federal e Estadual.

Art. 4º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná, desenvolverá sua ação administrativa de modo integrado às políticas e diretrizes gerais do Governo do Estado e integrado com todas entidades públicas envolvidas na gestão, além de interagir com a sociedade civil e organizada representativa das comunidades existentes da Ilha do Mel.

§ 1º Fica criada, na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Coordenadoria para a Gestão da Ilha do Mel.

§ 2º À Cordenadoria de que trata o parágrafo anterior compete fazer cumprir a as normas previstas na presente lei, bem como, a coordenação de atividades públicas ligadas à questão fundiária e ambiental da Ilha do Mel.

§ 3º Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

- 1 (um) cargo Coordenador para Assuntos da Ilha do Mel, simbologia DAS-5;

- 1 (um) cargo de Assistente Técnico da Coordenadoria da Ilha do Mel, simbologia 1-C.

§ 4º Os cargos em comissão ora criados ficarão lotados exercidos junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Escritório Regional do Litoral, no município de Paranaguá, ficando suas atividades vinculadas especificamente, para os fins previstos nesta lei.

§ 5º Os recursos para criação dos cargos previstos neste artigo serão provenientes da conta corrente específica da Ilha do Mel.

Capítulo II

Da Política, Planos e Ações de Preservação Ambiental e Sustentabilidade

Art. 5º A política de preservação e proteção ambiental, turística, histórica e cultural na Ilha do Mel deve ser executada de forma planejada, integrada, permanente e compatível com a presente lei, com o plano de sustentabilidade e outras leis e regulamentos estaduais e federais aplicáveis, visando ao atendimento dos objetivos de:

I. proteger o meio ambiente e preservar os ecossistemas de forma global e coordenada;

II. assegurar a eficácia da administração da Ilha do Mel, tendo como referência o ordenamento institucional auto-sustentado, promovendo a integração e a cooperação entre o Governo Federal, Estadual e com os municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná;

III. compatibilizar a vocação conservacionista e de beleza paisagística da Ilha do Mel com as atividades antrópicas já estabelecidas em seu território;

IV. subordinar a localização e o desenvolvimento de atividades nas áreas onde a ocupação é permitida à fragilidade e importância dos compartimentos ambientais e culturais em que estão inseridos;

V. disciplinar e orientar a ocupação do solo quanto ao uso, distribuição da população, utilidade e desempenho de suas funções econômicas e sociais visando à manutenção do atual estado de ocupação humana e a integral preservação paisagística e do patrimônio ambiental e cultural da Ilha do Mel;

VI. assegurar o respeito aos limites das áreas onde a ocupação é permitida;

VII. promover o ordenamento físico-territorial das atividades fomentadoras do turismo responsável e comprometido com a sustentabilidade ambiental e sócio-cultural;

VIII. promover atividades econômicas sustentáveis nos períodos de baixa atividade turística, para a geração de trabalho e renda para a população residente;

IX. fomentar a implantação do saneamento ambiental nas áreas ocupadas, segundo ações integradas de coleta e tratamento de resíduos, efluentes e drenagem;

X. manter a população residente e flutuante de acordo com os parâmetros de capacidade de suporte da ilha, estabelecidos pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, controlando e disciplinando o fluxo de visitantes;

XI. estabelecer política responsável de ocupação, visando coibir a especulação imobiliária considerando a propriedade pública da terra e a preponderância do seu valor primordial de uso;

XII. direcionar as ações de regulação territorial de forma a prevalecer o interesse público;

XIII. garantir o acesso e participação da população à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

XIV. desenvolver programas de educação ambiental entre residentes e visitantes;

XV. proporcionar a reintegração de posse ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP/União, dos imóveis cujo uso foi concedido a terceiros, no caso de descumprimento dos dispositivos desta lei e demais legislações ambientais aplicáveis;

XVI. desenvolver projeto de gerenciamento para as áreas de interesse turístico, submetendo-os, a prévia e expressa aprovação da união, quando abrangerem áreas não cedidas ao estado do Paraná sob regime de aforamento.

Art. 6º As ações de preservação e conservação do meio ambiente da Ilha do Mel, promovidas pelo Poder Público ou por entidades privadas, deverão estar integradas entre si, na forma prevista na presente lei e no plano de sustentabilidade, sendo supervisionadas pelo IAP - Instituto

Ambiental do Paraná, em permanente articulação com os órgãos municipais, estaduais e federais de proteção ambiental, histórica, natural e cultural, observadas as normas e diretrizes da legislação estadual e federal aplicável.

Capítulo III

Do Zoneamento Ambiental da Ilha do Mel

Art. 7º Fica instituído o zoneamento ambiental do uso do solo na Ilha do Mel, composto por nove zonas a seguir descritas e mapa constante no anexo desta lei:

I. AEE - Área da Estação Ecológica, abrangendo toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza, instituída pelo Decreto Estadual nº 5454, de 21/09/82, cujos objetivos estão definidos no artigo 9º da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

II. APE - Área do Parque Estadual, que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol, correspondendo a uma área de 337,87ha, instituída pelo Decreto Estadual nº 5506, de 22/03/02, cujos objetivos estão definidos no artigo 11 da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

III. AC - Área de Costa, compreende uma faixa que contorna a ilha desde a praia até 300m (trezentos metros) mar adentro; a área denominada Saco do Limoeiro e a área do istmo com a finalidade de:

- a) proteger a paisagem tombada da Ilha do Mel;
- b) proibir quaisquer construções, salvo aquelas julgadas necessárias, as quais deverão ter licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná, e autorização da união, e, quando couber dos demais órgãos envolvidos na gestão da Ilha do Mel;
- c) proteger os ecossistemas ambientais subaquáticos.

IV. AOPT - Área de Ocupação de População Tradicional Local, correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste, tendo como objetivos:

- a) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região;
- b) proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local;
- c) preservar a fauna e a flora;
- d) promover a manutenção da beleza cênica da ilha;
- e) não reconhecimento de direito individual de uso.

V. AR - Área de Reversão, correspondente à área ocupada na Praia Grande, tendo como objetivos:

- a) servir de área de transição para a unidade de conservação;
- b) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo qualquer nova concessão de uso, edificação ou ampliação na região;
- c) proibir o parcelamento da área;
- d) proibir novas ocupações e construções;
- e) preservar a fauna e a flora;
- f) manter a beleza cênica da ilha, em especial da integridade do conjunto com “mar de fora”;
- g) o direito eventual de uso se extingue com a saída da ocupação, depois de decorridos 12 (doze) meses.

VI. ACA - Área de Controle Ambiental, que compreende as porções de terra que fazem divisa entre as unidades de conservação (Estação Ecológica e Parque Estadual) e as demais áreas; as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios nas respectivas vilas; a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas, tendo por escopo:

- a) proibir qualquer forma de construção na área;
- b) permitir, apenas, a circulação de pedestres em locais delimitados por trilhas;
- c) proibir o parcelamento da área;
- d) preservar a fauna e a flora;
- e) promover a manutenção da beleza cênica da ilha.

VII. AVL - Área de Vilas, abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares, com o objetivo de:

- a) permitir a ocupação da área de acordo com os parâmetros construtivos baseados em ecotecnologias e bioarquitetura, estabelecidos nesta lei de modo a preservar a qualidade ambiental e paisagística dessa região;
- b) adotar e difundir o saneamento ambiental e energias alternativas;

c) a construção, edificação e ocupação já existente, que não atendam as normas da presente lei, serão objeto de: Termo de Ajustamento de Conduta - TAC sob responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, visando adequação aos novos parâmetros construtivos de uso e ocupação do solo.

Parágrafo Único. Excetua-se construção, edificação e ocupação objeto de processo judicial.

d) assegurar a distribuição igualitária e suficiente da infra-estrutura.

e) proibir o parcelamento das áreas.

VIII. AV - Área Verde, que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como: largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações, do que estão excetadas as trilhas, conforme apresentado no mapa de zoneamento, tendo por finalidade:

- a) readequar as áreas verdes e espaços públicos, melhorando sua utilização pelos habitantes e visitantes da ilha;
- b) assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental;
- c) recuperar áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambiental;
- d) disciplinar o uso das praças e largos para atividades culturais, esportivas, e outras, de interesse público e turístico, compatibilizando-as com destinação específica a esses espaços;

IX. AP - Área de Praia, faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel, cujos objetivos são:

- a) assegurar o acesso de todos a estas áreas;
- b) proibir a construção, permanente ou temporária, de qualquer forma de edificação, salvo aquelas de necessidade e/ou utilidade pública, com anuência do Instituto Ambiental do Paraná e autorização da união e quando couber, dos demais órgãos competentes da gestão da Ilha do Mel;

§ 1º A AEE - Área da Estação Ecológica e a APE - Área do Parque Estadual deverão ter Plano de Manejo específico, de acordo com a Lei Federal nº 9985, de 18/07/00, no prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação desta lei.

§ 2º O caráter de área ou local de maior restrição estabelecido pelo Decreto nº 2722/84 será exercido de acordo com esta lei e demais legislações pertinentes.

Art. 8º Não será mais permitida qualquer modalidade de parcelamento do solo da Ilha do Mel nem mesmo o desmembramento ou divisão dos lotes existentes, salvo os casos de utilidade pública observando sempre o limite desta lei.

Capítulo IV

Da Realocação dos Moradores da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local

Art. 9º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, deverá fiscalizar e zelar pela preservação da flora e fauna das unidades de conservação da Ilha do Mel incentivando a relocação dos ocupantes e proibindo qualquer nova ocupação na área de reversão e área de ocupação de população tradicional local.

Parágrafo Único. Os planos de manejo das unidades de conservação, referidas, deverão contemplar formas de proteção que envolva os atuais ocupantes em programas de educação ambiental e auxílio na fiscalização da manutenção e integridade das unidades.

Art. 10. Terão direito a relocação e à outorga de concessão de uso em outro terreno da Ilha do Mel os ocupantes que assim o desejarem:

I - Área de Ocupação de População Tradicional Local - AOPT, que constem do levantamento do Instituto Ambiental do Paraná, realizado no ano de 1998;

II - Área de Reversão - AR, que constem do levantamento elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura - SEEC no ano de 2001.

Parágrafo Único. Os terrenos destinados a relocação de famílias terão a dimensão do lote mínimo estabelecida pela presente lei, independentemente da área ocupada nas áreas de reversão.

Art. 11. A SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fica autorizada a regulamentar, por meio de resolução, incentivos ou restrições para a relocação voluntária dos ocupantes da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local, como a isenção da taxa de concessão de uso na área relocada.

Parágrafo Único. Os incentivos referidos no *caput* deste artigo terão validade por 3 (três) anos, contados a partir da publicação desta lei.

Capítulo V

Da Proteção Estética, Paisagística e Histórica da Ilha do Mel

Art. 12. Para proteger a paisagem, os monumentos e locais dotados de particular beleza e fins turísticos, bem como obras e prédios de valor histórico ou artístico de interesse social, incumbe a SEMA, por meio de resolução conjunta com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Secretaria de Estado da Cultura - SEEC e Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, adotarem medidas visando a:

I - preservar e recuperar os recantos naturais de beleza paisagística e finalidade turística, mantendo sempre a vegetação que caracteriza a flora natural da região;

II - proteger as áreas verdes existentes na Ilha do Mel; preservar a vegetação nativa e incentivar o reflorestamento de vegetação nativa;

III - preservar, em parceria com outros órgãos e entes federativos, quando for o caso, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas, o Farolete da Galheta, a Gruta das Encantadas e as áreas e logradouros públicos da Ilha do Mel que, pelo estilo ou caráter histórico, sejam tombados, assim como quaisquer outros que julgar convenientes ao embelezamento e estética da Ilha do Mel ou, ainda, relacionados com sua tradição histórica, folclórica e natural;

IV - fiscalizar o cumprimento de normas relativas à proteção da beleza paisagística da Ilha do Mel.

§ 1º O manejo da vegetação exótica não está submetido à presente lei, ficando a cargo do concessionário ou responsável.

§ 2º As medidas a serem adotadas por meio de Portaria, citada no *caput* deste artigo, quando envolverem a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas e o Farolete da Galheta, deverão, necessariamente, anteceder de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Ministério da Defesa - Marinha do Brasil, Capitania dos Portos do Paraná e Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, conforme suas competências e jurisdição.

Capítulo VI

Dos Parâmetros Construtivos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. Os critérios definidos nesta lei e no plano de sustentabilidade para a ocupação de áreas e terrenos, que têm por objetivo estabelecer e regulamentar a edificação e o uso do solo, terão aplicabilidade em todas as áreas e terrenos existentes na Ilha do Mel, seja ele do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, da união ou terceiros, sob regime de aforamento, concessão de uso ou ocupação, regular ou não.

Art. 14. As obras realizadas na Ilha do Mel serão indetificadas como construção, reconstrução, reforma, ampliação e demolição, de iniciativa pública ou privada, podendo somente ser executadas após concessão de autorização ou licença ambiental pelo Instituto Ambiental do Paraná, e emissão de alvará pelo município de Paranaguá, na forma prevista por esta lei e mediante responsabilização por profissional legalmente habilitado nos casos necessários e outros documentos legalmente exigíveis conforme cada caso.

Parágrafo Único. As obras em imóveis cadastrados na união deverão ter anuência da Gerência do Patrimônio da união no Estado do Paraná.

Art. 15. Os parâmetros referidos neste capítulo referem-se unicamente aos lotes localizados nas Áreas de Vila e ocupações permitidas.

Seção II

Taxa de Ocupação e Taxa de Utilização

Art. 16. A taxa de ocupação, correspondente ao percentual máximo de área do terreno destinada para construções na planta baixa, será de 38% da área total dos terrenos, até o limite de 500m².

Art. 17. A taxa de utilização, que indica a relação entre a área sem vegetação e a área do lote, será no máximo 50%, de modo que o concessionário poderá, respeitada a vegetação nativa existente, utilizar metade da área do lote, mantendo o restante da área do lote com vegetação, na forma das disposições do plano de sustentabilidade.

Seção III

Altura das Edificações

Art. 18. A altura máxima permitida das edificações será de 5,9m (cinco metros e noventa centímetros), medidos a partir de 50 cm (cinquenta centímetros) do nível médio do solo até a cumeeira.

§ 1º Será permitido o aproveitamento do ático, desde que seja respeitada a altura máxima e que o segundo pavimento ocupe, no máximo, uma área correspondente a 60% do primeiro pavimento.

§ 2º Não serão permitidas construções que possuam apenas a laje de cobertura.

Seção IV

Afastamentos

Art. 19. Os afastamentos mínimos das edificações, em relação à divisa dos lotes, serão os seguintes:

I - nas edificações de beira-mar, 7,0m (sete metros) de afastamento frontal, 1,5m (um metro e meio) até a divisa entre lotes, na lateral e nos fundos.

II - nas demais edificações, 5,0m (cinco metros) de afastamento frontal, 3,0m (três metros) entre lote e trilha, 1,5m (um metro e meio) na divisa entre lotes e 3,0m (três metros) entre lote e divisa vegetada.

§ 1º Com exceção das edificações de beira mar, os concessionários de terrenos com área inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados), devidamente aprovados e regularizados documentalmente pelo Instituto Ambiental do Paraná, bem como, os ocupantes ou foreiros, regularmente cadastrados junto a união, que não puderem respeitar os afastamentos estabelecidos, serão orientados a adotar um espaçamento mínimo proporcional de até 3,0m (três metros) de afastamento frontal e 1,5m (um metro e meio) de fundos e nas laterais.

§ 2º Nos afastamentos frontais e de fundos deverá, obrigatoriamente, ser mantidas a vegetação arbórea original, e os espaços sem cobertura vegetal deverão ser recuperados com espécies nativas, de acordo com as recomendações do plano de sustentabilidade.

Seção V

Dos Materiais

Art. 20. Buscando a homogeneização da paisagem e a conservação do solo, somente será permitida a utilização de materiais naturais, a exemplo de madeira de reflorestamento, de painel composto de fibra vegetal, madeiras com certificação de origem, sendo também autorizado o uso de elementos vazados e materiais de elevada permeabilidade visual, desde que não prejudique a fauna.

§ 1º Nas áreas de cozinha, banheiro e lavanderia serão permitidos o uso de alvenaria de tijolos, desde que os rejeitos de material de construção não propiciem a degradação ambiental e/ou paisagística do local, sendo também permitida a utilização de materiais pré-fabricados, com reduzida quantidade de sobras.

§ 2º Para proteger os materiais naturais das intempéries será permitida a construção de parede em alvenaria com até 0,80m (oitenta centímetros) de altura, contados a partir do nível do terreno.

§ 3º Os terrenos que possuírem deck deverão construí-lo de forma removível para a limpeza de resíduos.

Art. 21. Os resíduos sólidos de obras que não forem reutilizáveis deverão, obrigatoriamente, retornar ao continente e serão de responsabilidade de cada concessionário.

Seção VI

Das Cercas e Divisas

Art. 22. Os materiais a serem utilizados nas cercas dos lotes serão definidos no plano de sustentabilidade.

Art. 23. É proibida a utilização de muros de arrimo, sob pena de demolição, salvo em casos emergenciais e para prevenir situações de calamidade pública e que tenham acompanhamento do órgão estadual responsável pela gestão ambiental da Ilha do Mel.

Art. 24. As divisas situadas nos cruzamentos de trilhas (terrenos de esquina) serão projetadas de modo que os dois alinhamentos sejam concordados por um chanfro de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 25. Não será permitida, em hipótese nenhuma, a construção da edificação no alinhamento e divisas do terreno, sob pena de demolição.

Capítulo VII

Do Licenciamento para Execução de Obras

Art. 26. Dependerão obrigatoriamente de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental concedidas pelo órgão estadual competente pela gestão ambiental, observada às normativas legais vigentes, a execução, na porção de terra da Ilha do Mel, as seguintes obras:

I - construção de novas edificações residenciais ou comerciais;

II - reformas e/ou ampliações que determinem acréscimo na área construída do imóvel ou que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

III - demolições que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

§ 1º Para a concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental visando execução de obras na porção de terra da Ilha do Mel o Instituto Ambiental do Paraná - IAP deverá observar:

I - o atendimento de parâmetros estabelecidos para as zonas ambientais definidas pela presente lei;

II - a proteção estética;

III - a conservação ambiental, paisagística, monumental, histórica e cultural;

§ 2º A concessão de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental pelo órgão estadual competente pelo licenciamento ambiental não exclui a necessidade de outras licenças ou anuências municipais, estaduais ou federais quando legalmente exigidas.

Art. 27. O licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras serão concedidas mediante requerimento dirigido ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado e demais documentos previstos em lei ou regulamento.

§ 1º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, por meio de portaria, os procedimentos administrativos necessários a serem apresentados, visando à obtenção do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras na Ilha do Mel.

§ 2º O prazo máximo para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP responder ao requerimento de concessão de autorização/licenciamento ambiental para execução de obra é de 30 dias a partir da data de protocolo do projeto no órgão.

§ 3º A concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras em imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do ocupante, em caso de descumprimento.

Art. 28. A autorização ambiental para execução de obras de construção terá prazo de validade igual a 1 (um) ano, podendo ser renovada pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, de acordo com a regulamentação específica.

§ 1º Decorrido o prazo sem que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, considerar-se-á automaticamente revogada a autorização ambiental.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP poderá conceder a autorização ambiental para execução de obras por prazo superior ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade, por meio de cronogramas devidamente avaliados.

Art. 29. Sem o prévio consentimento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, é vedada qualquer alteração no projeto arquitetônico apresentado para concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obra, especialmente dos elementos essenciais da construção, sob pena de embargo da obra e demolição dos elementos não-aprovados, além de outras penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo Único. A execução dos elementos alterados, em projetos já autorizados, somente poderá ser iniciada após concessão de novo licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras, na qual serão apreciados os elementos alterados.

Art. 30. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP disponibilizará aos moradores todas as informações legais em relação às obras a serem realizadas.

Art. 31. Os prédios públicos e as obras públicas, tais como: escolas, postos de saúde, receptivos e outros, não estão sujeitas às restrições constantes desta lei, desde que justificada a sua plena necessidade e aprovadas pelos órgãos competentes.

Capítulo VIII

Da População e do Controle de Acesso de Pessoas à Ilha do Mel

Art. 32. Em razão dos valores ambientais e de paisagem da Ilha do Mel, das limitações de sua superfície e da disponibilidade dos serviços de infra-estrutura fica estabelecido o limite máximo de 5.000 (cinco mil) visitantes à ilha, para que todos possam permanecer em condições adequadas de segurança e conforto.

Parágrafo Único. O limite referido no *caput* deste artigo é aquele que atende satisfatória e simultaneamente a capacidade de suporte ambiental e complementarmente à disponibilidade de habitações, recursos hídricos, energéticos e abastecimento alimentar, podendo ser diminuído, temporariamente, por portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por motivo de força maior ou quando verificadas variações nas condições climáticas que possam comprometer a segurança e o bem-estar dos habitantes e/ou a preservação do meio ambiente.

Art. 33. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em conjunto com o município de Paranaguá estabelecerá as regras sobre o tempo máximo de permanência na Ilha do Mel. Os mecanismos e procedimentos de controle de acesso dos visitantes à Ilha do Mel serão realizados por meio das operações de embarque e desembarque de pessoas nos terminais.

§ 1º O período previsto de permanência na Ilha do Mel, de visitantes e particulares prestadores de serviço, deve ser informado à fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP no momento do desembarque com apresentação do comprovante de pagamento da taxa de permanência respectiva, bem como o local reservado para hospedagem.

§ 2º É facultado ao concessionário morador da Ilha do Mel hospedar visitantes mediante estada remunerada, desde que esteja cadastrado junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP e considerando o limite físico e infraestrutura da concessão, sob pena de cancelamento da concessão de uso.

Art. 34. A fixação de residência permanente, de qualquer pessoa, no território da ilha, dependerá de autorização e/ou concessão de uso, quando couber, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou dos demais órgãos competentes na gestão da Ilha do Mel, observada as normas constantes da presente lei e demais regulamentos aplicáveis.

Capítulo IX

Da Concessão de Uso

Art. 35. O órgão estadual competente para regularização fundiária fica autorizado a outorgar concessão de uso, a particulares, de terrenos aforados ao estado do Paraná localizados nas Áreas de Vila nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28/02/67 e da legislação aplicável, para fins específicos de regularização fundiária ou outra utilização de interesse social.

§ 1º Entende-se por concessão de uso a outorga remunerada do direito de uso de imóveis na Ilha do Mel na forma do disposto na presente lei.

§ 2º A preferência na concessão de uso será assegurada, independente de licitação, aos que estavam em pleno exercício de posse contínua para fins veraneio ou moradia, ainda que combinado com outro uso comercial e/ou de prestação de serviços, e ainda:

I - tendo como referência o levantamento ocupacional/cadastral realizado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em 1998, com as anuências posteriores reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

II - tendo como referência o levantamento ocupacional/cadastral realizado pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC), em 2001, com as anuências posteriores reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 36. Do Título de Concessão de Uso constarão, obrigatoriamente, as seguintes condições resolutivas:

I - intransferibilidade do todo ou de parte da concessão de uso, por ato *inter vivos*, podendo o fazer apenas mediante prévia anuência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, mediante recolhimento da taxa de transferência definida no artigo 47 desta lei;

II - a conservação da cobertura vegetal existente nos terrenos nos termos desta lei;

III - o pagamento das taxas e emolumentos decorrentes da concessão;

IV - cumprimento da presente lei.

§ 1º Comprovada a transferência da concessão de uso por ato *inter vivos*, sob qualquer modalidade, sem a anuência prévia do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, será cancelado o título de concessão de uso referente ao imóvel, independentemente de qualquer indenização.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP não anuirá a nenhuma transferência da concessão de uso por ato *inter vivos* nas Áreas de AOPT e de Reversão.

Art. 37. É assegurado, aos herdeiros legítimos e testamentários do concessionário, inclusive nas áreas de reversão, o direito de sucessão *causa mortis* do título de concessão de uso, desde que recolhida à taxa de transferência respectiva, instituída na presente lei, respeitadas as isenções de pagamento prevista nesta lei.

Art. 38. A remuneração pela concessão de uso de terreno na Ilha do Mel será fixada em:

2% (dois por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão residencial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo;

3% (três por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão comercial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo.

§ 1º O valor de avaliação do metro quadrado será aquele adotado pela Secretaria de Patrimônio da União do Paraná, atualizado anualmente.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, concederá isenção da remuneração pela concessão de uso aos ocupantes da Área de Vila que preencherem os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1876, de 15/07/81, com nova redação dada pela Lei nº 11481, de 31/05/07.

§ 3º O Instituto Ambiental do Paraná poderá conceder desconto no valor da remuneração pela concessão de uso, com o objetivo de incentivar a manutenção da cobertura vegetal original nos terrenos com área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), conforme regulamentação em portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

§ 4º A receita auferida pela remuneração da concessão de uso e demais taxas instituídas pela presente lei será utilizada, integralmente, para custear investimentos em infra-estrutura, implementação do plano de sustentabilidade e despesas de administração, fiscalização e demais atribuições do Instituto Ambiental do Paraná - IAP na Ilha do Mel, e deverão ser depositados em conta corrente específica.

Art. 39. Somente poderão ser objeto de concessão de uso os terrenos cedidos, sob o regime de aforamento, ao estado do Paraná, efetivamente ocupados, com área mínima de 500m² (quinhentos metros quadrados), que tenham testada mínima de 12m (doze metros).

§ 1º Os ocupantes cadastrados pelo Instituto Ambiental do Paraná, bem como, os concessionários regularizados perante o Instituto Ambiental do Paraná anteriormente à publicação da presente lei, terão garantido o direito à outorga e/ou à renovação da concessão de uso, ainda que a área que ocupem seja inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados).

§ 2º Os terrenos incluídos na concessão, sob o regime de aforamento, feita pela união ao estado do Paraná, que, até a data de publicação da presente lei, comprovadamente utilizem e mantenham área superior àquela estabelecida nos documentos de concessão, poderão, a critério do Instituto Ambiental do Paraná, e desde que atendido o plano de sustentabilidade, continuar sendo utilizados a título de "área verde" ou de preservação, desde que não apresentem riscos ambientais e à paisagem, ou prejudiquem o fluxo de pedestres e a continuidade das trilhas.

Art. 40. Quaisquer construções ou benfeitorias executadas nos lotes, objetos da concessão, deverão obedecer aos parâmetros previstos nesta lei.

Parágrafo Único. As concessões de uso de terrenos cuja edificação não obedecer às disposições da presente lei, do plano de sustentabilidade, e/ou de decretos regulamentares, somente serão outorgadas após a sua regularização ou cumprimento do termo de Ajustamento de Conduta estabelecido pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 41. A utilização do imóvel para finalidade diversa daquela prevista no Título de Concessão de Uso e/ou o não-pagamento, pelo período de dois anos, das taxas e emolumentos decorrentes da concessão acarretam, automaticamente, na rescisão do Título de Concessão de Uso, passando este ao estado, sem direito à indenização por benfeitorias, mediante aviso prévio.

Art. 42. A outorga da concessão de uso processar-se-á da seguinte forma:

I - requerimento devidamente instruído do interessado;

II - realização de vistoria no imóvel, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP e/ou pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, com a necessária emissão de parecer técnico pautado no plano de sustentabilidade e nos parâmetros da presente lei;

III - elaboração de planta da situação, planta do imóvel e memorial descritivo, como procedimento complementar ao parecer técnico do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, a que se refere o inciso anterior.

IV - Assinatura do Título de Concessão de Uso.

Parágrafo Único. Não serão aceitos requerimentos de concessão de uso em imóveis já cadastrados com ocupantes ou foreiros na Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 43. O órgão estadual competente para regularização fundiária, manterá cadastro de todas as concessões de uso, em registro próprio, com as anotações que se fizerem necessárias.

Art. 44. As áreas, objetos de concessão de uso, não poderão ter sua destinação alterada sem prévia e expressa anuência do órgão estadual competente para regularização fundiária, sob pena de revogação do Título de Concessão de Uso.

Art. 45. O órgão estadual competente para regularização fundiária, por razões de interesse e/ou utilidade pública ou, ainda, por razões de proteção ambiental, poderá revogar unilateralmente o título de concessão de uso, indenizando o concessionário pelas acessões e benfeitorias realizadas no imóvel.

Art. 46. As obrigações previstas neste capítulo não exoneram os titulares beneficiários da concessão de uso das demais obrigações junto à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, definidas na legislação pertinente.

Capítulo X Das Taxas

Art. 47. Fica instituída a taxa de transferência de concessão de uso, por ato *inter vivos* de sucessão *causa mortis*, para os terrenos aforados ao estado do Paraná, sob administração do Instituto Ambiental do Paraná, em valor correspondente ao laudêmio cobrado pela união na Ilha do Mel, considerados os casos isentos conforme a lei.

Parágrafo Único. A taxa de transferência corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do imóvel, incluindo a benfeitoria, utilizando o valor do metro quadrado instituído para a ilha, adotado pela união e atualizado anualmente.

Art. 48. O sucessor legal terá 60 (sessenta) dias para realizar a solicitação de transferência da concessão de uso.

§ 1º Para os concessionários que não realizarem a solicitação de transferência no prazo estabelecido, será aplicada uma multa correspondente ao valor do imóvel, compreendendo o terreno mais as benfeitorias, multiplicado por 0,0005 (cinco décimos de milésimo) e pelo número de meses transcorridos desde a data do óbito até a data de comunicação ou conhecimento do estado.

§ 2º Decorridos 180 (cento e oitenta) dias decairá o sucessor legal do direito de sucessão na concessão de uso, retornando o lote ao estado sem direito a nenhuma indenização, nem mesmo das benfeitorias existentes.

Art. 49. Objetivando a sustentabilidade e o exercício da fiscalização ambiental na Ilha do Mel, fica instituída a taxa ambiental de permanência, que será cobrada dos visitantes, em valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Unidade-Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR) por pessoa e por dia de permanência.

§ 1º São considerados visitantes todas as pessoas que não forem cadastrados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, como residentes, permanentes ou temporários, na Ilha do Mel.

§ 2º As normas para cadastramento e cobrança serão regulamentadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, através de portaria específica.

Capítulo XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 50. No prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da vigência desta lei, o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, deverá apresentar devidamente estruturado, implantado e regulamentado o plano de sustentabilidade da Ilha do Mel.

Parágrafo Único. O plano de sustentabilidade deverá ser elaborado com ampla participação da comunidade residente na Ilha do Mel, e deverá incorporar as diretrizes do plano diretor de Paranaguá, sendo consideradas as diretrizes de uso e ocupação de solo e ouvido demais órgãos/entidades com competências legais na gestão da Ilha do Mel.

Art. 51. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, no prazo de cento e oitenta (180) dias, por meio de portaria, o sistema de controle de acesso à Ilha do Mel, nos termos desta lei.

Art. 52. O plano de sustentabilidade da Ilha do Mel deverá ser revisto, no máximo, a cada 05 (cinco) anos, concomitantemente à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paranaguá.

Art. 53. Os pedidos de anuências do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral - COLIT e da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, de que trata esta lei deverão ser analisados no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O prazo acima estipulado poderá ser estendido nos casos em que houver a justificativa técnica.

Art. 54. Ficam aprovadas as áreas definidas pelo Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Ilha do Mel, no mapa anexo à presente, para todos os efeitos previstos nesta lei.

Art. 55. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Sobre a mesa, Requerimento nº 3820, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 354/08 da pauta da Ordem do Dia por 1 (uma) Sessão. **Retirado pelo autor.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Esse requerimento foi retirado, Sr. Presidente. Gostaria que V. Exa. fizesse votação do requerimento que está substituindo a esse que altera um artigo desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está retirado o requerimento por solicitação do autor.

Tem a palavra V. Exa., para explicar o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, no relatório da CCJ, no qual fui Relator, o substitutivo é meu, consta erroneamente o artigo 4º que não tem assinatura de emenda. Está se substituindo esse artigo pelo artigo 4º correto que é a emenda vinda da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que é assinada pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida. Essa retirada é porque no artigo 4º do meu substitutivo, que está em votação, estão sendo criados dois cargos e é absolutamente inconstitucional que a Assembléia crie cargos, que Deputados criem cargos.

Então, esse artigo 4º que está no meu substitutivo fica substituído pelo artigo 4º do substitutivo geral da Comissão da Ecologia e Meio Ambiente. Este é um procedimento que a Mesa pode fazer, independente de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Caíto, vou encaminhar para que a Mesa tome esta posição, porque não podemos votar um requerimento suprimindo um artigo de um projeto que está em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

V. Exa. poderia fazer. No entanto, como sou eu o subscritor do substitutivo geral, equivocadamente esse artigo consta no substitutivo, quando na verdade deveria constar o substitutivo do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Eu vou solicitar, Deputado Caíto, que seja anexado ao substitutivo como forma de substituição.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Perfeito. Aí V. Exa. coloca em segunda votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há sobre a mesa emenda do Deputado Reinhold Stephanes Júnior, com vários Deputados apoiando. É uma emenda aditiva ao projeto de lei que diz o seguinte:

(Lê emenda)

Portanto, volta-se à CCJ para apreciar a emenda.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas uma solicitação de esclarecimento à Mesa - esse projeto já recebeu emenda na segunda votação, retornou à CCJ, está vindo novamente para ser votado - ele pode novamente receber emendas e voltar para a CCJ? Isso não torna o projeto infinito, se cada vez que vier para cá receber emenda?

Ah, está certo. O Deputado Curi está aqui explicando que o substitutivo é da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Isso mesmo. Ele saiu de primeira discussão para ir para a Comissão de Meio Ambiente e agora está em segunda discussão.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná a Pedro Jorge Simon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 800/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Pequenos Agricultores, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/08, de 13/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 800/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Ivo, declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Pequenos Agricultores, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública também é designada pela sigla APPA, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a Emenda Aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 800/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para constar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Paranaense de Pequenos Produtores - APPA, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 475/08, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 313/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferida a comarca de Toledo, juntamente com seus municípios, da atual Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, que passa a ter competência com relação aos processos de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, oriundos da comarca de Toledo.

Art. 2º Fica alterado o anexo VIII da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS
ANEXO VIII

Jurisdição da Vep de Curitiba	Jurisdição da Vep de Cascavel	Jurisdição da Vep de Francisco Beltrão	Jurisdição da Vep de Foz do Iguaçu	Jurisdição da Vep de Guarapuava	Jurisdição da Vep de Londrina	Jurisdição da Vep de Maringá	Jurisdição da Vep de Ponta Grossa
-------------------------------	-------------------------------	--	------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------	------------------------------	-----------------------------------

Almirante Tamandaré	Campina da Lagoa	Barracão	Assis Chateaubriand	Cândido de Abreu	Andirá	Alto Paraná	Arapoti
Antonina	Capitão Leônidas Marques	Capanema	Formosa do Oeste	Cantagalo	Apucarana	Alto Piquiri	Castro
Araucária	Cascavel	Chopinzinho	Foz do Iguaçu	Guarapuava	Arapongas	Altônia	Curiúva
Bocaiúva do Sul	Catanduvas	Coronel Vivida	Mal. Cândido Rondon	Irati	Assaí	Astorga	Imbituva
Campina Grande do Sul	Clevelândia	Dois Vizinhos	Matelândia	Iretama	Bandeirantes	Barbosa Ferraz	Ipiranga
Campo Largo	Corbélia	Francisco Beltrão	Meidaneira	Mallet	Bela Vista do Paraíso	Campo Mourão	Jaguariaíva
Cerro Azul	Guaraniaçu	Pato Branco	Palotina	Manoel Ribas	Cambará	Cianorte	Ortigueira
Colombo	Laranjeiras do Sul	Realeza	Santa Helena	Palmital	Cambé	Cidade Gaúcha	Palmeira
Curitiba	Mangueirinha	Salto do Lontra	São Miguel do Iguaçu	Pinhão	Carlopolis	Colorado	Piraí do Sul
Fazenda Rio Grande	Palmas	Santo Antônio do Sudoeste	Ubiratã	Pitanga	Centenário do Sul	Cruzeiro do Oeste	Ponta Grossa
Guaratuba	Quedas do Iguaçu			Prudentópolis	Congonhinhas	Engenheiro Beltrão	Sengés
Lapa	Toledo			Rebouças	Cornélio Procopio	Goioerê	Siqueira Campos
Matinhos				Reserva	Faxinal	Guaíra	Teixeira Soares
Morretes				São João do Triunfo	Grandes Rios	Icaraíma	Telêmaco Borba
Paranaguá				São Mateus do Sul	Ibaiti	Iporã	Tibagi
Pinhais				União da Vitória	Ibiporã	Jandaia do Sul	Tomazina
Piraquara					Ivaiporã	Loanda	Wenceslau Braz
Rio Branco do Sul					Jacarezinho	Mamborê	
Rio Negro					Jaguapitã	Mandaguaçu	
São José dos Pinhais					Joaquim Távora	Mandaguari	

					Londrina	Marialva	
					Marilândia do Sul	Maringá	
					Nova Fátima	Nova Esperança	
					Porecatu	Nova Londrina	
					Primeiro de Maio	Paraíso do Norte	
					Ribeirão Claro	Paranacity	
					Ribeirão do Pinhal	Paranavaí	
					Rolândia	Peabirú	
					Santa Mariana	Pérola	
					Santo Antônio da Platina	Santa Izabel do Ivaí	
					São Jerônimo da Serra	São João do Ivaí	
					Sertanópolis	Sarandi	
					Uraí	Terra Boa	
						Terra Rica	
						Terra Roxa	
						Umuarama	
						Xambrê	

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seu Anexo VIII, o qual deverá ser publicado juntamente com a presente lei e visa a transferência da comarca de Toledo, da atual Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Cascavel.

A pretensão para que a vara de execução penal de Cascavel passe a ter competência com relação aos processos oriundos de Toledo, tem por justificativa as razões a seguir indicadas.

Primeiro porque, analisando os quadros estatísticos produzidos em Correição-Geral Ordinária, verifica-se que a VEP de Cascavel possui menor quantidade de feitos que a VEP de Foz do Iguaçu.

Segundo, e principalmente, porque o aspecto geográfico indica melhor acomodação, vez que a proximidade entre as comarcas de Toledo e Cascavel demandará menos recursos públicos para eventual deslocamento de presos, bem como, facilitará o acesso aos autos por parte dos jurisdicionados.

Ademais, é cediça a melhor quantidade da rodovia que liga Toledo a Cascavel em comparação da que liga Toledo a Foz do Iguaçu.

O anteprojeto de lei contou com a aprovação, por unanimidade de votos, dos membros da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, na 17ª Sessão Ordinária do dia 28/04/08, bem como, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 27/06/08.

Não haverá impacto financeiro com a presente proposta, tendo em vista tratar-se de transferência de Jurisdição da comarca de Foz do Iguaçu para a comarca de Cascavel.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 313/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo transferir a comarca de Toledo, juntamente com seus municípios, da atual Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Cascavel, que passa a ter competência com relação aos processos

de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, oriundos da comarca de Toledo. Desta forma, o presente projeto altera também o Anexo VII da Lei nº 14277/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

O presente projeto pretende alterar os dispositivos que especifica da Lei Estadual nº 14277/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). No que diz respeito a alteração legislativa, cumpre verificar inicialmente qual é a competência para legislar. Neste caso, observa-se que, de acordo com a Constituição da República, o Tribunal de Justiça detém a competência privativa para propor ao Poder Legislativo a alteração e organização judiciárias. Assim, dispõe o seguinte dispositivo constitucional.

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no artigo 169:

d) a alteração e organização judiciárias;

(Grifei)

No mesmo sentido, a Constituição do Estado estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça para alterar a organização das divisões judiciárias, e ainda, criar e extinguir comarcas, varas ou distritos judiciários, conforme dispõe o dispositivo *in verbis*:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários (Grifei).

O projeto de lei em análise visa justamente alterar a organização judiciária estadual, transferindo a comarca de Toledo da atual jurisdição para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Cascavel. Logo, tal pretensão encontra legitimidade no âmbito constitucional tendo em vista os dispositivos supracitados, pois o presente projeto é de iniciativa do Tribunal de Justiça, o qual pretende transferir a jurisdição de uma comarca para outra, conforme especifica.

Cumpra ainda ressaltar, que o projeto em questão não ocasionará qualquer ônus ao estado, não ficando sujeito aos requisitos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas voltadas para a responsabilidade fiscal.

Ainda, constatamos que o projeto em análise não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e a legalidade apresentada pelo projeto de lei analisado, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 313/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, tem como escopo alterar o Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, com fins de transferir a comarca de Toledo, juntamente com seus municípios, da atual Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execução Penais e Corregedoria dos Presídios, da comarca de Cascavel, que passa a ter competência com relação aos processos de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, oriundos da comarca de Toledo.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supracitada, visto que esta simples alteração na organização judiciária do estado não implica em impacto financeiro-orçamentário.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto de lei, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento, por parte dos centros comerciais, de cadeiras de rodas para utilização por deficientes físicos e idosos, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC e CICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/08, de 12/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 344/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edgar Bueno, tem por objetivo obrigar centros comerciais e shoppings centers, bem como estabelecimentos similares, a disponibilizar aos seus clientes cadeiras de rodas.

Fundamentação

Primeiramente, verifica-se que a Constituição Federal ciente da importância da inclusão do portador de necessidade especial, preconizou, como uma de suas diretrizes, a assistência social. Neste sentido, o artigo 203, IV estabelece de forma clara a inclusão do portador de necessidade especial, a fim de sanar ou diminuir a dificuldade decorrente desta necessidade. Vejamos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

O conceito de integração é, como se observa, amplo, podendo se dar de várias formas e vem ao encontro dos dispositivos norteadores do estado brasileiro, quais sejam, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

Uma das formas de integração é a criação de mecanismos que facilitem a locomoção, seja através da construção de rampas de acesso aos cadeirantes ou disponibilizando meios para que aqueles que possuam dificuldade de locomoção, ainda que transitória, possam se deslocar de maneira mais dinâmica.

A legislação federal infraconstitucional também vem atuando no sentido de dar regulamentação ao dispositivo constitucional, como se observa, por exemplo, na Lei Federal nº 7853/89.

Destaque-se a opinião do Juiz de Direito no estado de São de Paulo, Dr. Antônio Silveira R. dos Santos:

Na legislação ordinária destacam-se a Lei nº 7853, de 24/10/89, que dispõe sobre o apoio e integração social dos deficientes e institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos destas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público, bem como define crimes e dá outras providências, prevendo crime a negação, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, de emprego ou trabalho, assim como impedimento, sem justa causa, de acesso a qualquer cargo público, por idêntico motivo, estipulando pena de reclusão de um a quatro anos; a Lei nº 7405, de 12/11/85, que dispõe sobre o Símbolo Internacional de Acesso para utilização por pessoas portadoras de deficiência e a Lei nº 8899, de 19/06/94 que concede passe livre aos portadores de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Há ainda leis estaduais e municipais nos termos concorrentes determinado pelo artigo 24, XIV da Constituição Federal. Na área trabalhista a Lei nº 8213/91 introduziu a chamada reserva de mercado, obrigando as empregadoras reservar certo número de cargos em percentuais aos beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências.¹

Nesse sentido, a legislação estadual vem no intento de suplementar a legislação federal, que no artigo 2º, parágrafo 2º, IV, “a”, da Lei nº 7853/89 assim estabelece:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas.

V - na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Por se tratar de dispositivo que visa atender ao princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, III da CR, as restrições previstas pelo Constituinte dizem respeito a abrangência da norma, podendo a norma que visa a criação de direitos aos portadores de necessidades especiais ser federal, estadual, conforme disposições do artigo 24, XIV, da Constituição:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência.

No sentido do dispositivo mencionado, cumpre a União a elaboração das diretrizes gerais acerca da matéria, sendo competência a competência do estado-membro de natureza suplementar, como explica José Afonso da Silva:

(...) a competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui (na verdade até pressupõe) a competência suplementar dos estados (e também do Distrito Federal, embora não se diga aí), (...) porque justamente a característica da legislação principiológica (normas gerais, diretrizes, bases), na repartição de competências federativas, consiste em sua correlação com competência suplementar (complementar e supletiva) dos estados.²

No que diz respeito aos municípios, ainda que a Carta Magna não os mencione como competentes no artigo 24, impõe a estes competência para suplementar a legislação federal e estadual, nos termos do artigo 30, II:

Art. 30. Compete aos municípios:

II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Nesse sentido, a explicação de José Afonso da Silva:

1. SANTOS, Antônio Silveira R. Direito dos Deficientes. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutorina/texto.asp?id=165>>

2. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros, 29ª Ed. São Paulo. Pág 504.

A Constituição não situou os municípios na área de competência concorrente do artigo 24, mas lhes outorgou competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber, o que vale possibilitar-lhes dispor especialmente sobre as matérias ali arroladas e aquelas a respeito das quais se reconheceu à união apenas a normatividade geral.

Ainda que o atendimento aos portadores de necessidades especiais em muitos municípios possa não ser de utilidade prática considerável, convém adequar os locais de acesso ao público, sempre que possível ao acesso desse grupo de pessoas em especial.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade, já que indica expressamente qual o diploma legislativo que visa suplementar (Lei nº 7853/89), conforme se observa na justificativa do projeto em análise.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 344/08

P A R E C E R :

O projeto de lei que ora se analisa tem por finalidade obrigar o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes e idosos por parte dos centros comerciais.

Pois bem, a proposta já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria e Comércio. Em seu trâmite regimental, veio para Comissão de Direitos Humanos, que tem por finalidade exarar pareceres sobre assuntos correlatos aos direitos humanos em sentido amplo, seja atestando sua viabilidade ou negando seguimento ao mesmo.

A proposta, consoante se pode denotar, pretende trazer conforto e segurança para os portadores de necessidades especiais, bem como para os idosos. O fornecimento de cadeiras de rodas é uma atitude que, sem dúvida, trará grandes benefícios para aquelas pessoas mais necessitadas, de modo a valorizar o princípio da isonomia formal e material. A busca incessante pela valorização dos direitos de pessoas que, por qualquer razão tenham a capacidade reduzida, é tarefa de índole constitucional, é atitude que valoriza de modo absoluto uma sociedade mais digna e apartada de preconceitos.

Assim, por valorizar de modo concreto a igualdade e mais, por plasmar direito constitucional, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 01/12/08.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 344/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 344/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno, dispõe a obrigatoriedade de fornecimento, por parte dos centros comerciais, de cadeiras de rodas para utilização de deficientes físicos e idosos.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois os deficientes físicos devem gozar de todos os direitos da população, inclusive o de locomover-se com dignidade dentro dos centros comerciais, fazendo-se assim, necessário o oferecimento de cadeiras de rodas pela administração dos mesmos.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Casa do Idoso São Francisco de Assis da Vila Borato - REAL - Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/08, de 15/09/08, em Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 386/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Casa do Idoso São Francisco de Assis da Vila Borato - REAL - Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/08, que ficam dispensados os créditos tributários decorrentes da aplicação das finalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580, de 14/11/96 (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 115/08, de 06/10/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 390/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre a dispensa de créditos tributários devidos, independentemente de terem sido ajuizados ou lançados.

Fundamentação

Inicialmente, acerca de legitimidade podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto, transcreve-se da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (sem grifo no original)

Ainda, dispõe a Constituição Federal no seu artigo 24, I:

Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

Nesse sentido, com relação à competência legislativa, insta observar a adequação do projeto ao disposto no artigo 24, I da Constituição Federal, tendo-se em conta tratar de matéria afeta ao ramo do Direito Tributário.

Trata-se de projeto de lei que visa dispensar os créditos tributários decorrentes da aplicação de penalidades previstas nos incisos XIX e XX do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11580/96, na hipótese que a conduta penalizada tenha ocorrido até 31/12/05, bem como os créditos tributários devidos em face ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, IVC - Imposto sobre Vendas e Consignações, ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias, IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação.

Para tanto, o texto do projeto enumera taxativamente os créditos tributários dispensados.

Outrossim, o Código Tributário Nacional estabeleceu como forma de extinção do crédito tributário a remissão:

Art. 156. Extinguem o crédito tributário: (...)

IV - remissão.

Sobre esse ponto preleciona Roque Antônio Carrazza¹:

A remissão é o perdão legal do débito tributário. É na terminologia do Código Tributário Nacional, uma causa extintiva do crédito tributário (artigo 156, IV). Faz desaparecer um tributo já nascido e só pode ser concedida por lei da pessoa política tributante.

Destarte, a dispensa proposta no presente projeto trata-se na verdade de remissão dos créditos tributários, hipótese de extinção prevista no Código Tributário Nacional, sendo imperiosa a previsão legislativa para tanto, nos termos do artigo 97, VI do referido código:

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

Muito embora a total congruência do projeto com o ordenamento até aqui analisado, do ponto de vista da técnica legislativa sugerimos uma emenda, para, melhor clarear o objetivo do projeto, aumentando sua objetividade e adequando ao seu total intento.

Conclusão

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto, na forma da emenda anexa para melhor adequação ao ordenamento jurídico vigente.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 390/08

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno dessa Casa de Leis, especialmente o artigo 137 e seguintes, passo a expor a presente emenda substitutiva geral, para que o projeto conte com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam dispensados os créditos tributários decorrentes da aplicação das penalidades previstas nos incisos XIX e XX do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11580, de 14/11/96, na hipótese em que a conduta irregular tenha sido cometida até 31/12/05, independente de ter ocorrido ou não o lançamento em auto de infração.

Art. 2º Nas saídas interestaduais de que trata o convênio ICMS 03/99 e suas alterações, não se atribui ao remetente paranaense a responsabilidade pelo pagamento do imposto suspenso, determinando-se a sua exclusão do pólo passivo da obrigação, inclusive dos lançamentos de ofício já perpetrados, e, ficam dispensados os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), lançados até

1.CARRAZZA, Roque Antonio, Curso de Direito Constitucional Tributário. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

31/07/07, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$ 1 mil (mil reais), na data da publicação desta lei (Convênio ICMS 67/08)

Art. 3º Ficam dispensados:

a) os créditos tributários inscritos em dívida ativa até 1982, cujos Termos de Inscrição tenham sido feitos manualmente;

b) os créditos não tributários inscritos em dívida ativa até 1996, cujos Termos de Inscrição tenham sido feitos manualmente;

c) as dívidas ativas inscritas na vigência da Lei nº 6364, de 29/12/72, em nome de contribuinte que se encontre em situação de baixado, cancelado, ou não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, e em relação aos quais não tenham sido localizados bens penhoráveis;

d) os créditos tributários originários de autos de infração lavrados com suporte na Lei nº 6364, de 29/12/72, ainda em tramitação, cujo sujeito passivo se encontre em situação de baixado, cancelado, ou não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, na data da publicação desta lei.

Art. 4º Ficam dispensados os créditos tributários decorrentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA:

a) lançados até 31/12/02, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não;

b) lançados até 31/12/07, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cujos valores atualizados, na data da publicação desta lei, sejam iguais ou inferiores a R\$ 250 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 5º Ficam dispensados os créditos não tributários inscritos em dívida ativa até 31/12/07, ajuizados ou não, cujos valores atualizados, na data da publicação desta lei, sejam iguais ou inferiores a R\$ 250 (duzentos e cinquenta reais)

Art. 6º Ficam dispensados os créditos tributários decorrentes do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens e Direitos lançados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, relativos a fatos geradores ocorridos até 31/12/07, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$ 1 mil e 500 (mil e quinhentos reais), na data da publicação desta lei.

Art. 7º Ficam dispensados os honorários advocatícios relacionados com os créditos ajuizados, tributários ou não tributários, de que trata esta lei.

Parágrafo Único. As custas judiciais relativas a créditos ajuizados de que trata o *caput* permanecem a cargo do executado, facultando às escriturarias promover a cobrança às suas próprias expensas.

Art. 8º O disposto nesta lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 390/08

P A R E C E R :

O presente projeto tem por objetivo dispensar os créditos tributários decorrentes da aplicação das penalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580/96 (ICMS), bem como dá outras providências.

Durante o trâmite regimental, o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, na qual inclusive se adotou emenda substitutiva geral, vindo após para análise desta Comissão de Finanças, que tem por incumbência realizar análise do ponto de vista econômico, vergastando acerca de eventual hipótese de perda de arrecadação por parte do estado, principalmente cotejando aspectos da Lei Complementar 101/00.

Pois bem, em vista disso, tem-se que o projeto, linhas gerais, não trará prejuízo para os cofres estaduais. Em primeira e superficial análise até poderia exsurgir tal acepção, mas com um estudo criterioso resta evidente o oposto. Senão vejamos: não é economicamente viável para o estado realizar a cobrança dos valores listados no projeto de lei ora em discussão. Isto porque os custos dispendidos para tal finalidade suplantam o próprio valor a ser recolhido. Assim, acaba sendo contraproducente buscar a cobrança desses valores. Por ser assim, nada há que possa prejudicar as finanças paranaenses, pelo contrário, o projeto trará maior celeridade e agilidade na gestão da Administração Pública. Aliás, o próprio princípio do interesse público atesta a constitucionalidade da proposta, vez que não é dado ao estado gastar recurso de modo infundado ou despedido de objetivo justificável.

Sendo assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, ante o respeito aos requisitos legais e constitucionais, na forma da emenda da CCJ.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, dispõe sobre o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências, (REFORMA TRIBUTÁRIA). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 117/08, de 08/10/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 402/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

A proposta que ora se debate pretende modificar o texto da Lei nº 11580/96, essencialmente no que diz respeito às alíquotas, reestruturando pois o artigo 14 da citada lei, de modo a reduzir alíquotas de certa gama de produtos, elevando, em contrapartida, alíquota de outros produtos. Por ser assim e mais consoante se depreende da leitura da justificativa, a linha mestra do projeto passa pela modulação de alíquotas, pelo que, *a priori*, se trará um equilíbrio nas contas estaduais.

Cumpra desde logo estabelecer a delimitação material da análise que se passa a empreender: o projeto trata, em espectro geral de direito tributário, mais especificamente ICMS e correlatas alíquotas.

Da Legitimidade

Tenho por ponto de partida o objeto material, necessário que se analise o projeto quanto a sua legitimidade. Para tanto, a transcrição do artigo 24 da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ora, se a competência é classificada como concorrente, exsurge a competência também estadual para dispor sobre o tema. Sobre o tema valiosa a lição de Gilmar Ferreira Mendes:

A Constituição Federal prevê, além de competências privativas, um condomínio legislativo, de que resultarão normas gerais a serem editadas pela união e normas específicas, a serem editadas pelos estados membros.¹

Assim, resta evidente que o estado, no presente ato, dispõe sobre matéria específica, qual seja, alíquotas de ICMS para o próprio território. Veja-se que:

Art. 155. Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Relembre-se aqui, para fundamentar a legitimidade, o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, ora *in verbis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

1. Mendes, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional/Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Bonet Franco - 3 ed. ver. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2008. p. 822.

O Chefe do Poder Executivo tem, por decorrência, legitimidade para deflagrar processo legislativo no caso presente.

Do Aspecto Material

Como primeiro ponto a ser visto nesta passagem, tem-se a questão da legalidade e constitucionalidade para redução e diminuição das alíquotas do ICMS.

Essa questão não representa empecilho para a aprovação do projeto, vez que a redução de alíquotas pode ser implementada, ainda mais quando proposta pelo Chefe do Poder Executivo, que detém o controle financeiro do Paraná, possuindo condições de decidir, de modo fundamentado, sobre a viabilidade ou não da medida. Por ser sim, tanto pode lançar mão de medidas que tragam elevação de alíquotas como também de ações que objetivem reduzi-las, mas sempre pautado pelo princípios do equilíbrio na contas públicas.

Outro ponto a ser abordado, coligado ao acima exposto, é o da Lei Complementar 101/00, que trata da Responsabilidade Fiscal. Por tal lei não é dado aos administradores públicos efetivar atitudes que possam vir a lesar os cofres públicos. Veja-se o artigo 14 da sobredita lei:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Destaque-se, desde logo que a redução de arrecadação, para ser aprovada, exige dois requisitos, quais sejam: 1) demonstração de que a renúncia foi considerada na lei orçamentária e 2) estar acompanhada de medidas compensatórias para tal renúncia. O projeto traz, na página 4 da justificativa, o impacto orçamentário e mais, traz regra que impedirá a redução de receita. Essa regra é da elevação de certas alíquotas, com a correspondente elevação de outras. Conclui-se pois que haverá um sistema, ao menos por princípio, balanceado, pelo que se atesta a legalidade nesse passo.

Ainda merece destaque nesse parecer a sistemática da seletividade de alíquotas a ser implementada. Iniciando a análise pelo texto constitucional, temos que:

Art. 155...

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

De acordo com abalizada doutrina, esse verbo poderá, em verdade representar uma obrigatoriedade. Roque Carrazza leciona que: “Convém salientarmos, desde logo, que, a nosso ver, este singelo “poderá” equivale, na verdade, a um peremptório “deverá”. Não se está, aí, diante de uma mera faculdade do legislador, mas de uma norma cogente, de observância obrigatória.”¹ Prosseguindo, fica evidente que a intenção do proponente homenageia o princípio constitucional. Sobre o assunto, imperioso se dizer que a seletividade deve selecionar mercadorias, de acordo com gradação entre supérfluo e essencial, fazendo incidir maior ônus sobre aqueles produtos que não representam necessidade primária para a população como um todo. Roque Antonio Carazza mais uma vez diz que:

“Cumpre-se o princípio da seletividade comparando-se mercadorias ou serviços. Nunca, evidentemente, discriminando-se contribuintes, em função de raça, sexo, ocupação profissional etc., que a isto obsta o artigo 5º, I, da Constituição Federal. As mercadorias e os serviços de primeira necessidade devem, necessariamente, ser menos onerados, por via de ICMS, que os supérfluos ou suntuários. Por trás dessas idéias está presente, em última análise, o princípio da capacidade econômica, pelo qual, quem, em termos econômicos, tem mais, há de ser mais onerado, do que quem tem menos.”²

Conclui-se pois, que o projeto contempla, de modo satisfatório, o preceito constitucional.

Continuando a examine do projeto, também devem ser lembrados os princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal, verdadeiros obstáculos a surpresas na seara tributária, vez que impedem a consecução de aumentos inesperados na carga tributária. Hugo de Brito Machado ensina que:

“...portanto, pelo princípio da anterioridade, a criação ou aumento do tributo devem ocorrer antes do início do exercício no qual é cobrado, e a lei respectiva terá um período de vacância de pelo menos 90 dias. Assim, para que o tributo seja devido a partir do primeiro dia do exercício financeiro, a lei que cria ou aumenta deve ser publicada pelo menos 90 dias antes.”³

No texto da Carta da República tais princípios são dispostos da seguinte forma:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à união, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

No texto da Mensagem enviada pelo Poder Executivo está explicitado no artigo 3º que esta lei vigorará a partir do primeiro mês subsequente ao decurso de noventa (90) dias da data de sua publicação. Deste modo, irrefutável que os ditames constitucionais uma vez mais foram respeitados.

Da Emenda Aditiva Proposta

Em que pese o mérito da proposta enviada a esta Casa de Leis, existe passagem que merece alteração, através da adição.

Para iniciar, é de se lembrar que está vigente no estado do Paraná a Lei nº 14895/05, alterada pela Lei nº 15634/07, que dá tratamento tributário diferenciado para o setor de informática, telecomunicações e eletrônicos. Essa lei, em resumo, possibilita o diferimento de ICMS para peças importadas que venham a compor os produtos posteriormente comercializados, bem como concede crédito presumido de 80% do valor da nota de saída para os estabelecimentos que comercializem os produtos listados.

A partir desse intróito, deve-se consultar o artigo 1º do projeto de Lei nº 402/08, que busca alterar as alíquotas de ICMS, e especificamente o inciso II, que pretende estabelecer alíquota de 12% para os produtos listados. Ocorre que na alínea “v”, 5, 12, 13 e 14, existem produtos atualmente contemplados pela Lei nº 14895/05. Em termos práticos, ocorrerá a seguinte distorção: A alíquota sendo reduzida para 12% automaticamente será reduzido o crédito presumido na saída, fazendo praticamente inócua a lei ora em vigor. Assim, para que a competitividade do setor possa continuar, através da manutenção integral do crédito ofertado sugere-se a adoção de emenda aditiva ao artigo 1º da proposta, conforme segue como anexo.

Passa-se agora ao estudo das duas emendas apresentadas por Parlamentares até o momento:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Deputado Ribas Carli Filho

O Projeto de Lei nº 402/08, oriundo de mensagem do Poder Executivo trata, em resumo, da alteração de alíquotas de ICMS no estado do Paraná.

1.Carrazza, Roque Antonio. ICMS. 10º ed. revista e ampliada, até a Emenda Constitucional 045/04 e de acordo com a Lei Complementar 087/96, com suas ulteriores modificações. p. 361

2.Op. citada.p. 361-362

3.Machado, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 28º ed. revista, atualizada e ampliada. p. 65

Pois bem, foi apresentado emenda aditiva à proposta original, de modo a acrescentar-lhe parágrafo único ao artigo 1º. Tal adição busca estabelecer regra pela qual as empresas exportadoras que possuem isenção do ICMS recebam suas faturas de cobrança pelo consumo de energia elétrica livres da incidência de tal imposto. Noutro giro verbal, o que se quer é isentar do pagamento de energia elétrica as empresas exportadoras.

Inicialmente, cumpre plasmar que o Parlamentar possui legitimidade para emendar projeto de lei advindo do Poder Executivo, ainda mais quando da trata de tema de competência concorrente, consoante artigo 24 da Constituição da República, ao qual se soma o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná, pelo qual se concretiza a legitimidade da Assembléia em legislar sobre direito tributário, visto ser competência não exclusiva.

Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Ocorre que, afora isso, exsurge questão correlacionada a Lei de Responsabilidade Fiscal que, de modo absoluto, impede a aprovação nos moldes propostos. O artigo 14 da Lei Complementar nº 101/00 é clara:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decora renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Como pode se depreender a proposta aditiva não é embasada com esses dados, indispensáveis para a aprovação. Ganha destaque a exigência tanto de previsão orça-

mentária quanto de métodos de compensação, de modo cumulativo.

Esta disposição serve como limite para a renúncia de receita, vez que impede que as finanças públicas possam ser prejudicadas, em detrimento inclusive do princípio do interesse público.

Outro ponto a ser destacado é a ausência do Convênio CONFAZ, exigência de tope constitucional (artigo 155, parágrafo 2º, XII, “g”), e pormenorizado pela LC nº 024/75, pela qual isenções, como a presente, devem estar autorizadas pelo CONFAZ.

Por ser assim, não se pode aprovar a emenda aditiva, ante a falta de estimativa de impacto econômico para os cofres estaduais.

O parecer, portanto, é pela devolução da emenda ao autor, para que, em querendo, acoste estimativa de impacto econômico financeiro a ocorrer, com a doação da emenda proposta e mais, para que noticie sobre a existência ou não de Convênio CONFAZ.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

O Projeto de Lei nº 404/08, conforme alhures se disse, trata da alteração de alíquotas do ICMS no estado do Paraná. Ao texto original foi proposta de higiene pessoal, quais sejam: lenços - incluídos os de maquiagem - e toalhas de mão (NCN 4818.20.00) e toalhas e guardanapos, de mesa (NCM 4818.30.00). Da mesma forma, pretende suprimir do texto do projeto produtos de auto peças da alíquota de 12%. Cumpre dizer que atualmente tanto as auto peças quanto os produtos a terem alíquotas reduzidas pela emenda são tributadas por alíquota de 18% (regra geral). Assim, pretende-se, em verdade, fazer um inversão, pela qual entra novos produtos, ao passo que as auto peças são retiradas do projeto.

No que tange à iniciativa para propor a presente emenda, é de se ver que a competência para tratar de tema tributário é concorrente, de acordo com o texto do artigo 24, I, da Constituição Federal. Em âmbito estadual, compete também a Assembléia Legislativa dispor sobre o tema, porque o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná é clara e objetiva ao franquear ao Parlamento tal prerrogativa.

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Já no que se refere ao objeto material da proposta, passa-se à análise da Lei de Responsabilidade Fiscal, leia-se o artigo 14:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará a metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Outro ponto a ser destacado é a ausência de convênio CONFAZ, exigência de tope constitucional (artigo 155, parágrafo 2º, XII, “g”), e pormenorizado pela LC nº 024/75, pela qual isenções, como a presente, devem estar autorizadas pelo CONFAZ.

O eminente autor da proposta, em que pese a louvável iniciativa, não acostou qualquer perspectiva de impacto econômico financeiro, condição inafastável para aprovação do presente. Assim, sugere-se a devolução da emenda ao autor, para que, em querendo apresente o impacto correlato à mudança buscada e mais, para que informe sobre a presença do convênio CONFAZ.

Conclusão

Após o articulado acima exposto, tem-se, em resumo que, em relação ao Projeto de Lei nº 402/08:

a) O parecer ao projeto original é pela aprovação, com a aprovação da emenda aditiva proposta pelo Relator, que segue como anexo;

b) O parecer à emenda proposta pelo Deputado Ribas Carli, como também à emenda apresentada pelo Deputado Reinhold Stephanes é pela devolução aos respectivos autores, para que estes, em querendo, apresentem o impacto econômico financeiro, bem como que informem sobre a existência de Convênio CONFAZ autorizando as medidas propostas.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 402/08

Com base no artigo 136, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, propõe a presente emenda, adicionando o que segue ao artigo 1º, I, do retro citado projeto, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

I - O artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 - As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - ...

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas operações com as seguintes mercadorias, exceto em relação às saídas promovidas pelos estabelecimentos aos quais foram outorgados o tratamento tributário de que tratam as Leis nº 14895/05 e 15634/07”.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Caíto Quintana, Augustinho Zucchi e Nereu Moura.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 402/08

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Poder Executivo pretende, resumidamente, alterar as alíquotas do ICMS no estado do Paraná, através de modificação a ser efetivada na Lei nº 11580/96.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ e foi encaminhado a esta Comissão. Como bem se sabe cabe a esta Comissão se manifestar sobre a proposta visto pelo ângulo das finanças do estado, embasando-se principalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O grande cerne de análise no caso é a questão da renúncia de receita. Diz o artigo 14 da LC nº 101/00:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará a metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Frente tal situação, imperioso que se relembre que na justificativa do projeto existe previsão de impacto, tanto com a implementação da elevação das alíquotas como pela redução da mesmas. Pelo trazido no texto, conclui-se que não haverão perdas para o estado do Paraná, posto estar se inserindo sistema balanceado, pelo qual se reduz arrecadação de um lado e se aumenta do outro.

Entrementes, é de se considerar que o projeto, ante sua relevância tanto social quanto econômica, merece estudo pormenorizado de cada situação apta a modificar esse sistema balanceado. Essa preocupação não surge apenas agora, é importante que se reitere; pois já na data de 11/11/08 foi aprovado pelo plenário da Assembleia Legislativa requerimento, no qual se pretende obter informações acerca da compensação de débitos de ICMS, seja ela administrativa ou judicial, com precatórios nos últimos 10 anos, e mais, quis se aprofundar o detalhamento dos setores econômicos que buscam essa compensação de dívidas por via de precatório. Foi inclusive, na data de 12/11/08, encaminhado Ofício nº2998/09/CEA para que o Secretário da Fazenda esclareça os questionamentos.

Visto que, até o presente momento, nenhuma espécie de resposta chegou ao conhecimento deste Relator, indispensável que se encaminhe, ora via Comissão de Finanças, com fundamento no artigo 28, IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitação em caráter de urgência de informações à Secretaria de Fazenda, relacionado ao aspecto de financeiro da proposta. O que se pretende é que seja informado o que segue:

1) relação detalhada, discriminada por exercício e por atividade econômica, dos valores de precatórios compensados administrativamente ou judicialmente, com débitos de ICMS pelo estado do Paraná nos últimos dois exercícios, sejam alimentares ou não alimentares.

Para que não crie empecilho para o regular trâmite do projeto, a resposta ao questionamento deverá ser encaminhada para este Relator até segunda-feira próxima (dia 15 de dezembro), isto porque o projeto receberá emendas de plenário, retornando para que a CCJ as analise do ponto de vista constitucional. Prova dessas futuras emen-

das é que, antes mesmo de receber parecer inicial na CCJ duas emendas foram propostas, sendo devolvidas aos autores que, provavelmente, as apresentarão em plenário. Assim, restaria tempo suficiente para o estudo técnico antes da discussão final em plenário.

Por derradeiro reitere-se: essa providência é implementada, exclusivamente, para que se possa estudar o assunto de modo detalhista e responsável, objetivando sempre defender o interesse público e a ordem social.

Devido ao até aqui exposto, tem-se que o parecer é pela aprovação do presente projeto, com a aprovação da solicitação para que se envie expediente para o Secretário da Fazenda.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há sobre a mesa Requerimento nº 3845, por vários Srs. Parlamentares, que requer a retirada do Projeto de Lei nº 402/08, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Está em votação o requerimento.

Para encaminhar, o Deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras Deputadas e Srs. Deputados.

Este projeto da minha reforma tributária, tão falado e tão discutido aqui nesta Casa, e também nas Audiências Públicas que a CCJ realizou no interior do estado da Paraná e também aqui na capital do estado, mais precisamente na Associação Comercial do Paraná, finalmente chega a Plenário para ser votado.

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi, que preside a Sessão neste momento substituindo o nosso Presidente Deputado Nelson Justus na presidência, nós Parlamentares entendemos que o momento é de cautela, o momento é de ser sensato, o momento é de os governantes terem muito cuidado com a economia, que atravessamos a atual crise, que não é só do Paraná e não é só brasileira, mas a crise é mundial.

O que estamos discutindo neste momento, Srs. Deputados, é o requerimento que foi subscrito por diversos Parlamentares, que pede o adiamento da discussão e da votação dessa mensagem.

Por que o adiamento da votação da minha reforma tributária no estado do Paraná? Por dois motivos básicos: primeiro, é a crise que vivemos hoje, é a situação econômica que abala toda a economia do nosso país e porque não dizer do planeta. Se os Estados Unidos, que é a maior potência econômica do mundo, está em recessão; a segunda maior potência é o Japão, já admitiu que vive em recessão; diversos países da Europa vivem em recessão. O Brasil vive em crise e a recessão está às nossas portas. Então é o momento de não mexer em aumento na carga tributária, de forma alguma.

Segundo momento, é o que nós nos pegamos, é a questão nacional. Existe no Congresso Nacional a discussão do projeto da reforma tributária. O Governo Federal, o Presidente da República, por mais que ele queria aprovar a reforma tributária, o Congresso Nacional entendeu que este não é o momento de aumentar e mexer na reforma tributária, mas sim que se deixe para o próximo ano.

Então, porque nós Parlamentares aqui no estado do Paraná vamos votar uma reforma tributária, mexer no aumento de algumas alíquotas, na redução de outras alíquotas, na redução de outras alíquotas do ICMS, se o Congresso, Srs. Parlamentares, no ano que vem votar a reforma tributária, Deputado Geraldo Cartório, tudo isso que os estados da nossa federação irão fazer em relação à reforma tributária, que mexe com o ICMS, tudo poderá cair por terra no ano que vem, depois da votação da reforma tributária nacional. Por essa razão, Srs. Parlamentares, pedimos aos senhores que ponham a mão na consciência, que não votemos esse projeto este ano, e vamos votar o projeto no ano que vem, após a votação, se ainda pudermos legislar sobre a alíquota do ICMS.

Entendemos sim, Srs. Deputados, que o momento que atravessamos é preocupante. Sabemos, todos os senhores sabem e o paranaense sabe tão bem quanto nós, que as grandes empresas já demitiram centenas e centenas, milhares de pessoas no Brasil afora. Quem não demitiu está dando férias coletivas.

Ora! Se as grandes empresas demitem e dão férias coletivas é porque a recessão está às portas e não podemos, nós Parlamentares, aqui no Paraná, um momento de crise, de dificuldades, que requer reflexão, um momento que requer sensatez, cautela, não podemos querer aumentar o ICMS da energia elétrica. Não podemos aumentar o ICMS neste momento, nas comunicações, não é só o telefone, tudo que é comunicação terá aumento do ICMS. Não podemos aumentar o ICMS da gasolina, tudo isso são produtos essenciais para o desenvolvimento, para a geração de renda, para geração de riqueza, para tocar as nossas indústrias.

Se não bastasse tudo isso, espero que os Parlamentares entendam como nós entendemos, vamos deixar isso para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passamos a palavra, para encaminhar, ao Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PP)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos do Paraná. Até gosto de usar essa tribuna em algumas ocasiões especiais. Acredito que hoje é um dia especial. Temos dois projetos polêmicos e preciso encaminhar a respeito do meu posicionamento a favor do requerimento para retirada desse projeto da pauta de hoje.

Fiz um estudo bem completo, acompanhei as Audiências Públicas e fiz um acompanhamento também junto com vários setores, estudei a fundo a questão da minirreforma. Na minha opinião não é minirreforma, não. Na minha opinião é um “tarifaço” e vou explicar o porquê.

O Governo vai ter que admitir publicamente que existe um rombo, não se sabe ao certo de quanto é esse rombo, mas cabe a nós da Oposição estudar, fiscalizar e descobrir se existe esse rombo de R\$ 500 milhões no caixa, e para cobri-lo seria necessário por a mão no bolso dos cidadãos. Na verdade essa minirreforma, dificilmente a diminuição da alíquota será repassada ao consumidor, prejudicando ainda mais os pequenos empresários, os micro e pequenos empresários. O Deputado Tadeu Veneri falou das panificadoras e é verdade, porque as panificadoras gastam muita energia elétrica. No momento em que for aprovado o projeto, no dia seguinte o pão, os produtos que são vendidos nas panificadoras vão subir automaticamente. Mas não é só isso, a gasolina, as telecomunicações. Sou contra também o projeto por um momento.

Eu estava conversando com o Líder do Governo, Deputado Romanelli e ele me falou: “Mas Marcelo, você é contra o projeto e vai apresentar emendas?” Sim! Estou apresentando emendas e quero agradecer inclusive aos Deputados que assinaram as minhas emendas para que possamos dar prosseguimento parlamentar. Apresentei as emendas para minimizar os efeitos que, na minha opinião podem ser catastróficos. Porque até agora ninguém conseguiu explicar direito se desse ou não garantia de que os preços no estado do Paraná vão baixar.

Em época de crise, subir energia elétrica? Subir o combustível? As telecomunicações? Só para S. Exas. terem idéia, 35 empresas do setor metal-mecânico aqui de Curitiba e região já decidiram que vão dar férias coletivas, são cerca de 30 mil funcionários, em dezembro.

Quanto foi apresentado este projeto era um pouquinho antes da grande crise. Pois bem, é até meritório discutir-se, é interessante se fazer uma reforma tributária, baixar impostos de produtos e produtos essenciais. Isto é, realmente, muito importante. Mas, a crise foi aumentando, está atingindo fortemente o Brasil e o estado do Paraná. Quarenta e três por cento das indústrias paranaenses estão com problemas de créditos nas instituições financeiras. E essas empresas vão sofrer, sim, impacto financeiro muito grande, porque trabalham na base da energia elétrica.

Vou encaminhar, Srs. Deputados, no momento da votação, porque somente quem não entende de política - infelizmente a grande maioria não entende de política - mas somente quem não entende de política acredita, ainda, que este projeto não vai passar. É claro que o projeto vai passar! Porque o Governo tem a grande maioria dos Parlamentares.

Acredito que vai ser uma disputa dura. Vai ser uma briga difícil. Mas, meu posicionamento, vou deixar registrado nos Anais desta Assembléia Legislativa, vou votar pela inconstitucionalidade da matéria. Muitos Deputados me perguntavam: “Mas, Marcelo, este projeto é constitucional.” Com relação ao mérito vou votar contra. Mas, vou votar pela constitucionalidade, pois eu estudei também e cheguei à conclusão de que também o projeto pode ser discutido, inclusive depois de aprovado, pela Justiça, com relação à inconstitucionalidade. Mas, este é outro assunto, num outro encaminhamento, logo após passar este requerimento.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, para encaminhar o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, queria em primeiro lugar chamar a atenção da assessoria técnica da Mesa, Porque este requerimento foi recebido em desconformidade ao que estabelece o artigo 158 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Porque o requerimento tem que dizer por quantas Sessões o projeto deve ser retirado de pauta. Este requerimento foi encaminhado para se transferir para o próximo exercício. Não sei exatamente o que é exercício, porque na Assembléia não existem exercícios. O máximo que temos aqui é a próxima Sessão Legislativa. Socorreme o 1º Vice-Presidente desta Casa, Deputado Antonio Anibelli. Por isso não sei exatamente o que é exercício.

De qualquer forma, se o requerimento está errado, Sr. Presidente, o requerimento não pode nem ser emendado e nem substituído. Então, quero neste encaminhamento formular esta questão de ordem, porque exercício não é nada para nós, aqui nesta Casa. Nós, a cada ano, temos uma Sessão Legislativa: primeiro período é o primeiro semestre; segundo período, segundo semestre do ano. Este é o primeiro ponto que levanto. Superada esta questão do juízo de admissibilidade do requerimento, quero requerer aos Deputados para que possamos rejeitar o requerimento, porque hoje estamos julgando, nesta Casa, por este Plenário, a constitucionalidade e a legalidade deste projeto. E constitucional e legal ele é. Por isso, quero solicitar às Sras. e Srs. Parlamentares a rejeição do requerimento se, na preliminar, V. Exa. não acatar o meu questionamento com base no artigo 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Era isso, Sr. Presidente. Peço o apoio das Sras. e Srs. Deputados pela rejeição do requerimento, em não sendo acatado o nosso questionamento da formulação equivocada do requerimento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, cabe a questão de ordem de V. Exa. Realmente o requerimento está mal redigido e é uma questão de hermenêutica, de interpretação, porque fala no próximo exercício, o que se pressupõe que seria após 10 Sessões, no mínimo. Nós não teremos 10 Sessões até o próximo exercício.

Não tenho outra alternativa senão deixar de receber o requerimento, porque ele está mal redigido. Ele diz aqui: “Constante da Ordem do Dia da presente Sessão, para que a respectiva discussão e votação seja procedida no próximo exercício”. O nosso Regimento é claro ao estabelecer que: “Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a 10 Sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado pelo Deputado”.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, mostrei para V. Exa. que tenho o requerimento por 10 Sessões. Na verdade, quando redigimos na manhã de hoje para a próxima legislatura, na verdade colhemos, e o Deputado Romanelli poderá olhar que as mesmas assinaturas colocadas foram colocadas aqui. Na verdade, como foram deixados tantos projetos e tantos requerimentos para as últimas Sessões, tudo isso faz com que a própria assessoria e nós, eu particularmente assumo essa culpa, porque está aqui o requerimento redigido para retirar por 10 Sessões. Acho que na hora em que fiz a entrega desse requerimento, em vez de entregar o de 10 Sessões, entreguei o requerimento pedindo que fique para o próximo ano.

Então, apelo para V. Exa., porque está aqui o requerimento. É o mesmo requerimento, são as mesmas assinaturas e não é que foram colhidas as assinaturas neste momento. O requerimento é o mesmo, é igual ao que está na Mesa, mas é só uma questão de redação que está lá, que diz retire para o próximo ano, e aqui está o que diz retire por 10 Sessões. Gostaria de pedir à presidência desta Casa e o mesmo apelo faço ao Líder do Governo, que reconsidere exatamente essa posição, porque foi um erro nosso na hora de entregar o requerimento à Mesa. Isso pelo atropelo, tendo em vista que temos diversos projetos hoje que estão sendo discutidos em última hora e realmente houve esse atropelo.

Apelo a V. Exa. que este requerimento seja acatado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Serei bem claro. Não poso acatar este requerimento, em que pese entenda a razão pela qual foi feita. Este requerimento está indeferido e não posso recebê-lo, passar para o próximo exercício. Se houver anuência e um acordo entre as Lideranças para que seja votado,

democraticamente posso acatar. Caso contrário, está rejeitado de pleno, porque já iniciamos a discussão. Mas, se houver a anuência e a boa vontade das Lideranças, como nós sempre agimos, de maneira democrática. Caso contrário, deixo de aceitar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero dizer que tenho um grande respeito pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, como tenho pelos Parlamentares que fazem Oposição e tentam obstruir esse processo de votação da reforma tributária.

Em muitos momentos, por conta da rigidez da assessoria técnica da Mesa, tenho me submetido a situações que não gostaria. Mas tenho seguido o meu calvário.

Entendo que o requerimento do Deputado Elio Rusch está formulado de forma equivocada. Estamos votando nesta Casa, hoje, a constitucionalidade e a legalidade do projeto, que na minha avaliação, é pacífica. É isso que estamos fazendo. Tenho por obrigação, até porque a minha bancada confia no meu trabalho em fazer tudo aquilo que posso para que possamos votar o projeto, e não posso, depois de ter levantado um questionamento igual a esse, abrir um precedente do qual amanhã poderei estar evocando esse próprio precedente aqui se concordar em substituir um requerimento.

Vejam só a gravidade do fato. Presidente, V. Exa. que se esmera nas questões regimentais, poderia retirar o requerimento, reconhecendo que houve um equívoco da assessoria técnica e reconhecemos que nesta Casa há um trabalho muito grande, as assessorias ficam sobrecarregadas e podem acontecer equívocos. Vou manter a questão de ordem, e V. Exa. que decida o tema. V. Exa. é Presidente desta Casa justamente para decidir as questões de ordem. Tem muitas vezes decidido contra aquilo que penso e que acredito. Deixo a decisão final para V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Deputado Romanelli, não foi intencional, em absoluto.

O dia que V. Exa. apresentar um requerimento à Mesa e mostrar para mim que existe outro documento na sua mão e que foi o documento errado para a Mesa, claro que vou concordar. Estamos aqui para que haja um entendimento. Esse entendimento que houve por parte da Presidência da Casa com as Lideranças do Governo e da Oposição, com o Presidente da CCJ, com o próprio Governo para que esse projeto fosse amplamente discutido, fazer as Audiências Públicas nas cidades pólo do estado do Paraná.

Esse projeto mereceu, por parte desta Casa, o maior cuidado.

Não queremos enganar nenhum Parlamentar. Por essa razão que mostramos o mesmo requerimento, com as mesmas assinaturas que estão na Mesa e estão conosco aqui. Apenas foi entregue o documento errado para a Mesa.

Por esta razão poderia existir, por parte da Liderança do Governo, por parte dos Parlamentares e, principalmente, por parte da Presidência desta Casa, sabemos que tem o Regimento Interno, os requerimentos devem ser apresentados até que se anuncie a Ordem do Dia. Quando se anuncia a Ordem do Dia os requerimentos devem ser apresentados e o requerimento foi apresentado. Lógico, se apresentar o requerimento, fica transferido para o ano que vem ou se retira por 10 Sessões. É a mesma coisa. Então, não houve por parte deste Parlamentar e nem da nossa assessoria, por parte de ninguém, o objetivo de querer burlar o Regimento Interno, querer enganar, nada disso.

Não estou pedindo para substituir ou colher outras assinaturas, em absoluto. O requerimento está lá e outro requerimento está conosco. A única coisa que houve foi uma falha. Se o Presidente entender que não pode acatar, vou fazer o quê, mas eu apelo. Quantas vezes aqui na Casa, Presidente Nelson Justus, até na troca, até no próprio chamamento pela ordem das inscrições, quando chama liderança, a Liderança do Governo é chamada antes da Oposição, abre-se o precedente, troca-se, por que não? Muitas vezes existiu isso. Por que não pode existir neste momento? Não existe nada de mais!

Houve o equilíbrio na discussão deste projeto. em todos os sentidos. Então, não consigo entender. Se for a Liderança do Governo, apelo ao Deputado Romanelli. Sei que V. Exa. questionou, fez a questão de ordem eu lhe mostrei que não há má-fé, em absoluto, nisso. Então, que V. Exa. reconsidere e que possamos votar este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. é um excelente advogado. Por isso, é Líder da Oposição. V. Exa. sabe que a Mesa não pode abrir um precedente desses. V. Exa. tem conhecimento. Ainda mais se entrarmos no mérito da questão, porque não me lembro - e estou aqui há 18 anos - de um projeto que tenha sido tão discutido como este foi aqui nesta Casa. Nós corremos este Paraná inteiro ouvindo, fizemos Audiências Públicas, as Comissões têm discutido muito, entre quatro paredes temos discutido muito, até em momentos de descontração. Por esse razão, adiarmos a votação deste projeto, agora, não seria nem de bom tom para nós. Temos sim que votar, positiva ou negativamente, quanto a essa mensagem. Agora, abrir um precedente, num momento como este, não dá.

Quero deixar bem claro: não houve má-fé nem dolo de V. Exa., em momento algum. Houve sim um equívoco por parte da assessoria. Como eu disse, até usei a expressão “hermenêutica”, porque é uma ques-

tão de interpretação e seria perfeitamente válida, mas eu abriria um precedente aqui que poderia custar caro, não à Mesa, mas a nós todos. Fatalmente alguém iria invocar, como no caso tivemos há pouco aqui, naquele projeto que versa sobre a Ilha do Mel, e com muita propriedade o Presidente Augustinho Zucchi o encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça, porque não teria outra alternativa que pese a defesa do Deputado Caíto Quintana.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que me conhece bem, sabe que lamento contrariar um pedido de V. Exa., mas vou rejeitar o requerimento e vou passar à discussão, à votação, aos encaminhamentos aqui do item 13. V. Exa., naturalmente, usará com brilhantismo, como sempre o faz, de todos os expedientes para isso, mas o requerimento está rejeitado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, acato a decisão de V. Exa., mas quero dizer que vamos apresentar este regimento quando o projeto estiver na segunda discussão.

Nós vamos apresentar este mesmo requerimento na segunda discussão, vamos apresentar para retirar da pauta. isso deve acontecer na quarta-feira. Já que hoje vamos votar a constitucionalidade, segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu não sugeri isso a V. Exa. porque estaria sendo parcial, mas é claro que V. Exa. sabe e deveria fazer isso mesmo. Claro.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Como V. Exa. já disse que o projeto tinha que ser votado agora, mas é um direito que qualquer Parlamentar tem. Se pudéssemos postergar, tínhamos que fazer a mesma coisa aqui no Paraná, e pretendemos fazer a mesma coisa no Paraná, aquilo que o Congresso está fazendo em nível de Brasil.

Volto a dizer que o requerimento, nós entendemos, este requerimento está aqui, está subscrito, as mesmas assinaturas que estão aqui, vamos apresentar este requerimento na quarta-feira, segunda-feira ele vai receber emendas. Este requerimento que está aqui e que as câmeras podem registrar, com data de hoje, dia 10 de dezembro, vamos apresentar na quarta-feira quando ele será votado em segunda discussão, porque se não votarmos o requerimento hoje, vamos votar este requerimento na quarta-feira. Porém, já fica registrado que apresentaremos, vamos tentar colher mais assinaturas, uma vez que o Deputado Durval Amaral, por telefone, confirmou a sua assinatura, não está aqui na Casa, o Deputado Douglas Fabrício também não subscreveu, mas também irá subscrevê-lo, temos hoje 13 assinaturas, serão 15 assinaturas ou talvez mais ainda quando apresentamos este requerimento. Este requerimento será reapresentado na quarta-feira, com data de hoje.

E deixar bem claro que não há males, como disse o Deputado Valdir Rossoni, que venham para o bem. Hoje estão ausentes alguns Parlamentares que queriam votar conosco neste requerimento, mas que quarta-feira, com toda a certeza, estarão aqui e vamos continuar esperneando, esperneando, para ver se conseguimos convencer os Deputados de não votarem este projeto este ano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Encerrada a discussão. Está em votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar a presença do Vereador eleito, Rui Sérgio Alves de Souza, do Partido dos Trabalhadores do município de Araucária.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, me inscrevo para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, também está inscrito o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que estão acompanhando esta Sessão, senhores da imprensa.

Estou encaminhando pela inconstitucionalidade do projeto. E, Srs. Deputados, gostaria muito de pedir a atenção de todos vocês. Essa é uma discussão, Deputado Elio Rusch. Pois bem, o aumento das alíquotas de 27 para 29%...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, com toda a certeza queremos discutir este projeto. O Deputado Marcelo Rangel, por equívoco, disse que iria encaminhar, mas na verdade a Bancada de Oposição quer discutir este projeto de lei, nós queremos discuti-lo, até pelo tempo que vamos ter para encaminhamento, são apenas cinco minutos, e para discutir são 10 minutos. E V. Exa. sabe do acordo que fizemos ontem de que iríamos discutir o projeto na Sessão de hoje, e eu estava conversando com o Líder do Governo, com os Deputados, em relação ainda a esse maldito requerimento apresentado, e que fosse reconsiderada a posição, ao menos, para discutir.

O Deputado Marcelo Rangel, quando foi para a tribuna, ele iria discutir o projeto e não encaminhar. Isso muitas vezes acontece aqui na Casa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Aliás, pelo debate, o início do debate começa pela discussão, estamos discutindo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: o Deputado Elio Rusch fez esse questionamento porque eu comuniquei a ele, falei: olha, acho que o segundo round conseguimos vencer, porque vamos economizar bastante tempo para a votação desse projeto, porque eu disse: o Deputado Marcelo Rangel não pediu para encaminhar, tanto a TV SINAL, quanto as notas taquigráficas registram isso, a fase de discutir foi superada, o Deputado Marcelo Rangel está fazendo o encaminhamento.

Então, quero dizer que a questão de ordem do meu amigo, Deputado Elio Rusch, não tem como ser acatada, porque já estamos encaminhando a votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Eu não gostaria de polemizar. Por uma questão de discussão, a abertura do debate sempre é feita através da discussão, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados, por favor, eu tenho que procurar ser o mais imparcial possível, para procurar ajudá-los. Declarei com todas as letras: encerrada a discussão, para encaminhar, Deputado. V. Exa. está encaminhando. Posso até ceder um pouco mais, mas V. Exa. está encaminhando, não está discutindo. V. Exa. tem cinco minutos, prorrogáveis por mais um pouco.

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, para encaminhar, por cinco minutos, prorrogáveis por mais um pouco.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Vou encaminhar contrariamente, pela inconstitucionalidade. É simples. Segundo o princípio da essencialidade, nunca um imposto, a alíquota de um bem essencial pode ser maior do que a alíquota de produtos supérfluos. Pronto! É inconstitucional. Flagrantemente inconstitucional. Porque estão aumentando para 27% a alíquota da energia elétrica, bem essencial, maior do que: balões, dirigíveis, asa delta, munições, embarcações de recreio e de esporte, peles, perfumes, cosméticos, que são tributados em 25%. Ou seja, esse projeto é inconstitucional. Não se pode aumentar a energia elétrica para 27% sendo uma alíquota maior do que bens supérfluos. Isso está bem claro no artigo 155, parágrafo 2º, inciso III da Constituição Federal.

Srs. Deputados, isso aqui é prova incontestável de que realmente o projeto é inconstitucional, e mais, já são várias as decisões dos Tribunais, no sentido da inconstitucionalidade da alíquota de 27% para a energia elétrica. Inclusive com liminares concedidas no sentido de que o

contribuinte, o autor da ação recolha o ICMS pela alíquota de 17% e deposite a diferença de 10% em juízo, que será por ele levantado ao final da demanda, com juros e correção monetária.

Portanto, Deputado Reni, com todo o respeito, V. Exa. é um mestre nas questões tributárias aqui na Assembléia Legislativa, mas infelizmente vou contra o seu parecer da CCJ, porque está muito claro que realmente é inconstitucional. A energia elétrica nunca poderá ter uma alíquota maior do que peles e perfumes. É inconstitucional e poderá, após a aprovação aqui da Assembléia Legislativa, ser contestada judicialmente.

Existem muitas decisões do TJ do estado do Paraná e do Rio de Janeiro, que vão depositar, agora, não mais 10%, mas sim 12%, correspondente à diferença de 17% para 29. Percebe-se que o princípio constitucional da essencialidade, que atualmente já não é respeitado, será ainda mais agravado.

Por isso, Sr. Presidente, vou votar tranqüilo. Quando me perguntarem se votei contra a constitucionalidade do projeto, estarei com o papel no bolso e com a Constituição do Brasil, que é a Carta Magna, para justificar o meu posicionamento com relação à constitucionalidade. Porque neste primeiro momento votamos a constitucionalidade do projeto, não entramos no mérito. A questão do mérito é outra situação, voto não.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pare encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Particularmente, embora o Deputado Rangel tenha vindo a esta tribuna e dito que o projeto é inconstitucional, acompanhei as sete Audiências Públicas e não tenho dúvidas quanto a constitucionalidade do projeto. Obviamente, Deputado Reni Pereira, que pode ter uma situação nova, que é essa que o Deputado Marcelo Rangel está levantando e não vou entrar no mérito, até porque não é o meu papel aqui. Mas, entendo que de tudo que nós vimos, o projeto tem base constitucional. A base constitucional permite que votemos o projeto? No meu entendimento, sim. Permite que votemos o projeto na sua constitucionalidade.

No mérito que vamos discutir em segunda votação, tenho dúvidas imensas quanto ao mérito. Até porque hoje mesmo falava ao Líder da minha bancada que acho pessoalmente que o projeto não vai atingir o seu objetivo no mérito. Acho que não vai baixar o preço no mérito, como pretende. Na constitucionalidade não há o que questionar.

Por isso mesmo falei para o Deputado Reni Pereira, quando apresentou esse projeto na CCJ, e recusei algumas emendas, que iria apresentar emendas na

segunda votação, emendas de mérito. Inclusive porque já foi dito aqui a questão das panificadoras. A questão das panificadoras é grave. Mesmo sendo constitucional o projeto, e por isso mesmo votamos a favor da constitucionalidade, acho que até para permitir que façamos o debate sobre a situação na seqüência do mérito, gostaria até de adiantar aqui: temos 75 mil empregos indiretos na questão da panificadora. Falei com o Presidente do Sindicato e da Federação dos Panificadores hoje, eles reconhecem que a energia elétrica no Paraná é mais em conta que no resto do Brasil.

Entretanto, ele foi enfático em dizer: “Nós não temos como concorrer com a rede de supermercados. Se da forma como está o projeto, a energia elétrica e a telefonia forem passadas para os nossos custos”. Por isso mesmo quero discutir no mérito uma emenda que retire deste projeto a questão da indústria da panificação.

Agora, eu não entendo que há nenhuma inconstitucionalidade, porque acho que o projeto cumpriu todas as suas etapas. É prerrogativa do Governo fazer encaminhamento do projeto. Há a compensação feita com as alíquotas que vão ser aumentadas para compensar, segundo o Governo, aquilo que vai ser rebaixado? No papel correto. Não sei inclusive se, de fato, esse valor de 409 milhões que se alega estarem hoje sendo compensados, se de fato está sendo arrecadado. Eu pessoalmente, acho que é muito mais um projeto para aumentar a arrecadação do que propriamente para fazer essa chegada de contas.

Fizemos Audiências Públicas e em nenhum momento foi questionada a constitucionalidade do projeto. Nem em Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá, Londrina e nem em Curitiba, que aliás, eu achava que em Curitiba poderia haver algum questionamento desse tipo, até porque estava presente lá não só a Associação Comercial do Paraná e a Federação das Indústrias, mas também todos os sindicatos ligados ao processo que vai ser envolvido nessa lei.

O que me parecer, e aí faço também apenas uma consideração, que foi a grande falha, é que em nenhum momento os trabalhadores foram chamados para participar. Por uma série de fatores, em nenhum momento conseguimos fazer com que em uma das Audiências Públicas as centrais sindicais, o DIEESE, a parte viva da nossa sociedade pudesse estar presente.

Agora, daqueles que participaram, nunca houve questionamento sobre a constitucionalidade. Por isso, vou votar muito tranquilo no item que diz respeito à constitucionalidade. Vou, sim, discutir no final de semana com o PT e levar a posição que tenho de entender que o projeto não atinge seus objetivos para o diretório. Para que o diretório tome uma posição, se assim entender mais correta, caso contrário obviamente vamos ter esse debate na bancada e aí a votação será de mérito. E no mérito

vamos apresentar emendas. Esperamos inclusive que as emendas, Deputado Reni Pereira, que V. Exa, vai relatar, possam ser acatadas, porque as emendas que vamos apresentar são também constitucionais e melhoram e muito o projeto, porque de fato fazem aquilo que talvez tenha sido a iniciativa primeira daquele que mandou esse projeto para cá, no caso do Governador do Estado, que é promover a justiça social.

Mas, hoje não tenho a menor dúvida, nós estamos votando a constitucionalidade. Entendo a posição dos Deputados que fazem Oposição aqui nesta Casa, estão corretíssimos em fazer, em marcar a sua posição, porque é assim que tem que fazer a Oposição. Oposição não pode ficar numa posição de dubiedade, um dia sim, um dia não, como se fossem dias pares e dias ímpares o humor da Oposição, mas entendo que na constitucionalidade, com todo respeito aos Deputados que votarão contrários à constitucionalidade, na constitucionalidade não há o que questionar. O projeto é constitucional, é legal, há legitimidade no envio do projeto para esta Casa, e nós vamos votar, o Partido dos Trabalhadores vai votar com os seis votos na constitucionalidade do projeto.

Eram estas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch, após 10 minutos.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dizer que de tanto que debatemos esta questão da reforma tributária aqui na Casa, ainda em relação ao requerimento, o que eu lamento profundamente é que o Líder do Governo tenha levantado a questão, embora o requerimento apresentamos equivocadamente ou errado, mas acho que poderia ter prevalecido o bom senso por parte do Líder do Governo. Já que não existiu, vamos apresentar quarta-feira o requerimento, novamente, para pedir daí a retirada por 10 Sessões, como já falamos, e mesmo que tínhamos declarado na imprensa que iríamos apresentar o requerimento, procurar postergar essa votação para o ano que vem. Como não foi possível, só espero que os acordos que fazemos aqui na Assembléia possam ser cumpridos.

Eu serei um guardião, daqui para frente, principalmente quando a Oposição, que está em minoria, muitas vezes se assegura no Regimento Interno, nós também cedemos para a parte do Governo, isso acontece muitas vezes, nós cedemos, não que a Mesa ceda, mas um acordo entre as lideranças, isso sempre existiu lamentavelmente não aconteceu no dia de hoje, mas com toda certeza na quarta-feira vamos reapresentar esse requerimento e dizer para os Srs. Parlamentares que esse projeto não é projeto nem de Governo e nem de Oposição. Este projeto interessa a sociedade do

Paraná, num todo. Alguns serão prejudicados e outros serão beneficiados.

Nós da Bancada de Oposição, não todos, mesmo porque a Oposição não fechou questão e eu acredito que o Governo do Estado também não deverá fechar questão, porque é uma questão da reforma tributária. Cada um deve votar com sua consciência, com suas conveniências e no momento que votamos a constitucionalidade do projeto, o Deputado Reni Pereira que tem participado de todas as Audiência Públicas e que foi Relator desse projeto, o seu parecer não poderia ser outro, até pelo conhecimento técnico que V. Exa. tem em relação à questão tributária do nosso estado, na questão do ICMS e que de outros tributos também, V. Exa. foi o melhor Relator e V. Exa. mostrou para o Governo, para esta Casa e para a sociedade do Paraná, embora V. Exa. discorde do projeto de lei, como o senhor diz, o que o senhor votará contra o mérito desse projeto, V. Exa. vai apresentar emendas ao projeto, como nós e grande parte dos Parlamentares haverão de fazer, V. Exa. deu parecer favorável à constitucionalidade desse projeto.

Srs. Deputados e Srs. paranaenses, isso é ter coerência, isso é ter bom senso. Quais são os outros Parlamentares que fariam isso? Srs. Deputados, isso mostra claramente que os Deputados da Oposição, do Bloco Independente, não fazem oposição pelo bel-prazer de fazer oposição. Se o Deputado Reni Pereira quisesse, ele poderia ter dado parecer contrário a esse projeto. Ele não deu. Mas no mérito ele é contra. Ele é a favor da constitucionalidade.

O Deputado Marcelo Rangel levanta na questão hoje, quando do seu encaminhamento, algum indício de inconstitucionalidade do projeto. Eu imediatamente recolhi também a Constituição Federal. Ela realmente diz, Deputado Marcelo Rangel, no inciso III do parágrafo 2º do artigo 155: "Poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços." Poderá. Esse poderá, Deputado Romanelli, V. Exa. que é Líder do Governo, isso mostra claramente que nós Deputados da Oposição, quando a coisa é correta, votamos corretamente, até manter a coerência.

Eu, particularmente, assumi um compromisso com o Deputado Reni Pereira, conversamos com alguns Deputados da Bancada da Oposição, com outros Deputados do Bloco Independente, como é que nós iríamos votar este projeto na constitucionalidade.

Deputado Romanelli, o projeto é constitucional, sim, embora exista a questão levantada pelo Marcelo Rangel, hoje na Sessão. Merece estudo. Mereceria um estudo, sim. Mas, como assumimos um compromisso com o Relator desta matéria, eu, particularmente, cada um vota de acordo com a sua consciência, vou me abster do voto. Vou ficar aqui para dar quórum. Não vou votar favorável, mas também não posso votar contra, porque entendo que o projeto é constitucional.

Pena que o Deputado Romanelli, com todo respeito que lhe devoto, que V. Exa. tenha levantado antes esta questão com relação ao requerimento. Nós temos que ter uma coerência com os nossos atos. Não posso ir lá no interior, Deputado Nelson Justus, ir lá no meio dos agricultores, dos produtores de leite e dizer: olha, o preço do leite está muito barato. Quando vou na cidade, quem compra leite, dizer: olha o leite está muito caro. Tenho que ter uma coerência nos meus atos, naquilo que fazemos. Ora, se eu pedir o adiamento dessa discussão, por que eu pedi o adiamento, para não ser votado este ano? Ora, com toda honestidade, Srs. Parlamentares, tem coerência naquilo que pedimos. O país vive em crise. Quem quer ajudar o pobre tem que votar contra o projeto, no mérito. Porque esse projeto, aprovado, vai aumentar o imposto, sim, da energia elétrica. As indústrias estão demitindo. Vão demitir mais? Sim, vão

Não vamos esconder o sol com a peneira, dizer que não há aumento da carga tributária. Há sim. Pode não ter aumento na receita do estado, porque ele renuncia de um lado e aumenta do outro. Se você aumentar o ICMS num produto, nesse produto há um aumento da carga tributária. Aumenta a carga tributária nesse produto, aumenta o imposto. Se aquele coitado que só tem o salário para comprar a cesta básica, para comprar a comida, esse assalariado, está isento do ICMS, porque sobre a cesta básica não incide o ICMS, sobre o hortifrutigranjeiro não incide ICMS.

Então, quando nós pedimos, Deputado Nelson Justus, o adiamento deste projeto, é por dois motivos: primeiro, como eu disse, diante da situação econômica que nós vivemos hoje. Segundo, Srs. Deputados, vamos entender uma coisa: dentro da legalidade, dentro da constitucionalidade, se o Congresso votar no ano que vem - está aqui a imprensa do Paraná inteiro, ano que vem o congresso vai votar a reforma tributária - se unificar as alíquotas, ICMS, tudo que nós estamos fazendo aqui cai por terra. Essa é a realidade. Então, por que não esperar? Porque acima de nós existe a lei, e a lei maior que temos é a Constituição Nacional, depois vem a Constituição Estadual, tem a Lei Complementar, tem as leis ordinárias, existem os decretos e assim por diante.

Agora, esse projeto que estamos votando hoje a constitucionalidade, eu particularmente me abstenho, como eu disse, do meu voto. Até para acompanhar o Deputado Reni Pereira pela coerência que teve em relação ao seu parecer, e eu gostaria que todos os Parlamentares também tivesse coerência na sua votação, ou no encaminhamento das discussões. Não é possível tratarmos esse projeto como é o Governo.

Sei que o Governo vai usar o rolo compressor aqui na Assembléia. Mas cabe a nós Deputados, Ademar Traiano, Rossoni, Marcelo Rangel, Reni Pereira, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, outros Deputados também que estão votando conosco e estão aqui no

plenário que vão votar contra no mérito e nós vamos apresentar o projeto.

Oxalá na semana que vem, aquela estrela natalina pudesse iluminar a mente dos nossos Parlamentares, quarta-feira, na véspera de Natal. Vamos adiar essa votação por 10 Sessões. Adiando essa votação, com toda certeza não vamos dar um tiro no escuro em ninguém e não vamos aumentar a sua energia elétrica, o seu telefone, não vamos aumentar nenhum imposto no estado do Paraná, porque somos contra qualquer aumento de imposto. A redução sim, mas para compensar, você não precisa aumentar imposto não, você pode ter outros cortes no Governo do Estado e até aumentar ICMS em determinados produtos para compensar a redução que existe no ICMS.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e oxalá que eu digo, neste final de semana, aquela estrela natalina, a do nascimento do Menino Jesus, dia 25 de dezembro, possa iluminar a mente dos nossos Parlamentares do estado do Paraná e dizer não ao aumento dos impostos.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, meu encaminhamento é a favor. Acho importante que nós rechacemos aqui todo tipo de demagogia neste debate. As pessoas, a função do Parlamento é contribuir no processo de educação popular de quem nos ouve e nos assiste.

Desculpe-me Deputado Elio Rusch, que falou que as pessoas mais carentes, que o dinheiro que dispõem dá apenas para comprar uma cesta básica vão ter prejuízo, porque elas já não pagam ICMS na cesta básica e vai aumentar a luz e a energia.

Deputado Elio, no Governo que o nosso partido participa existe uma coisa que se chama Luz Fraterna. São poucos Governos, eu não conheço outro, e no Paraná existe isso.

Essa pessoa carente não vai ter aumento, não. Ela já é beneficiada e o que permite que o Governo traga esse benefício para essa pessoa carente é a arrecadação do Governo. A arrecadação que permite tomar a atitude e intervir na SANEPAR e na COPEL. Isso tem que ser dito.

Vamos dar um exemplo: uma pessoa que gasta R\$ 100 por mês de energia elétrica, com esse aumento que está se falando vai pagar R\$ 101,57.

O cidadão de classe média que paga isso por mês de energia, vai ter um aumento mensal de R\$ 1,57. Se ele pagar R\$ 100 de celular, mais 1,57. Se ele gastar na gasolina R\$ 200 por mês, vai ser 3,14. Vamos somando, cigarro, bebida, mais um pouco.

Temos que dizer que ele vai ter uma redução em 95 mil itens, muito maior a redução que é de 6% em alguns casos, 18 para 12, em outros casos é 27,29 para 12.

Essa coisa temos que falar com clareza, porque senão vai passar a impressão, para quem nos assiste, que os Deputados que votam a favor do projeto estão votando

a favor do aumento do preço da gasolina, do preço da luz, do preço do celular, do telefone. Não é assim.

Temos que contribuir para a educação da consciência popular, nós que temos informações privilegiadas, por estarmos neste local do Poder Legislativo. Não podemos usar da demagogia para tentar atacar este projeto.

Nós, da Bancada do PT, nos reunimos hoje, votamos pela constitucionalidade porque achamos e concordamos com o parecer dado por economistas do próprio DIEESE, quando fazem análise entre o benefício e o ônus das pessoas. Fica claro que a população que ganha de um a seis salários mínimos será beneficiada por esta reforma. Vai ter aumento de alguns itens, como eu disse aqui: gasolina, energia elétrica, telefones, cerveja, cigarro. Mas, vai ter benefícios em milhares de itens. E cada família consome uma quantidade destes itens, que vai ter uma diminuição muito maior que o aumento dos itens fundamentais. Vai chegar a 6%, a 10%, a 15% até. É só comparar: um item que paga 27% cai para 12%. Alguns são 15% de diminuição.

Este é o debate correto que tem que ser feito. Como o Partido ainda tem algumas questões no que diz respeito a pequenas propriedades, a pequenas empresas, estamos apresentando três emendas. Mas hoje há unanimidade na bancada de defendermos e encaminharmos pela votação favorável ao projeto, na sua constitucionalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente inscrito.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, subo à tribuna primeiro para agradecer ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, pela coerência.

Deputado Jocelito Canto, confesso que assim como V. Exa., os argumentos do Deputado Marcelo Rangel são preocupantes. São preocupantes no sentido de tantas outras coisas que também existem no Brasil que também estão estipuladas na Constituição e não são cumpridas. Este argumento, Deputado Marcelo Rangel, lhe dá razão, mas infelizmente quando o legislador constitucional colocou no artigo 155, que está transcrito na Ordem do Dia de hoje, anexo ao meu relatório, na página 16, pelo que consta na Ordem do Dia, o artigo 155 que o senhor invocou, diz que o imposto previsto no inciso II, que é o ICMS, de acordo com o inciso III, ele diz que poderá ser seletivo. Como o Deputado Elio Rusch falou.

E este “poderá ser seletivo” faz com que na prática, hoje, nossa alíquota que já é de 27%, vai para 29%. Tem alguns estados que já está próximo de 30%.

E os estados, em virtude de ser mais fácil cobrar na energia elétrica, porque não tem por onde fugir, e isto é claro, nós sempre fomos claros em relação a isto, os estados adotam uma tributação maior ali. Mas, quero dizer que por este princípio da essencialidade, assiste razão a V. Exa. a preocupação em estar onerando um bem tão especial quanto a energia elétrica, em detrimento de outras que o senhor citou, aqui, que não são tão essenciais e têm uma tributação. Inclusive a citação de alguns Tribunais, porque tem uma tese neste sentido sendo defendida do Tribunal do Rio de Janeiro, mas ainda existe a decisão de mérito.

Portanto, acredito que se for julgado lá - tomara que seja julgado e realmente seja inconstitucional esta tributação que hoje todos os estados têm em cima da energia elétrica - acima de alguns bens que não são essenciais. Porque se for julgado, dará o direito de retorno, de regresso, de muito atrás, inclusive aqui no Paraná. Tomara que seja julgado porque é uma decisão que seria a favor do povo. Mas, ainda não existe o julgamento.

Então, gostaria de dizer que, como Relator, não só desta matéria, mas de outras, quanto à técnica, eu realmente não tinha nada que acrescentar e nem por onde obstruir o andamento deste projeto. Confesso, principalmente quanto tive que embasar em relação ao artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que toda vez que você conceda um incentivo ou um benefício como esse da redução de 18 para 12%, você tem que preencher uma das duas condições, e a primeira condição que o Governo poderia ter preenchido era ter demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita, e no caso do orçamento do ano que vem ele justificar: “Olha, houve um acréscimo em 2008 de mais de 1 bilhão e 300 mil em ICMS, então comporta essa redução e vou cortar alguns encargos.”

Então, gostaria de ter justificado assim, mas não foi com essa justificativa que veio o projeto, ele veio com a segunda hipótese de justificativa, que é estar acompanhado de medidas de compensação no período mencionado e isso veio porque o Governo disse: “estou abrindo mão de 18 para 12% em não sei quantos mil itens e vou aumentar na energia elétrica”.

Então, perante a técnica e o rigor que exige a Lei de Responsabilidade, a legitimidade e a legalidade, o projeto tem que tramitar. No mérito, inclusive, não sou incoerente, pois assinei o requerimento do Deputado Elio Rusch e acho que não é oportuno esse projeto agora. E por quê? Estamos no meio de um furacão que se chama crise econômica mundial, que graças a Deus, segundo a última estimativa, no Brasil os efeitos não estão sendo os mesmos que nos países mais desenvolvidos, e tomara que no Brasil e no Paraná, que já estava na vanguarda de alguns segmentos acima da média nacional, seja menor ainda o efeito aqui, porque se isso ocorrer, aí a capaci-

dade econômica dos contribuintes paranaenses será até de pagar mais do que isso - hoje seria mais, mas não sabemos o que será no ano que vem.

Então, desde o início tenho dito que sou contra esse projeto, porque entendo que não é hora de mexermos em tributação em um momento de crise, assim como ninguém conserta o telhado em dia de chuva, sendo que ou conserta antes, ou espera passar a chuva. Mas, quero aqui reiterar, Deputado Marcelo Rangel, assim como V. Exa. justificou o seu voto contra o meu parecer pela constitucionalidade, quanto ao mérito o senhor é contra, eu sou contra, vários Deputados são contra essa medida, mas quero de antemão dizer que aqueles que estiverem apostando no argumento dos setores que serão beneficiados, que dizem que vão repassar e que aí vai haver uma transferência de renda, então terão também um embasamento legal. Nós temos convicção que realmente não vai trazer benefício. Vamos votar, mas de repente podemos estar errados e aqueles que votarem a favor, acreditando nesse compromisso que foi firmado por alguns setores beneficiados, podem estar acertando o seu voto.

Então, respeito a sua posição e a posição de outros Deputados que vão votar, mas quanto à constitucionalidade, não há o que retirar e nem pôr.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Deputado Rangel, V. Exa. me olha e vejo a sua pergunta: “Onde vamos encontrar força e resistência para convencer o Governo a retirar esse pacote, esse aumento de impostos?” A essa pergunta que V. Exa. me faz apenas olhando, respondo-lhe que não sei. Quando vejo aqui o ar professoral do professor Péricles querendo chamar a atenção do Deputado Elio Rusch, é porque ele está querendo esconder atrás dessa cortina a posição do PT, que é favorável ao aumento de impostos. É uma lógica normal! Não vou encontrar e o Deputado Reni, com toda a propriedade, me questionava porquê eu iria votar contra o seu parecer, que é um parecer correto. O projeto é constitucional, mas afronta, neste momento, a inteligência dos paranaenses. E vou cotar contra a constitucionalidade. Vou jogar fora a Constituição. Sei que o projeto é inoportuno.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. deve, sim, continuar nessa batalha.

Quero responder o Deputado Péricles. Aqui ninguém precisa de professor. Ninguém tem mais autoridade do que ninguém. Não é o número de votos que vai dizer quem é professor e quem não é professor. A grande verdade é que alguns se envergonham das atitudes que tomam e para outros ainda há tempo de se arrepender.

O Deputado Tadeu Veneri, que está em defesa das causas trabalhistas, temos que reconhecer isso, ele é atuante, competente. Como é que ele vai na porta da Volvo defender os trabalhadores que foram demitidos? A primeira explicação que o empresário vai dar é para que o Deputado Tadeu Veneri tome cuidado quando votar uma lei. V. Exa. está aumentando a carga tributária em cima do setor produtivo. E, se não existir setor produtivo, não há geradores de emprego.

Ouvi aqui o Deputado Ney Leprevost falando do porto. Como é que alguém vai na Audiência Pública e se coloca contra a construção de um porto? Quando sabemos que o Poder Público não tem competência, dinheiro para construir. O que queremos é um porto eficiente, porque se o porto for eficiente, os custos serão menores.

Achei que teria dificuldades em usar a tribuna para convencer quem não quer ser convencido. Não tenham dúvida, em outros tempos nós aqui já cometemos erros. Espero que muitos Parlamentares não cometam os erros que já cometemos. Por que pressa para votar e cometer erro? Se formos errar, vamos errar com demora! Nós não vamos errar, porque vamos votar contra. Deputado Reni, desculpe-me, o momento é inoportuno. Não quero discutir constitucionalidade. Há determinados momentos em que a população não agüenta mais e nós também não agüentamos mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Possivelmente, não vou gastar o tempo deste encaminhamento.

Acho que temos que separar as votações da Assembléia, o que se discute e quando se discute. É sabido por todos nós que a primeira votação vai versar sobre a constitucionalidade do projeto, tanto que nesta votação não cabem emendas. Por que não cabem emendas? Porque a emenda vai acontecer na segunda votação, quando se passa a discutir o mérito. Então, seria defesa extemporânea ou dúvida extemporânea colocar, neste momento, a questão de mérito quando, na verdade, temos que votar a constitucionalidade.

O parecer do Deputado Reni Pereira que, aliás, manifestou-se da tribuna contra o mérito, mas no parecer da constitucionalidade foi o Relator e apresentou um projeto pela constitucionalidade, é uma prova cabal de que toda nossa discussão, com respeito ao que se vota na primeira votação, está fora do foco. Não existe inconstitucionalidade enquanto ela não for declarada, Deputado Rangel. Por ter até uma liminar, mas liminar não traz definição. Ela é uma medida temporária em cima de um fato que está acontecendo, naquele momento. Eventualmente, uma liminar lá de determinado estado, não signi-

fica que essa liminar possa irradiar, para os demais estados da federação os objetivos pelos quais ela foi concedida, porque só se dá uma liminar quando se tem a prova cabal que vai existir um prejuízo se for executada uma lei, uma hipótese, e ela esteja desconforme com a legislação. Então, você dá uma liminar para suspender essa votação. Não se inclui no nosso.

Outra coisa que fique clara a todos nós: só é inconstitucional aqui que assim é definido pela Constituição. A avaliação da constitucionalidade ou não é analisada - e assim bem o fez o Deputado Reni Pereira - por aquilo que a Constituição veda ou admite. Se ela não veda, ela está admitindo. Não existe no âmbito da nossa Constituição algo que diga que você tenha que ter uma alíquota "x" para a energia, que é o que está se discutindo no dia de hoje. Não existe nada que diga isso na Constituição.

O foco dado pelo Relator Reni Pereira está correto, porque se está reduzindo impostos em 95 mil produtos. Seria uma evasão de receita que o estado não poderia fazer, se ele não apresentasse uma compensação dentro do mesmo orçamento, e a compensação é a alteração que é dada nos produtos que está alterando. Isso não o significa que o Parlamentar "a" e "b" seja a favor do projeto. Entende, Deputado Rangel? Não significa que ele seja a favor do projeto.

Na segunda discussão, tantas emendas quantas forem apresentadas serão apresentadas pela CCJ e voltam ao Plenário para encaminhar. Daí sim o conteúdo daquilo que vai se aprovar ou rejeitar como lei.

Então, nesta Sessão, poderíamos ficar discutindo aqui, cada um dos Deputados fazer um pronunciamento, mas o que vamos votar no fim desses pronunciamentos é, única e exclusivamente, se este projeto é constitucional. É de competência do Executivo? É. Ele está cumprindo a legislação para poder diminuir a receita de um lado e compensar essa receita com outros? Está. Está proibido pela Constituição? Não está. portanto, ele é constitucional e é o que vamos votar hoje e o resto da discussão, seguramente, fica para segunda-feira, quando forem recebidas emendas em plenário e discutido, aí sim, o mérito do projeto. Que votasse, encerrasse a discussão da constitucionalidade, porque tenho visto que temos errado muito no mérito. E esse mérito, seguramente, teremos uma reunião daquelas que valoriza o Parlamento, a partir de segunda-feira.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Vejo, em primeiro lugar, como muito produtivo esse debate exaustivo, democrático, da Assembléia Legislativa sobre essa questão que o Governo chama de reforma tributária, mas que é vista por muitos como um "pacotão" fiscal, porque na verdade irá aumentar a alíquota de ICMS para a energia elétrica, telefonia e também para vários outros setores que atingem direto a nossa

população, inclusive o setor dos combustíveis hoje tão necessário em qualquer empresa e também para qualquer pessoa física. Não há empresa que não tenha carros trabalhando. Existem empresas que têm caminhões transportando os seus produtos. Existem empresas que dependem de ônibus, até mesmo para levar e buscar os seus funcionários mais humildes em suas residências. Energia elétrica, então, nem se fala. Qualquer pessoa hoje necessita da energia elétrica, não apenas quando acende uma luz, mas para ter a sua geladeira funcionando, para assistir televisão, enfim, qualquer máquina hoje é operada graças à energia elétrica. O telefone, hoje no Brasil as pessoas mais humildes têm acesso. Não tem trabalhador que não tenha um telefone celular. A diarista da minha casa, que é uma pessoa humilde, muito dedicada, muito trabalhadora, tem telefone.

Ou seja, qualquer aumento nas alíquotas de ICMS de energia elétrica, de telefonia e de combustíveis atingirá não apenas o empresariado, não apenas a classe média, que é normalmente a classe que paga a conta neste país, mas essas medidas atingirão as pessoas mais pobres, as mais necessitadas. Não adianta o Governo dar com uma mão e tirar com a outra. Qualquer aumento de impostos, hoje, no Brasil, precisamos ver com os olhos do contribuinte brasileiro, com os olhos das pessoas que estão saturadas, porque na verdade um terço do produto interno do nosso país vai para as mãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, através de tributos, taxas e contribuições as mais variadas.

O Governo propor esse assunto de ICMS da energia elétrica, da telefonia, dos combustíveis, alega que irá baratear uma série de outros produtos, o ICMS referente a uma série de outros produtos. Mas não há garantia nenhuma de que isso chegará ao consumidor. Não tenho nada contra os supermercadistas, pelo contrário, até admiro as lideranças que representam o setor. Vejam o jovem Muffato presidindo a entidade que representa os supermercadistas. Contem com a minha admiração e respeito. Será que eles irão repassar esse benefício para o consumidor? Sinceramente, Deputado Valdir Rossoni, duvido muito.

A propósito, chega aqui um artigo, que a assessoria do Rossoni me apresentou há pouco, sobre a postura do Governo Federal, em relação a qualquer reforma tributária. Está sendo uma postura muito mais sensata que a que vem sendo adotada pelo Governo Estadual. O Governo Federal está elaborando um pacote para reduzir três tributos importantes: O Imposto de Renda, o Imposto sobre Operações Financeiras e o Imposto sobre Produtos Industrializados.

A questão das desonerações tributárias, inclusive da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, também deve ser debatida entre os empresários e o Presidente Lula, em uma reunião amanhã na Palácio do Planalto. Os detalhes do mini-pacote são guardados a sete chaves. Mas está sendo discutida uma redução de tributos. Esse é o caminho. Porque hoje 38% da

receita nacional vai para as mãos do poder estadual. Os trabalhadores trabalham cinco meses por ano, só para pagar o Governo Federal, Estadual e Municipal. Por isso, minha postura contrária à constitucionalidade, à reforma tributária proposta pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, penso que os argumentos que foram estendidos pelos nobres oradores que ocuparam a tribuna nesta tarde, a favor ou contra, o fizeram com suas convicções.

Entendo que estamos votando um projeto, nesta quarta-feira, que foi tão debatido e discutido com a sociedade civil organizada e por cada um dos Parlamentares que, sinceramente, eu querer convencer aqui alguém é convencer convertidos, ou aqueles que, é claro, não acreditam. Os argumentos foram bons.

Publicamente reconhecer que o parecer pela constitucionalidade e legalidade da lavra do Deputado Reni Pereira é extremamente bem feito. Tenho dito que ele é um dos mais competentes que já conheci, pelo saber jurídico e conhecimento que tem sobre a economia. O concurso que ele fez para se tornar auditor fiscal não é para qualquer mortal.

É incontroversa a constitucionalidade e a legalidade do presente projeto, que visa a redução, diminuição das alíquotas de ICMS e compensação para que não possamos incorrer em crime de responsabilidade fiscal, no momento que possamos subtrair receitas, que já estão previstas no exercício de 2009.

Solicitar a todos os Parlamentares, as Deputadas e Deputados Estaduais, que votem pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto. Porque constitucional e legal ele é, e atende a todos os pressupostos. Quero solicitar a todos os Parlamentares, as Deputadas Estaduais, Deputados Estaduais, que votem pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto, porque constitucional e legal ele é. E ele atende os pressupostos. Quero solicitar a todos os Parlamentares, não só os que compõem a nossa base de apoio ao Governo, mas também a todos os Parlamentares que analisaram, que discutiram e que puderam se convencer sobre esse tema específico que é legalidade e constitucionalidade.

Na semana que vem vamos discutir o mérito, vamos discutir emenda por emenda, faz parte deste processo, mas hoje estamos votando a constitucionalidade do projeto e esta Casa aqui, eu penso, os Parlamentares não podem ser incoerentes e votar pela constitucionalidade. Eu entendo que é o dever de todos os que conhecem a lei, conhecem a Constituição. Por isso, peço o voto favorável ao projeto.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, não é nem uma questão de ordem, seria um registro. Eu cheguei aqui no Plenário, estava na tribuna o Deputado Stephanes, eu não sabia o que tinha acontecido e houve aqui críticas do Deputado Felipe Lucas ao Prefeito eleito de Imbituva, que só se elegeu com 70% dos votos.

Quero dizer que segunda-feira vou responder ao Deputado Felipe Lucas, porque em nome do respeito e da verdade tenho obrigação de defender o Prefeito eleito de Imbituva, porque 70% do povo escolheu o Zezo Pantarollo, e também do seu advogado que o defende. Obrigado, Sr. Presidente, por me dar esta oportunidade de fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu o cumprimento pelo registro.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero referendar e apoiar as palavras do Deputado Rossoni. Eu não acompanhei esta manifestação, mas farei a solicitação das notas taquigráficas para que possa também analisar o que foi dito, porque conheço a história de Imbituva e sei o que esse cidadão já fez por essa terra.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Eu me inscrevi em Explicações Pessoais justamente para falar sobre este assunto e para não interromper a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. É exatamente o momento para se falar sobre esse assunto, no caso de Explicações Pessoais.

V. Exa. está com a razão, mas, vamos votar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu requeri chamada nominal. Gostaria, Sr. Presidente, o Regimento prevê chamada nominal até o último nome da lista.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal, sem a necessidade que se responda presente ou não.

O SR. SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação. Encerrada a votação, vai se proceder à apuração.

Quarenta e um Srs. Deputados presentes: 30 SIM; seis NÃO; quatro abstenções. Está aprovado em primeira discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para agradecer a nossa bancada e todos os Parlamentares que votaram de forma coerente pela constitucionalidade e legalidade do projeto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só quero justificar, os Deputados que votaram pela abstenção, acho que a grande maioria, são contra o projeto como eu, meu caso particular. Mas, pela linha da coerência me abstive do voto, que entendo que o projeto é constitucional, mas no mérito somos contra. O levantamento que fizemos aqui no Plenário, sabíamos que o projeto seria aprovado na constitucionalidade. Se tivéssemos forma de derrubar o projeto na constitucionalidade, com toda certeza os Parlamentares que se abstiveram do voto votariam NÃO também. Mas, mantemos a nossa coerência no que falamos aqui da tribuna. E mesmo porque não se trata de Oposição ou Situação, mas cada um votou de acordo com a sua consciência na constitucionalidade.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só para justificar a minha ausência, eu estava em trânsito da presidência para cá. Tinha ido receber o pessoal do Consulado Japonês. Mas, o meu voto também é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 13953, de 16/12/02, que declarou de utilidade pública a Comunidade Hebraica Cristã com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/08, de 10/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 485/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei

nº 13953, que declarou de utilidade pública a Comunidade Hebraica Cristã, com sede e foro no município de Londrina, tendo em vista a alteração no estatuto da entidade. Passa o artigo 1º da referida lei a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Pesquisas e Tratamentos Humanísticos - IPTH, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/08, que fica estabelecido que o salário para os professores do ensino fundamental, no âmbito da Administração Estadual, não poderá ser inferior a R\$ 1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais), para o exercício de 40 (quarenta) horas semanais equivalendo ao valor mínimo a ser pago a qualquer integrante do magistério a qualquer título, incluindo todas as vantagens pecuniárias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 138/08, de 18/11/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 502/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, que visa fixar em R\$ 1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais) o salário para os profissionais da educação básica no âmbito da Administração Estadual.

Em sua justificativa o autor sustenta que a “proposta segue a determinação da Constituição Federal, visto que a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo local, por tratar de jornada de trabalho e regime jurídico do servidor, conforme dispôs o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, atendendo, inclusive, o que dispõe o artigo 66, inciso II, da Carta Estadual que assevera ser de iniciativa privativa do Governador do Estado toda a matéria afeta aos servidores públicos, seu regime jurídico, provimento, cargos, estabilidade e aposentadoria, e outros.

Ademais, a medida atende ao princípio da federação, conforme o artigo 25, parágrafo 1º, da Carta da República, que assegura aos entes federados a sua organização e a regência de suas leis, de acordo com o disposto nas respectivas Constituições Estaduais.”

Diz ainda que “comprometido com a educação plena e com o reconhecimento do trabalho do professor, o Governo do Paraná propõe a presente medida, por entender que não há que se falar em sociedade justa e solidária se não há reconhecimento de quem a forma.

Resta evidenciado que a medida ora proposta não busca estabelecer piso salarial, pois este deve corresponder à remuneração do servidor, que soma vencimento mais vantagens.

Entretanto, o valor que ora se propõe como salário para os profissionais da educação básica, no valor de R\$ 1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais), para exercício de 40 horas semanais, trará maior satisfação aos mestres fazendo jus a esse reconhecimento.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 02/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 502/08

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, propõe instituir um piso estadual para os professores do ensino fundamental, no âmbito da administração estadual. Entendendo-se como piso o valor mínimo a ser pago a qualquer integrante do magistério, considerando o valor global pago, computando-se todas as vantagens pecuniárias pagas.

O valor proposto é de R\$ 1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais), para o exercício de 40 (quarenta) horas semanais, com vigência imediata, após a aprovação da presente lei.

O projeto não traz forma de correções, de modo que a sua atualização pressupõe o envio de novo projeto sempre que for instituído novo valor. Também não é assegurada, expressamente no seu texto, a garantia do pagamento proporcional em caso de trabalho em jornada

inferior a quarenta horas semanais, o que, no entanto, deve ser uma interpretação lógica.

A justificativa que acompanha a proposição cinge-se a garantir a constitucionalidade da proposição e de sua iniciativa, posto que a aprovação de norma atende ao princípio da federação que assegura a autonomia dos entes federados sobre a matéria.

A proposição já recebeu parecer favorável, o qual foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, reconhecendo a sua regularidade quanto a forma, inclusive em relação à iniciativa.

Voto do Relator

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Nos termos do Regime Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno.

A aprovação desta lei que fixa um mínimo para os professores do ensino fundamental, no âmbito da administração estadual, também não encontra qualquer óbice quanto ao aspecto formal de matéria financeiro-orçamentário.

Embora a iniciativa não apresentar nenhum estudo neste aspecto, tem-se conhecimento que o estabelecimento do piso não afetará as finanças do estado, posto que já se pratica este valor mínimo, para o nível de ingresso, em valores proporcionais a jornada de 20 (vinte) horas, conforme se depreende da tabela em anexo. Apenas os contratados em prazo determinado, segundo informações informais, terão um pequeno aumento, mas em percentuais inferiores a um por cento, e considerando a quantidade dos mesmo, este impacto será perfeitamente adequado ao orçamento em vigência.

Assim somos pela tramitação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

Há sobre a Mesa, Requerimento nº 3841, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 502/08. **Aprovado.** Fica, portanto retirado o Projeto de Lei nº 502/08 por 10 (dez) Sessões.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/08, que objetiva autorizar o pagamento de auxílio financeiro a jovens, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI Nº 517/08**

P A R E C E R :

Como resultado da diligência proposta na última Sessão desta Comissão de Constituição e Justiça, a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude encaminhou ou documentos comprobatórios do cumprimento das condições previstas na Lei Complementar nº 101/00 - a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que proposta legislativa importa na geração de despesa orçamentária.

Os documentos encaminhadas são: o Demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro que a despesa representará no exercício em que deva ser realizada e nos dois subseqüentes e a Declaração da autoridade ordenadora da despesa quanto a sua adequação à Lei Orçamentária, à LDO e ao Plano Plurianual.

Entre os documentos encaminhados pela SECJ constam também as informações técnicas relativas ao programa e a sua sustentabilidade.

Verificados a adequação e o cumprimento dos pressupostos constitucionais, legais e regimentais que regem a matéria sob exame, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei, ressaltando, novamente, a importância social da medida legal que viabiliza novos mecanismos de amparo, prevenção, recuperação e preservação das nossas crianças e jovens em situação de risco, viabilizando-lhes um futuro compatível com a dignidade humana e de pleno exercício de sua cidadania.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS **PROJETO DE LEI Nº 517/08**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 517/08, em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o pagamento de auxílio-financeiro a jovens pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, como mecanismo concreto de participação social da juventude para o desenvolvimento de atividades educativas, socializadoras e de produção cultural junto a crianças e adolescentes.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que se trata de projeto de lei com o objetivo de conceder auxílio-financeiro de R\$ 100,00 mensais a jovens, ação dirigida à crianças e adolescentes do estado do Paraná com seus direitos violados e em situação de extremo risco ao seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que proporciona oportunidades

concretas ao jovem de atuar em prol das crianças e adolescentes e suas comunidades.

O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, apresenta apenso ao projeto de lei, estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em respeito à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Aprovado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)

Quero que fique registrado, eu ainda não entendo, Sr. Presidente, como é a prerrogativa de um projeto passar ou não pelas Comissões temáticas. Esse projeto que acabamos de aprovar, acho que é de suma importância para o estado do Paraná, institui uma política fundamental para o enfrentamento das questões da violência na infância e juventude dependência química, etc.

Mas, gostaria muito de ter conhecido o projeto na íntegra, enquanto Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. Gostaria de ter proferido parecer com relação a este projeto.

Não entendo, teve um outro projeto, o 15, por exemplo, que dispõe sobre a questão do piso salarial para os professores. Ele passou na CCJ e na Comissão de Finanças. Por que aquele projeto não passou na Comissão da Educação? Por que esse projeto aqui, agora, não passou na Comissão de Defesa e Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente?

Quero que fique observado a quem delibera sobre essas questões, que vejam a importância que têm as Comissões temáticas. Até porque quando nos inserimos e pleiteamos fazer parte de uma Comissão, é porque entendemos que lá vão se defender interesses que nós defendemos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputada Rosane. Faço questão que esse projeto seja encaminhado, antes de vir a segunda discussão, para a Comissão de V. Exa. No caso anterior, na questão da Comissão de Educação, os membros da Comissão tiveram conhecimento e

tinham a maior pressa e agilidade de que esse projeto fosse realmente apreciado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3834, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3764, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esse requerimento, para discutir, queremos encaminhar favoravelmente à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 3824, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos nº 3825 a 3827, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esse requerimento, penso que o Deputado Jocelito poderia reformulá-lo, porque o Chefe da Casa Civil não é o gestor da política pública da área da Saúde. As informações aqui requeridas devem ser encaminhadas de acordo com o nosso Regimento ao titular da pasta. Aqui se trata da construção do hospital regional da cidade de Ponta Grossa.

Por isso que entendo que o destinatário desse requerimento é o Secretário de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o autor do projeto, até porque o Secretário esteve aqui anteontem, na Casa, eu consulto se o Deputado Jocelito Canto reformularia para que fosse encaminhado ao Secretário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Porque na verdade eu fiz um pedido para ser encaminhado ao Forte Neto, porque o dinheiro desta constru-

ção é do Paraná Urbano, da Secretaria de Desenvolvimento. O que se quer, na verdade, é saber sobre o aditivo que foi feito. Chama a atenção que o Governo do Estado fez um aditivo, e quero ter a informação do porquê houve esse aditivo, já que esse projeto foi pago pela Prefeitura de Ponta Grossa, com recursos públicos da Prefeitura. O Governo está financiando a obra.

Quero saber o que houve que aumentou perto de 5 milhões, uma obra de 14 milhões. Houve erro no projeto? Até porque esse projeto foi elaborado pelo escritório de pessoas ligadas ao Dr. Forte Neto. Queria essa informação para saber porquê deu esse aditivo tão grande em função que esse projeto já estava definido. O que houve de mudança estratégica dentro do hospital para se gastar perto de 5 milhões. Acho importante esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ambos os requerimentos, tanto da COPEL e referente ao desenvolvimento urbano serão refeitos por V. Exa., e da SANEPAR da mesma maneira.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar ao Líder do Governo, se ele pudesse informar durante a Sessão, por que a retirada do item 15 que estava na pauta e nós iríamos votar o piso dos professores do estado do Paraná. Por que o Líder do Governo pediu a retirada desse projeto na Sessão de hoje? Se pudesse informar à Casa ficaríamos agradecidos e mais agradecidos ficariam os professores do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É matéria vencida e acho que pode ser questionada a qualquer momento. O autor do requerimento é o Dobrandino.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

De repente alguém poderia esclarecer, se não hoje, segunda-feira. Quando pedimos a retirada desse projeto da minirreforma tributária nós fizemos todas as justificativas necessárias. Gostaríamos também de saber os motivos que levaram alguém da Bancada do Governo, se não for Líder do Governo, a retirada desse projeto da pauta prejudicando, dessa forma, todos os professores do estado do Paraná.

Que fique registrado nos Anais da Casa e que os professores também ficarão sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 3831, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Da mesma forma, Sr. Presidente, ele não deve ser encaminhado, na minha avaliação, ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, que é

o titular da pasta e poderá informar, inclusive com dados do próprio Instituto Ambiental do Paraná, que está vinculado administrativamente à questão que envolve os licenciamentos ambientais para retirada de areia para a construção civil.

Também entendo que esse requerimento tem que ser reformulado em relação ao destinatário. Se o autor quiser pode fazer uma rasura e seguir ao destinatário que é o Secretário do Meio Ambiente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Pela Ordem)

O Deputado Romanelli sabe da importância desse pedido, tanto é que ele está sugerindo. A Mesa está autorizada a enviar direto ao Secretário do Meio Ambiente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acho que a questão da Casa Civil, não é o caso da Secretaria do Meio Ambiente, mas o trâmite legal dessas questões da SANEPAR e da COPEL é pela Casa Civil.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Pela Ordem)

Quando recebemos a resposta de um pedido de informações, e eu sei o que o Deputado Jocelito está dizendo e a minha assessoria também entende assim, mas quando recebemos a resposta de um pedido de informação, ela vem através do Chefe da Casa Civil.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, até para poder esclarecer isso, e não se cometa de forma repetida o mesmo erro. O que ocorre é o seguinte: o Chefe da Casa Civil que mantém o relacionamento administrativo entre a chefia do Poder Executivo e a chefia do Poder Legislativo. Por ordem, quem manda na Casa Civil é o mensageiro, que não possui a informação. Ele só retorna por conta do relacionamento entre os dois Poderes.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 3823, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3821, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3822, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3829, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3830, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3832, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3833, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3842, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 3844, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **A CCJ, para apreciar.**

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em explicações pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel, inscrito.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, serei breve, é uma obrigação, como Líder do PPS, deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa que hoje nós precisamos resgatar a justiça, corrigir a injustiça que cometeram em um dos pronunciamentos aqui na Assembléia.

Citaram o nome de um profissional de Direito, o Sr. Luiz Fernando Pereira. É um grande profissional do Direito, não é filiado a nenhum partido. Não é filiado ao PPS e é considerado um dos maiores nomes do Direito Eleitoral do estado do Paraná, prestando assessoria a diversas Prefeituras do estado.

Gostaríamos de deixar registrada a nossa solidariedade a este grande profissional do Direito, o Sr. Luiz Fer-

nando Pereira, que inclusive assessora com maestria a Bancada de Oposição.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa., corrigindo uma enorme injustiça, realmente.

Antes de encerrarmos a presente Sessão, amanhã teremos uma Sessão Ordinária às 10h, ao mesmo tempo em que teremos, também, a oportunidade de outorgar o Prêmio Estado do Paraná à personalidades que se destacaram a serviço da gente paranaense, nos seus 155 anos de emancipação política.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, as 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/08

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 800/07, 313, 344, 386 e 485/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 490 e 776/07, 427, 508 e 521/08.

Levanta-se a Sessão.

